



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO
CURSO SUPERIOR LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Área de Conhecimento: Ciências Humanas

Modalidade: presencial

Curso autorizado pela Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO N.º 4, de 25 de fevereiro de 2021, convalidado pela Resolução CONSUP/IFTO N.º 115, de 22 de março de 2022, e alterado pela Resolução n.º CONSUP/IFTO N.º 322, De 17 de setembro de 2024.

PPC aplicado para estudantes ingressantes a partir de 2024/1.

Porto Nacional - TO

2024/1



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional - TO
(63) 3142-0865
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Expediente

Antônio da Luz Junior
Reitor

Nayara Dias Pajeú Nascimento
Pró-Reitora de Ensino

Daniel Marra da Silva
Diretor de Graduação

Albano Dias Pereira Filho
Diretor-Geral - *Campus* Porto Nacional

Janio Carlos Nascimento Silva
Gerente Educacional - *Campus* Porto Nacional





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Comissão de Elaboração da 1ª Edição

Portaria n.º 61/2019/PNA/REITORIA/IFTO, de 21 de fevereiro de 2019

Comissão Responsável (1ª Edição)¹

Maria Madalena Rodrigues Teles²

Demis Carlos Fonseca Gomes²

Deuzelina Tavares Chagas²

Edilson Leite de Sousa

Gerlany da Silva Sousa³

Grasiele Silva Amorim⁴

Gutemberg de Sousa da Conceição

Januário Neto Pereira Sarmento^{5 6}

Lilissanne Marcelly de Sousa

Lucivan Augusto da Silva⁴

Marcia Dall Agnol

Millena Adrianna Formiga Dias Bernardeli

Paulo Cesar de Sousa Patricio⁷

Paulo Rodrigues da Costa Junior

Rosaly Justiniano de Souza Rocha

Wesley Vieira da Silva³

Revisão linguística: Grasiele Silva Amorim

¹ Instituída pela Portaria N.º 61/2019/PNA/REITORIA/IFTO, de 21 de fevereiro de 2019.

² Portaria N.º 157/2019/PNA/REI/IFTO, de 27 de maio de 2019

³ Portaria N.º 17/2020/PNA/REI/IFTO, de 13 de fevereiro de 2020, que alteram a Portaria N.º 61/2019/PNA/REI/IFTO, de 21 de fevereiro de 2019.

⁴ Portaria N.º 95/2019/PNA/REI/IFTO, de 22 de março de 2019.

⁵ Portaria N.º 268/2019/PNA/REI/IFTO, de 22 de agosto de 2019.

⁶ Portaria N.º 89/2020/PNA/REI/IFTO, de 18 de junho de 2020.

⁷ Portaria N.º 264/2019/REI/IFTO, de 25 de agosto de 2019.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Comissão de Elaboração da 2ª Edição

Comissão Responsável 2ª Edição⁸

Prof. Dr. Voninio Brito de Castro
Prof. Me. Edilson Leite de Sousa
Prof^ª Ma. Lilissanne Marcelly de Sousa
Prof^ª. Ma. Maria Madalena Rodrigues Teles
Prof. Me. Paulo Cesar de Sousa Patrício
Prof^ª Ma. Sonia Eduardo de Moraes

Revisão linguística: Voninio Brito de Castro

Núcleo Docente Estuturante⁹

Prof. Me. Paulo Cesar de Sousa Patricio
Prof. Me. Edilson Leite de Sousa
Prof^ª. Ma. Maria Madalena Rodrigues Teles
Prof^ª Dra. Ordalia Dias da Silva Guilherme
Prof^ª Dra. Reuvia de Oliveira Ribeiro
Prof^ª Ma. Sonia Eduardo de Moraes
Prof. Dr. Voninio Brito de Castro

⁸PORTARIA PNA/REI/IFTO N.º 41/2024, de 28 de fevereiro de 2024

⁹PORTARIA PNA/REI/IFTO N.º 32/2023, de 10 de fevereiro de 2023





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
1. DA CONCEPÇÃO DO CURSO	12
1.1 JUSTIFICATIVA	12
1.2 OBJETIVOS	21
1.2.1 Objetivo geral.....	21
1.2.2 Objetivos específicos	21
1.3 REQUISITOS DE ACESSO	22
1.4 APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	23
1.5 PERFIL DO EGRESSO.....	23
1.5.1 Competências Gerais Docentes, conforme BNCC-Educação Básica.....	24
1.5.2 Competências Específicas Docentes, conforme BNCC-Educação Básica	25
1.5.3 Competências conforme Resolução CNE/CP n.º 1/2006.....	31
2 DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	32
2.1 CONCEPÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	32
2.2 GRADE CURRICULAR.....	37
2.2.1 Quadros demonstrativos da Grade Curricular do curso	39
2.2.2 Quadros demonstrativos de atendimento à legislação do curso.....	44
2.3 METODOLOGIA	47
2.3.1 Disciplinas que possuem carga horária destinada à Prática dos Componentes Curriculares – PCCs.....	54
2.3.2 Disciplinas eletivas.....	56
2.3.3 Disciplina optativa	56
2.3.4 Disciplinas que possuem carga horária a distância	56
2.3.5 Atividades de extensão curriculares.....	56
2.3.6 Atividades de extensão extracurriculares.....	59
2.3.7 Atividade de pesquisa	59
2.3.8 Monitoria.....	60
2.3.9 Atividades acompanhadas	60





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

2.3.10	Ações para evitar a retenção e evasão	61
2.3.11	Acessibilidade	63
2.3.12	Atendimento ao discente	67
2.4	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	69
2.5	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (ECS)	71
2.5.1	ECS Obrigatório (ECSO)	71
2.5.2	Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório	73
2.6	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	74
2.7	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	74
2.7.1	Segunda oportunidade de avaliação	77
2.7.2	Exame Final	78
2.8	CERTIFICAÇÃO	79
3	DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ESPECIALIZADO	79
3.1	PERFIL DO COORDENADOR DE CURSO	79
3.2	PERFIL DO CORPO DOCENTE	80
3.3	PERFIL DO CORPO TÉCNICO	84
3.4	SERVIDORES TERCEIRIZADOS	87
3.5	PERFIL DO TUTOR A DISTÂNCIA	88
3.6	DO COLEGIADO DE CURSO	88
3.7	DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	89
4	DOS AMBIENTES, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	89
4.1	SALA DE PROFESSORES	89
4.2	SALA DA COORDENAÇÃO DE CURSO	90
4.3	SALAS DE AULA	90
4.4	AMBIENTES DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS	91
4.4.1	Ambiente Virtual de Aprendizagem	92
4.4.2	Laboratórios	92
4.4.3	Equipamentos existentes nos laboratórios	92
4.5	BIBLIOTECA	93
4.6	REFEITÓRIO	96



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

4.7 ESPAÇO DE VIVÊNCIA DISCENTE	96
4.8 AMBIENTES DE ACESSO ÀS TICs.....	96
5 DO APRIMORAMENTO CONTÍNUO DO PROJETO DE CURSO.....	97
5.1 CPA – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	98
5.2 ENADE – EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES	98
5.3 OUTRAS FORMAS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	99
APÊNDICE A - DESCRIÇÃO DAS UNIDADES CURRICULARES.....	103



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) foi criado em 2008 pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, conceituando-se como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Os institutos são equiparados às universidades federais, visto que possuem gestão orçamentária e financeira descentralizada. Possuem também, nos limites de sua área de atuação territorial, autonomia para criar ou extinguir cursos e registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior.

O IFTO atua em todo o estado do Tocantins, oferecendo educação pública de qualidade do ensino básico ao superior. Tem como compromisso manter a oferta de pelo menos 50% de vagas para o ensino técnico de nível médio e oferta de pelo menos 20% das vagas para os cursos de licenciatura e de formação de professores, conforme disposto na Lei de n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Os cursos superiores de tecnologia e de bacharelado representam 30% das vagas a serem ofertadas, podendo ainda serem oferecidos cursos *Lato* e *Stricto sensu*. Além dos cursos na modalidade presencial, o IFTO tem implantado também cursos na modalidade Educação a Distância. Com a sua atuação em todas as regiões do Tocantins, o IFTO vem gerando melhoria de vida para os tocaninenses, proporcionando desenvolvimento educacional, científico e tecnológico para todo o estado.

O IFTO conta atualmente com onze unidades educacionais, sendo: *Campus Araguaína*, *Campus Araguatins*, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*, *Campus Avançado Lagoa da Confusão*, *Campus Avançado Pedro Afonso*, *Campus Colinas*, *Campus Dianópolis*, *Campus Gurupi*, *Campus Palmas*, *Campus Paraíso do Tocantins*, *Campus Porto Nacional*. Conta também com o Centro de Referência em Educação a Distância (Cread), além de Polos de Apoio à Educação a Distância. A Reitoria do IFTO está situada na capital do estado, Palmas – TO.

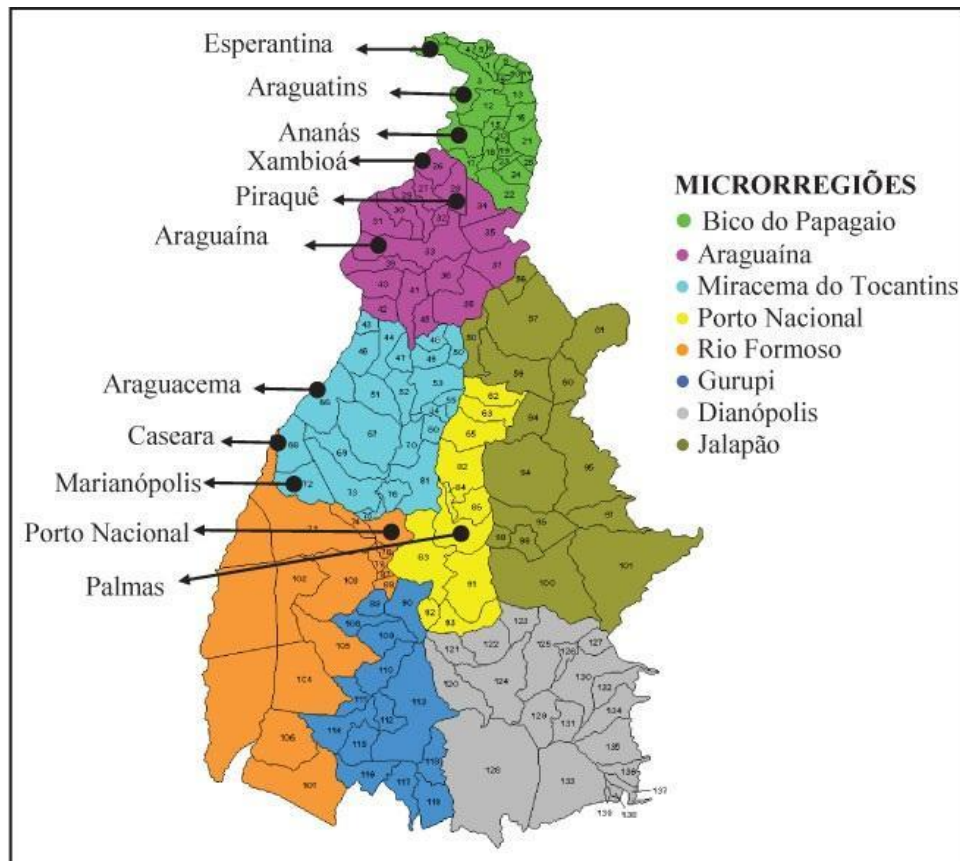
O *Campus* Porto Nacional do IFTO está localizado na região Norte do Tocantins. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) a área territorial total do município é de 4.434,680 km² e a população estimada em 2021 é de 53.618 mil habitantes.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Figura 1. Divisão do estado do Tocantins por microrregião:



Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822011000100015

O *Campus* Porto Nacional do IFTO foi implantado como UNED – Unidade de Ensino Descentralizada – da antiga Escola Técnica Federal de Palmas. Outras UNEDs foram implantadas na mesma época (fim de 2007 ao início de 2008), casos das UNEDs de Araguaína e Paraíso do Tocantins. Todos estes *campi*, Porto Nacional inclusive, tiveram bastante avanço na ocasião da Expansão II da Rede Federal de Educação Tecnológica (por volta de 2010)

Com a doação do terreno, por parte da prefeitura, onde hoje localiza-se o *Campus* Porto Nacional do IFTO, a remoção de servidores do *campus* Palmas e Araguaatins, a posse dos novos servidores recém-concursados, dá-se início ao trabalho de construção dos projetos estruturais e pedagógicos da nova unidade, bem como as obras dos blocos I, II e IV do *Campus*. Nos primeiros meses, os servidores recém-concursados prestavam expediente na Reitoria. Em junho de 2010, a estrutura administrativa e pedagógica do *campus* Porto Nacional instalou-se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

definitivamente na sede da Avenida Tocantins, no novo bairro Jardim América da cidade de Porto Nacional.

O primeiro diretor-geral em caráter *pro-tempore* foi o professor Ovídio Ricardo Dantas Júnior, substituído em 2011 pelo professor Miguel Camargo da Silva, também *pro-tempore*. Ao cabo de 5 (cinco) anos da implantação do *campus*, um processo de consulta eleitoral foi instaurado, sendo eleita a professora Lilissanne Marcelly de Sousa, primeira mulher a dirigir um *campus* do IFTO. Já no mandato seguinte, o professor Edilson Leite de Sousa foi eleito Diretor do *Campus* Porto Nacional.

O curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado pelo IFTO *Campus* Porto Nacional, descrito neste PPC, portanto vigente a partir de 2021, está estruturado em 56 (cinquenta e seis) componentes curriculares, totalizando 3.300,4 horas; entre estes componentes curriculares tem-se três estágios curriculares supervisionados obrigatórios e um componente relacionado ao TCC (Trabalho de Conclusão de Curso e atividades complementares. O curso possui horas-aula de 50 minutos a serem regidas no período noturno, ao longo de oito semestres, podendo ser integralizado em até 16 (dezesesseis) semestres. Anualmente, serão ofertadas 40 vagas, e, após concluído o curso, o estudante receberá o diploma de Licenciado(a) em Pedagogia.

A oferta semestral de 40 vagas no curso de Licenciatura em Pedagogia demonstrou-se bastante otimista avaliando o cenário atual de demanda de estudantes pelo curso e mercado de trabalho para os egressos. Percebe-se que após 7 vestibulares, o número de inscritos vem caindo, especialmente nas seleções que ocorrem no meio do ano. Com a oferta apenas anual destas 40 vagas pretende-se reduzir equilibrar o interesse versus demanda de vagas, bem como conciliar a entrega de egressos ao mercado de forma mais compatível com quantidade de postos de trabalho para pedagogos em nossa região. Além disso, o curso atualmente conta com mais de uma dezena de docentes voluntários e/ou licenciados de outros NDA. A oferta de apenas 4 turmas simultâneas possibilitará que disciplinas importantes sejam estritamente atendidas por Pedagogos de carreira.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Atualmente o *Campus* Porto Nacional oferece os seguintes cursos:

Tabela 1 – Cursos ofertados no *Campus* Porto Nacional do IFTO

CURSO	MODALIDADE
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	Integrador Regular
TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET	Integrador Regular
TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE	Integrador Regular
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	Subsequente
TÉCNICO EM VENDAS	Subsequente
ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Bacharelado
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	Licenciatura
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	Licenciatura
TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA	Tecnológico

A seguir, nos Quadros 1 e 2, são apresentadas a identificação da unidade ofertante e a identificação e especificações do curso:

Quadro 1: Identificação da Unidade Ofertante

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OFERTANTE			
Nome:	CAMPUS PORTO NACIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - IFTO		
CNPJ:	10.742.006/0007-83.		
End.:	Avenida Tocantins, SN, Jardim América, Porto Nacional, 77500-000.		
Cidade:	Porto Nacional	UF:	TO
		CEP:	77500-000
Fone:	(63) 3142-0865		
E-mail:	portonacional@ifto.edu.br		
Portal:	http://www.ifto.edu.br/porto		





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Quadro 2: Identificação do Curso

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO
Nome do Curso: Licenciatura em Pedagogia
Nível de Ensino: Educação Superior
Tipo de Curso: Graduação
Tipo de Oferta: Licenciatura
Habilitação/Titulação: Licenciado
Área de Conhecimento: Ciências Humanas
Tipo de Eixo: Não se aplica
Natureza da Oferta: Esforço Próprio
Organização do Tempo Escolar/Acadêmico: Período Semestral
Periodicidade de Ingresso: Anual
Regime de Matrículas: Por disciplinas
Modalidade de Ensino/Oferta: Presencial
Turno da Oferta: Noturno
Carga Horária Total do Curso (hora/relógio): 3.300,4 horas-relógio (60min) - 3.960,48 horas-aulas (50min)
Tempo de Aula (minutos): 50 minutos
Duração Mínima e Máxima do Curso (semestres): 8 semestres ou 4 anos. Prazo máximo para integralização: 16 semestres ou 8 anos.
Total de vagas ofertadas: 40 vagas anuais

1. DA CONCEPÇÃO DO CURSO

1.1 JUSTIFICATIVA

De acordo com Oliveira (2018), em mapeamento dos APLs no Tocantins, desde 2012 os serviços tocantinenses vêm aumentando sua competitividade no cenário nacional. Dentre os setores consolidados estão: atividades que beneficiam e fabricam produtos provenientes do arroz; o processamento de carnes e seus derivados; produção de minérios não-metálicos, bem como madeira e mobiliário, entre outros. Observa-se ainda, a partir da referida pesquisa, que o estado apresenta alta vocação para construção de APLs ligados à cadeia do frango, à produção de artefatos provenientes do cimento, de biocombustíveis e de madeira, da fabricação de móveis, da fabricação de pedras ornamentais - necessárias para a construção civil – e à agricultura e pecuária.

É importante salientar que esses arranjos apresentam demandas por inovações tecnológicas, de modo a prover sua operacionalização e melhorar sua eficiência na cadeia de produção. Algumas das atividades mencionadas acima impactam diretamente o meio ambiente,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

evidenciando a necessidade de soluções tecnológicas que possam mapear e mitigar tal dano. Neste contexto, pode ser implantada a TI Verde, cujos benefícios financeiros estão associados à ecoeficiência, que diz respeito à entrega de produtos e serviços com preços competitivos, e que minimizam o impacto ao meio ambiente (SALLES, 2016).

Cabe destacar que os institutos não trabalham apenas com arranjos produtivos, mas também com os arranjos sociais e culturais. Nesse sentido, para atender as necessidades locais, os primeiros cursos implantados no *Campus* Porto Nacional do IFTO foram Licenciatura em Computação e Tecnologia em Logística, que continuam sendo até o momento os únicos cursos ofertados na modalidade ensino superior.

Com o objetivo de identificar as demandas territoriais, com base no panorama socioeconômico e educacional da região onde o *campus* está inserido, buscou-se identificar os cursos de graduação (tecnólogos, licenciaturas e bacharelados) e de pós-graduação que poderiam ser ofertados para suprir tais demandas. Foi realizado também um mapeamento dos cursos superiores ofertados na microrregião de Porto Nacional. A pesquisa aconteceu entre os meses de agosto e outubro de 2018, em algumas cidades da microrregião de Porto Nacional, no período diurno e noturno, através da aplicação de 400 questionários. Foram entrevistados os seguintes perfis: estudantes do Ensino Médio (3º ano) concluintes e egressos; profissionais da educação (professores e técnicos educacionais), entre outros servidores públicos, bem como empresários e trabalhadores celetistas, como se pode observar na figura 2.

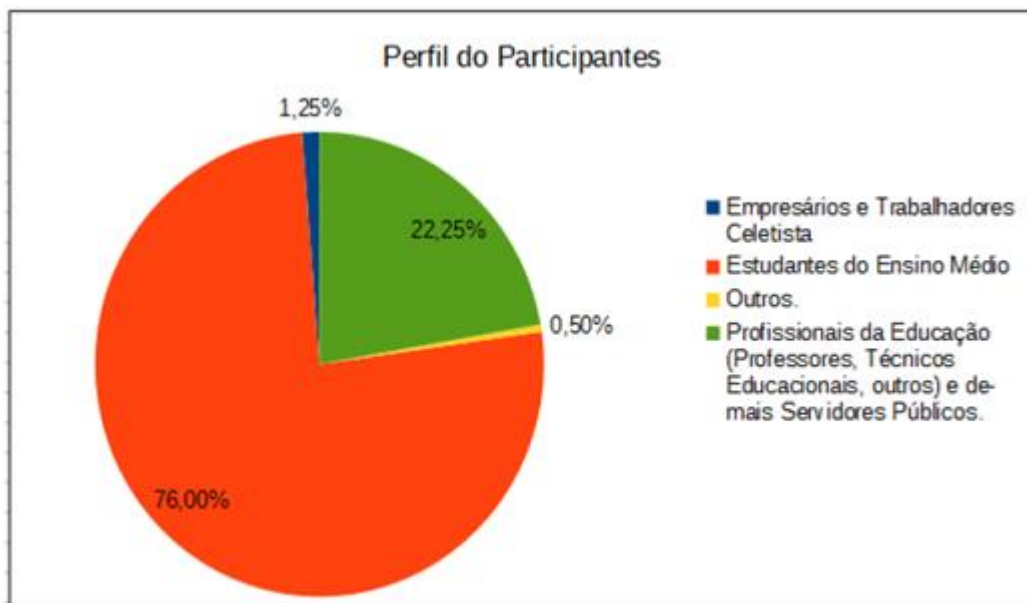
A fim de ampliar a representatividade dos municípios da microrregião de Porto Nacional, e assim buscar atender parte de suas demandas, colaboraram com a referida pesquisa participantes das cidades circunvizinhas, homens e mulheres, os quais foram indagados acerca do interesse em realizar algum curso superior no Instituto Federal do Tocantins – *Campus* Porto Nacional, obtendo-se uma resposta positiva da maioria dos entrevistados. As cidades onde residem os participantes constam na figura 4.





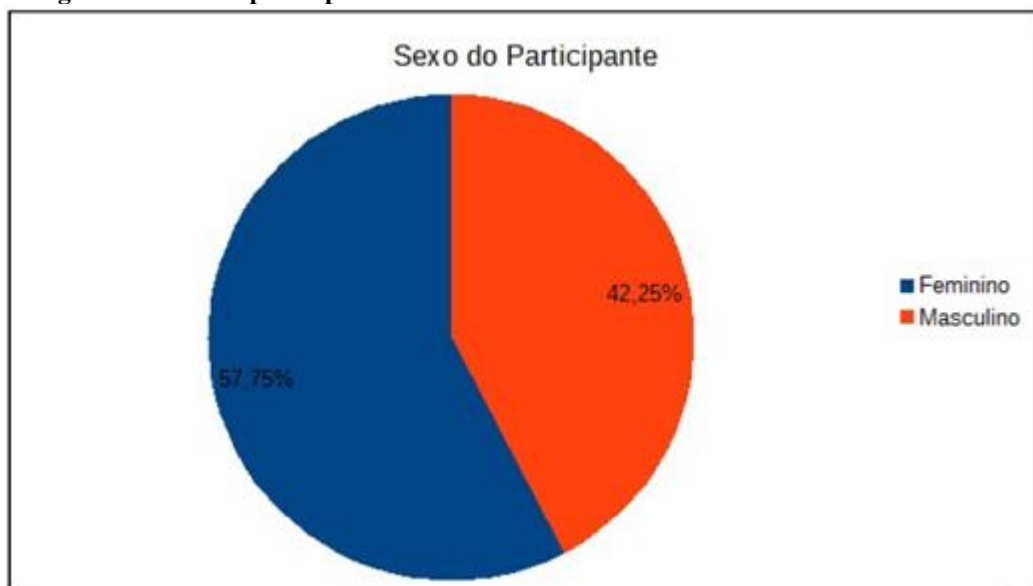
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Figura 2. Perfil dos participantes.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3. Sexo dos participantes.

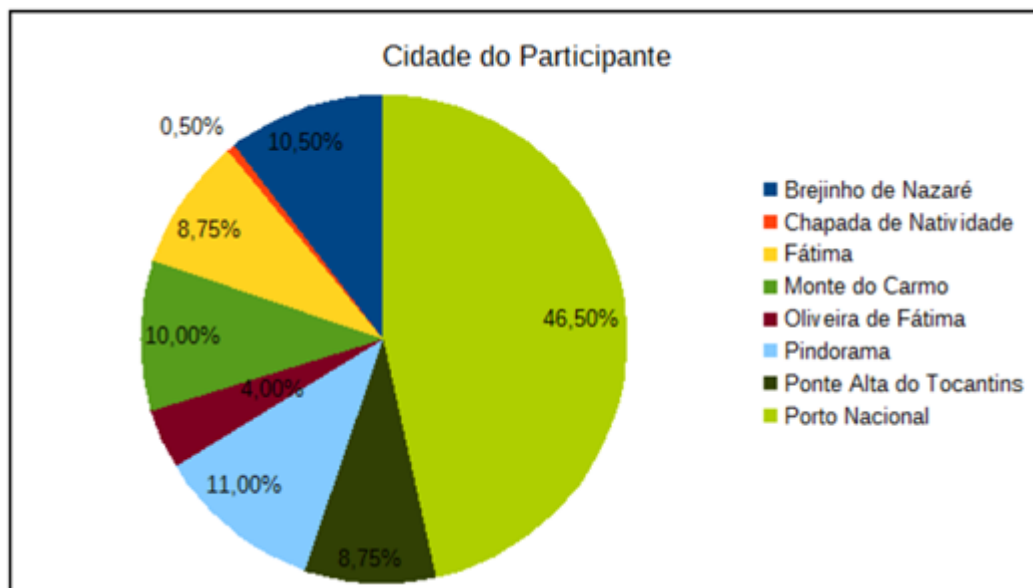


Fonte: Dados da pesquisa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Figura 4. Cidades dos participantes



Fonte: Dados da pesquisa.

Os entrevistados foram perguntados sobre quais cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura eles gostariam que fossem ofertados, escolhendo algumas opções dentre um conjunto predeterminado de cursos sugeridos. Os resultados constam nas figuras 5, 6 e 7.



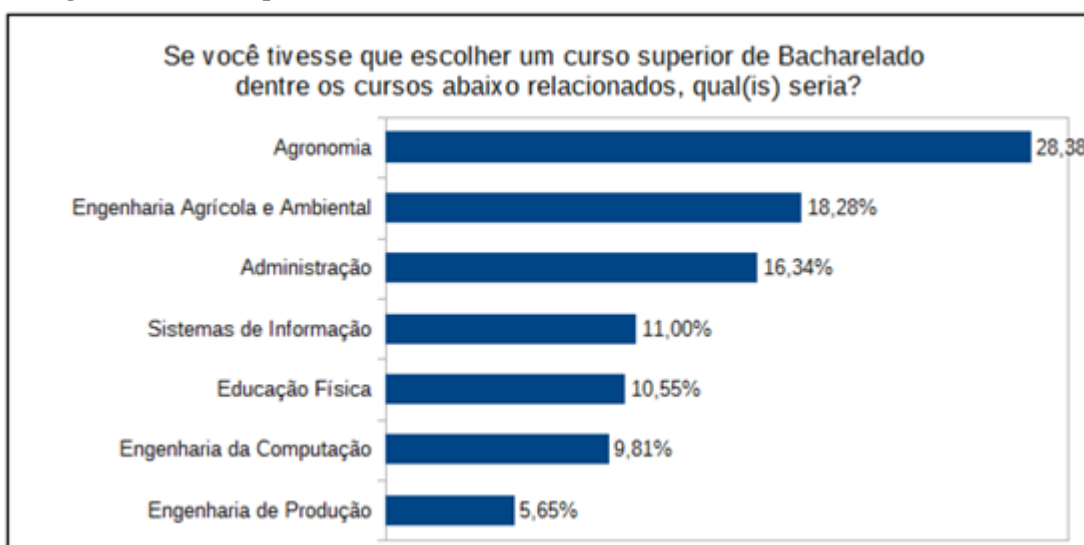
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Figura 5. Cursos superiores de tecnologia.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6. Cursos superiores de bacharelado.

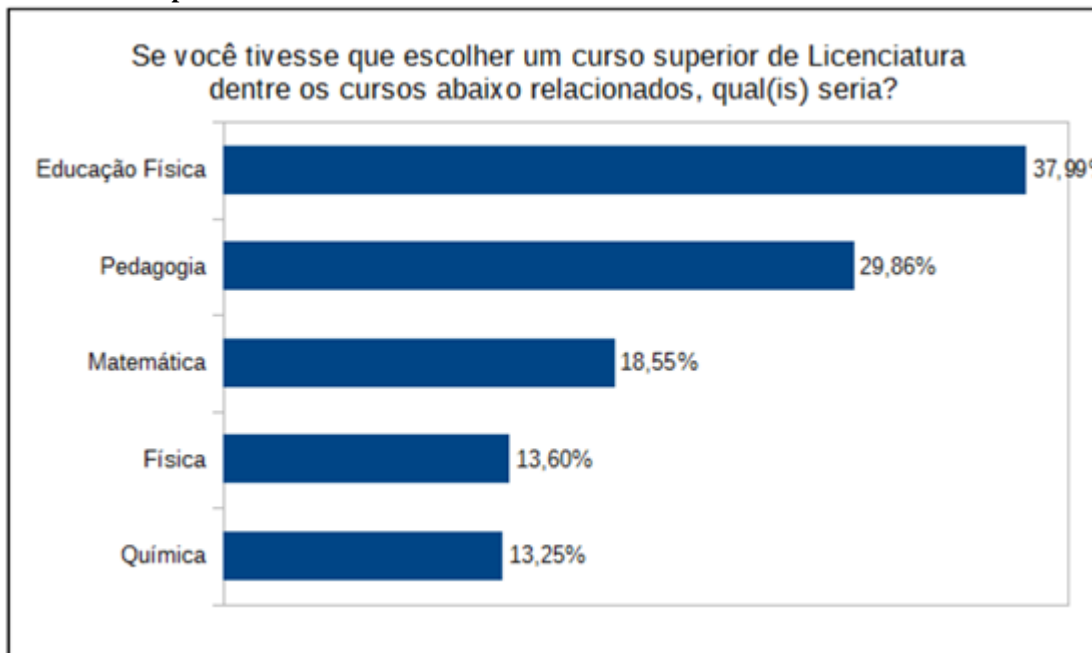


Fonte: Dados da pesquisa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Figura 7. Cursos superiores de licenciatura.



Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos resultados da pesquisa de demanda para a implantação de cursos superiores, optou-se por ofertar o curso Licenciatura em Pedagogia. Para tanto, conforme dispõe o capítulo III da Instrução Normativa n.º 1 do IFTO, dentre os critérios que devem ser levados em consideração no estudo de viabilidade para a oferta de novos cursos, foram determinantes os critérios a seguir: disponibilidade e previsão de professores; disponibilidade e previsão de instalações físicas e bibliografia disponível na biblioteca.

As primeiras iniciativas de formação de professor na rede vêm da década de 40 com a implementação de cursos de aperfeiçoamento do ensino industrial, seguidos de cursos especiais para a educação técnica previstos na Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Entre os cursos emergenciais que marcaram a memória histórica das instituições, encontram-se os chamados Esquema I, destinados aos portadores de diploma de Educação Superior que ansiavam por uma formação pedagógica e Esquema II, destinados aos portadores de diploma Técnico (BRASIL, 2008b).

As primeiras Escolas Técnicas Federais (ETFs) que passaram a ser Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), em 1978, foram nos Estados de Minas Gerais, Paraná e Rio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

de Janeiro, que trouxeram como desígnio a oferta do ensino superior de licenciatura plena e curta visando à formação de professores e especialistas para as disciplinas de 2º Grau e dos cursos de tecnólogos (exigência da Lei n.º 6.545/78). Desde esse período aos dias atuais há normas e programas de formação, mas, até o momento, sem resolver em definitivo a carência de pessoal qualificado para o exercício da função: “A carência de profissionais qualificados para a função docente é uma das dificuldades mais fortes com que a educação profissional e tecnológica esbarra” (BRASIL, 2008).

Com a lei de criação dos institutos federais (Lei Federal n.º 11.892/2008), a possibilidade de oferta do ensino superior não apenas foi aberta, como foi exigida. Dentro do texto da lei, inclusive, há destaque especial para a oferta de cursos superiores para formação de professores:

Art. 7^o. Observadas as finalidades e características definidas no art. 6o desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

[...]

VI - ministrar em nível de educação superior:

[...]

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

Tentando superar esses desafios e de acordo com estudos realizados no âmbito da área de formação pedagógica é que se propôs a oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia no *Campus* Porto Nacional, em concordância com os seguintes pontos:

- Fazer valer a legislação vigente quanto à necessidade de expansão do ensino superior, licenciatura na rede federal;
- Demanda tênue de formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; gestão educacional e escolar e em outras nas quais sejam previstos no município de Porto Nacional e cidades circunvizinhas;
- Consideração à formação pedagógica como estratégica.

Baseando-se no disposto no art. 8 da Lei n.º 11.892 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências), de 29 de dezembro de 2008, o *Campus* de Porto Nacional





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

do IFTO apresenta uma proposta para a implantação do Curso Licenciatura em Pedagogia, explicitando as razões e a demanda de mercado que o levaram a elaborar este projeto.

No curso de pedagogia do *Campus* Porto Nacional do IFTO, o pedagogo será compreendido como professor-educador, especialista em educação e, acima de tudo, produtor de conhecimento. Sendo assim, o licenciado em pedagogia do *Campus* Porto Nacional do IFTO será um profissional capaz de atuar, criticamente, tanto em espaços escolares quanto em espaços não-escolares.

No tocante à contribuição para a Instituição, ressalta-se que o *Campus* Porto Nacional acolhe o desafio de contribuir com o desenvolvimento da região. A contribuição para com o avanço no trabalho que envolve a criação de tecnologias em processos de conhecimento e a formação de profissionais para a docência possibilitará o reconhecimento e a aceitabilidade da instituição por parte da comunidade.

A cidade de Porto Nacional está localizada em uma região de cerrado na porção central do Estado do Tocantins (ver Figura 8). Quanto ao clima da cidade, esse é classificado como seco de savana, apresentando temperatura média anual oscilando entre 28°C e 29°C.

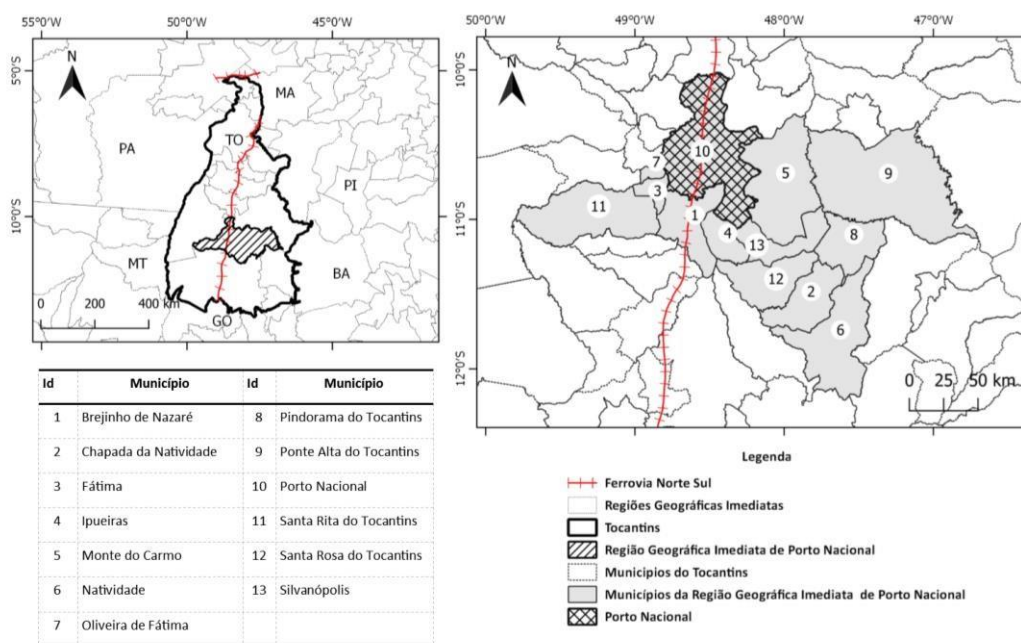
Politicamente, mesmo o Tocantins tendo sido criado em 1988, quando da promulgação da constituição cidadã, a cidade de Porto Nacional é emancipada desde 1861. A importância da cidade para o Estado tem também componentes acadêmicos e religiosos: Antes de o estado do Tocantins ser implantado, Porto Nacional tinham um *campus* da UFG e era sede de uma diocese da Igreja Católica. Durante décadas, a própria Igreja Católica impulsionou a formação de professores para os estados do Tocantins e do Goiás. Essa vocação foi seguida pela congregação das Irmãs Dominicanas, ao implantarem escolas por todo interior do Brasil, inclusive em Porto Nacional. Tudo isso fez com que indivíduos de diversas partes do Tocantins procurassem Porto Nacional para *letrar-se*.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Figura 8. Posição de Porto Nacional dentro do Estado do Tocantins



Fonte: Portal de Mapas do IBGE

Além da referência histórica e cultural, Porto Nacional constitui-se pujante polo econômico do Estado do Tocantins. A cidade, possui 52.510 habitantes (Estimativa do IBGE para 2016) e um território de 4.449.917 km². Porto Nacional possui o 4º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Tocantins, segundo dados do IBGE (2011), aproximadamente 750 milhões de reais de um total de 18 bilhões do PIB estadual. Em outras palavras, o PIB de Porto Nacional representa cerca de 4,1% de toda a riqueza produzida no Estado. A cidade é um importante polo de serviços, comércio e saúde para sua população e para cidades vizinhas como Monte do Carmo, Brejinho de Nazaré, Silvanópolis, Ipueiras, Fátima, Oliveira de Fátima, Santa Rosa do Tocantins. A posição de Porto Nacional facilita inclusive a abrangência de mercado consumidor de serviços e produtos da Capital do Estado, Palmas, especialmente dos distritos de Taquaralto e região dos Aurení's.

Em se tratando da Educação, o Plano Municipal de Educação de Porto Nacional destaca um crescimento de 72,6%, passando de 0,406 em 2.000 para 0,701 em 2010 no IDHM. “O município de Porto Nacional se destaca no estado do Tocantins, ocupando a 5ª posição no IDH-M. (PME, 2015, p. 37)”.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

A presença do curso de Licenciatura em Pedagogia neste cenário complementa a oferta de cursos de formação de professores na região. Na Universidade Federal do Tocantins, *Campus* Universitário de Porto Nacional, são ofertadas as licenciaturas em Letras – Inglês, Letras – Libras, Biologia, História, Geografia e Ciências Sociais, além de Matemática e Física na modalidade EaD. Neste sentido, a oferta do presente curso na cidade de Porto Nacional preenche uma lacuna dentre as licenciaturas ofertadas na região. Além do mais, sabe-se que o curso de Licenciatura em Pedagogia, além de formar professores, prepara pessoas que sejam capazes de compreender e de colaborar para a melhoria da educação brasileira, tanto em espaços formais, como em espaços informais.

De acordo com o PME (Plano Municipal de Educação, 2015) de Porto Nacional, a cidade conta com 28 escolas municipais, 12 destas ficam em zona rural. Essas escolas demandam que seus profissionais obtenham a formação superior em licenciatura para a educação básica, no entanto ainda não há na região nenhum curso de Pedagogia sendo ofertado por instituição pública. Portanto, o profissional graduado em Pedagogia no *Campus* Porto Nacional do IFTO poderá atuar em uma vasta região, em um grande e diferenciado número de instituições: escolares e não escolares, seja como docente ou profissional em educação.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020 – 2024) do IFTO, no desenvolvimento das ações escolares/acadêmicas, cada *campus*, em cada exercício, deve garantir os percentuais mínimos de oferta de suas vagas conforme definido no art. 8º da Lei n.º 11.892/08. O quantitativo de oferta de vagas é previsto no PDI, sendo observados os percentuais previstos em lei, conforme disposto no artigo 8º da Lei n.º 11.892/08 e no § 1º do artigo 2º do Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006.

No que se refere à execução dos cursos, a instituição oferta atividades de ensino, pesquisa e extensão nos períodos matutino, vespertino, noturno ou em período integral, de segunda a sábado, de acordo com a demanda da comunidade, disponibilidade de servidores e infraestrutura de cada *campus*. Podendo, ainda, ofertar componentes curriculares que utilizem modalidade semipresencial, integral ou parcial, desde que observada a legislação de educação vigente.





1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Formar pedagogos com princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários para atuarem como docentes na educação infantil; nos anos iniciais do ensino fundamental; em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar; bem como em outras áreas, nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- Difundir os valores estéticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática;
- Instrumentalizar o futuro pedagogo frente a sua área de atuação na Educação Básica e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos;
- Possibilitar o aprofundamento de saberes disciplinares básicos para a atuação profissional do pedagogo;
- Potencializar situações para a compreensão de saberes metodológicos relacionados aos diferentes saberes;
- Aprofundar o conhecimento sobre a complexidade da educação no contexto sociocultural;
- Desenvolver atitudes investigativas que conduzam à realização da pesquisa educacional;
- Compreender a educação de jovens e adultos;
- Compreender as políticas de inclusão no contexto do trabalho educativo como reconhecimento e valorização da diversidade;
- Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional de modo abrangente e flexível, possibilitando que a formação esteja em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais;
- Formar um profissional capaz de agir nas mais diferentes modalidades de ensino na busca de soluções dos problemas complexos da realidade educacional de forma preventiva (evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros), favorecendo a reflexão crítica acerca dos valores éticos que devem permear o pensar e o agir



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

profissional;

- Utilizar o conhecimento sobre a legislação que rege sua atividade profissional;
- Melhorar, de modo satisfatório, a qualidade do ensino;
- Difundir os valores estéticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática;
- Propiciar o protagonismo crítico para a construção do conhecimento;
- Gerenciar o próprio desenvolvimento profissional;
- Desenvolver, nos futuros educadores, o compromisso social e comunitário, levando-os a um trabalho interdisciplinar aprendendo a conhecer o contexto;
- Incentivar os licenciados a atuar no processo de intercâmbio social da sua comunidade com senso crítico e cada vez mais conscientes de seu papel social e da sua contribuição no avanço científico e tecnológico da região e do país;
- Estimular a formação de professores com rigor científico, tecnológico e didático-pedagógico, orientando-se pela pesquisa/investigação, tomadas na construção e problematização do conhecimento e da (sua) própria aprendizagem.

1.3 REQUISITOS DE ACESSO

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins promove o ingresso de estudantes aos cursos de graduação mediante edital público, de acordo com os critérios apresentados no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO (ODP-IFTO), em vigência.

Em razão do cumprimento da legislação e manutenção do compromisso com a redução de barreiras educativas e com a inclusão de grupos em desvantagem social, o Instituto Federal do Tocantins fará reserva de vagas conforme estabelecido em edital de seleção de candidatos.

Conforme Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação vigente do IFTO, o ingresso do candidato para composição de turma poderá ocorrer mediante aprovação em:

I - Processo seletivo por meio de Vestibular; ou

II - Sistema de Seleção Unificada (SISU).

O ingresso do candidato no IFTO para recomposição de turma poderá ocorrer mediante aprovação em processo de seleção de:





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- I – Portador de Título;
- II – Transferência (interna e externa); e
- III – Reingresso.

Na ODP-IFTO vigente, são encontrados, de forma detalhada, cada um dos processos de seleção informados.

Os candidatos aprovados no processo seletivo deverão apresentar para matrícula o diploma de conclusão do ensino médio, além de outros documentos. Os procedimentos para a matrícula encontram-se previstos no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO, em vigência.

1.4 APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Será possibilitado o aproveitamento de estudos, que é a inclusão, no histórico escolar do estudante, de disciplinas cursadas e cumpridas em outros cursos de graduação autorizados e/ou reconhecidos.

Exame de Proficiência é a avaliação requerida pelo estudante que deseja comprovar domínio dos conhecimentos de determinada disciplina.

Os procedimentos para aproveitamento de estudos e exame de proficiência devem ser realizados de acordo com o calendário acadêmico e conforme previstos no respectivo Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO (ODP-IFTO), em vigência.

1.5 PERFIL DO EGRESSO

O perfil profissional do egresso do Curso Superior Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Porto Nacional do IFTO atende à Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019 e a Resolução CNE/CP n.º 1/2006.

O egresso do curso possuirá consistente formação teórica e conhecimentos relacionados à prática profissional docente. A formação conterà também princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, possibilitando atuar na docência da Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos





pedagógicos.

O Art. 2º da Resolução CNE/CP n.º 2/2019, expõe que a formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais e específicas previstas na BNCC-Educação Básica. As aprendizagens serão garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

Dessa forma a grade curricular e as demais disposições regulamentadas e previstas neste PPC permitem que o egresso do curso adquira as competências gerais e específicas previstas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC-Educação Básica, atendendo à Resolução CNE/CP n.º 2/2019, descritas a seguir.

1.5.1 Competências Gerais Docentes, conforme BNCC-Educação Básica

Quadro 3. Competências Gerais Docentes

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES
1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

consciência crítica e responsabilidade.

7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

1.5.2 Competências Específicas Docentes, conforme BNCC-Educação Básica

Quadro 4: Competências Específicas

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS		
1. CONHECIMENTO PROFISSIONAL	2. PRÁTICA PROFISSIONAL	3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender
1.3 Reconhecer os contextos	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades	3.4 Engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade
---	---	--

Quadro 5: Dimensão do Conhecimento Profissional

1. DIMENSÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	<p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a inter-relação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

<p>1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem</p>	<p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolverem as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p>
<p>1.3 Reconhecer os contextos</p>	<p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulam com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p>
<p>1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais</p>	<p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

	1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.
--	---

Quadro 6: Dimensão da Prática Profissional

2. DIMENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
2.1 Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC. 2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência. 2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios). 2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam às necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes. 2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa. 2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes. 2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.
2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente. 2.2.2 Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes. 2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.
2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino	2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes. 2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes. 2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

	<p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>2.3.6 Conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliações em larga escala, para criar estratégias de melhoria dos resultados educacionais da escola e da rede de ensino em que atua.</p>
<p>2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades</p>	<p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.4 Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>2.4.6 Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento.</p>





Quadro 7: Dimensão do Engajamento Profissional

3. DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional	<p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p>
3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender	<p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentiva os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

<p>3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos</p>	<p>3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>
<p>3.4 Engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade</p>	<p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p> <p>3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1.5.3 Competências conforme Resolução CNE/CP n.º 1/2006

Em atendimento à Resolução CNE/CP n.º 1/2006, o egresso do curso também estará apto à:

- I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, básica, psicológica, intelectual, social;
- III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades básicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

2 DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.1 CONCEPÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A organização curricular do curso atende à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96; à Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019; à Resolução CNE/CP n.º 01/2006; bem como às demais legislações e normas especificadas no item Base Legal deste projeto.

A Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019, estabelece que os cursos em nível superior de licenciatura destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica terão por referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-Educação Básica); deverão considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação e terão como fundamentos uma sólida formação básica, associação entre teoria e práticas pedagógicas e aproveitamento de formação e experiências anteriores na área da educação.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Ainda segundo a Resolução CNE/CP n.º 02/2019, Art. 8º, os cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica devem ter como fundamentos pedagógicos:

- I - o desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta;
- II - o compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas;
- III - a conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;
- IV - emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;
- V - avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;
- VI - apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar;
- VII - reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;
- VIII - compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e
- IX - decisões pedagógicas com base em evidências.

O Art. 11 da Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019, traz a carga horária dos cursos de licenciatura, com a seguinte distribuição:





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais.
- Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.
- Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas para a prática nos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

Seguindo as orientações da Resolução acima, os grupos curriculares deste PPC de Licenciatura em Pedagogia estará organizado como segue:

- Grupo I, a carga horária de **800 horas** será trabalhada a base comum que compreende conhecimentos científicos, pedagógicos e educacionais.
- Grupo II, a carga horária de **1.600,4 horas** irá trabalhar as aprendizagens específicas da área do curso e componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC.
- Grupo III, a carga horária de **800 horas** será distribuída entre a Prática pedagógica (Estágio Supervisionado e Prática nos Componentes Curriculares I e II).
- Atividades Complementares, a carga horária de **100 horas**, seguindo a Resolução CNE/CP n.º 1/2006.

Para o **Grupo I**, o início será no 1º semestre, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – conhecimento, prática e engajamento profissionais – como organizadoras do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I. O parágrafo único do art. 12 da Resolução CNE/CP 2/2019 traz uma série de temáticas que têm obrigatoriedade de serem atendidas no Grupo I, as temáticas obrigatórias previstas estão sendo atendidas, conforme demonstrado no Quadro 14: Relação Geral das Disciplinas da Base Comum.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Para o **Grupo II**, que compreende o aprofundamento de estudos na etapa e/ou no componente curricular ou área de conhecimento, a carga horária deve efetivar-se do 3º ao 8º semestre, no entanto as disciplinas Língua Portuguesa, Leitura e Produção de Texto e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS constam a partir do primeiro ano, devido à necessidade de melhor preparar o ingressante do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFTO, que muitas vezes chega ao ensino superior com dificuldades na leitura e escrita, além de não ter a vivência com a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Assim, a carga horária do Grupo II constante neste PPC, deverá contemplar:

a) Formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental:

I - as especificidades das escolas de Educação Infantil – creche ou pré-escola – seus modos de organização, gestão e rotinas;

II - as particularidades do processo de aprendizagem das crianças nas faixas etárias da creche e pré-escolar;

III – os princípios didáticos de planejamento, encaminhamento e avaliação de propostas pedagógicas que tenham como referência os eixos estruturantes de brincadeiras e interações das DCNs da educação infantil e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC – conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se – para garantir a consecução dos objetivos de desenvolvimento e a aprendizagem organizados nos campos de experiência da Educação Infantil conforme disposto na Base Nacional Comum Curricular;

IV - a revisão das áreas e componentes previstos pela BNCC-Educação Básica como um todo, seus conteúdos, unidades temáticas e objetos de conhecimento;

V - as competências gerais, por áreas e componentes, e as habilidades a serem constituídas pelos estudantes da Educação Básica;

VI - o aprendizado da dimensão prática do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para os estudantes da Educação Básica;

VII - as áreas e componentes, previstos na BNCC-Educação Básica como um todo, e para os anos iniciais do Ensino Fundamental em particular, seus conteúdos, unidades temáticas e objetos de conhecimento; e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

VIII - as competências gerais, por áreas e componentes, e as habilidades a serem constituídas pelos estudantes e que devem ser aprendidas e avaliadas pelos licenciandos desse curso de formação.

O § 1º do art. 13 da Resolução CNE/CP 2/2019 traz uma série de habilidades que têm obrigatoriedade de serem atendidas no Grupo II na parte de estudos comuns referentes à formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil e à formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental, essas habilidades obrigatórias previstas estão sendo atendidas, através dos diversos componentes curriculares constantes no Quadro 8: Relação Geral das Disciplinas da Base Específica.

Estão atendidas também as habilidades previstas nos § 2º e § 3º do art. 13 da Resolução CNE/CP 2/2019, que têm a obrigatoriedade de serem atendidas no Grupo II na parte específica de estudos para a formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil e para a formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para o **grupo III**, a carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, ser assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas para a prática nos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

Este PPC na composição da grade curricular contempla a Resolução CNE/CP n.º 01/2006, em seu Art. 8º, nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de:

I - disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação, contemplados no Grupo I e II, conforme art. 11 da Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019;

II - práticas de docência e gestão educacional que ensejem aos licenciandos a





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos, contemplados no Grupo III, conforme art. 11 da Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019;

III - atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas, sendo que Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019, não prever atividades complementares e TCC como componentes da carga horária mínima do curso, essa carga horária foi acrescida para além das 3.200,4 horas.

Segue o quadro demonstrativo de como estará distribuída a carga horária do PPC de Licenciatura em Pedagogia.

Quadro 8: Distribuição da carga horária

Quantitativos exigidos pelo Artigo 11 da Resolução CNE/CP n.º 2/2019 e consonância com a Resolução CNE/CP n.º 1/2006		
Item	Valor mínimo exigido	Atendido neste PPC
Número de Semestre	8 semestres	8 semestres
Grupo I	800 horas	800 horas
Grupo II	1.600 horas	1.600,4 horas
Grupo III - Estágio Curricular Supervisionado e Prática no Componente Curricular	800 horas	800 horas
Atividades Complementares - AC	-	40 horas
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC		60 horas
Carga Horária Total	3.200 horas	3.300,4 horas

2.2 GRADE CURRICULAR

A organização curricular obedece a uma sequência de componentes curriculares que preparam o discente para atuação profissional nas diversas áreas da docência, seja em ambientes de trabalhos privados ou públicos. A organização e administração dos conteúdos buscam



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

fomentar a proposta de interdisciplinaridade entre os componentes curriculares, preparando profissionais aptos a participarem ativamente do processo de ensino e aprendizagem, assim como, que permita uma formação baseada no perfil profissional do licenciado em Pedagogia.

O curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia será desenvolvido regularmente em 08 (oito) semestres, sendo que a carga horária total para a integralização do curso é de 3.300,4 horas.

Os tempos mínimo e máximo para integralização do curso, considerando ingresso por processo seletivo tradicional (vestibular) ou SISU, desconsiderando-se aproveitamento de créditos cursados anteriormente, a aprovação em exames proficiência em componentes curriculares são: I. Mínimo: 04 anos ou 08 semestres; II. Máximo: 08 anos ou 16 semestres.

O prazo máximo para integralização segue determinação do Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO, sendo regulamentado o dobro do prazo mínimo.

O Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia é oferecido integralmente na forma presencial, no turno noturno, com aulas de segunda a sexta-feira, podendo os sábados serem considerados como dias letivos, nos quais as aulas poderão ocorrer nos turnos matutino, vespertino ou noturno.

A coluna Prática dos Componentes Curriculares – PCCs, demonstra o atendimento às 400h estabelecidas no Art. 15 da Resolução CNE/CP 02/2019. Indica o quantitativo de horas reservadas à prática em disciplinas que possuem parte de sua carga horária destinada a criar oportunidade para situações de vivências, como experimentos, atividades específicas em ambientes profissionais, investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações. Outras informações sobre como serão desenvolvidas as práticas como componente curricular encontram-se em local próprio deste PPC.

Na coluna Carga Horária (CH) Extensão, pode-se observar o atendimento à Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior e à Resolução CONSUP/IFTO n.º 28 de 4 de fevereiro de 2021, que aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão nos cursos de graduação presenciais e a distância do Instituto Federal do Tocantins.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

A estrutura curricular apresentada neste PPC contempla a seguinte padronização: 01 (uma) hora-aula correspondendo a 50 (cinquenta) minutos. Em virtude disso, apresenta-se também a carga horária do curso em hora-relógio de 60 (sessenta) minutos e a quantidade total de horas-aula. Em resumo: os componentes curriculares com 80 horas-aula (04 aulas semanais) correspondem a 66,7 horas-relógio (60 minutos); os componentes curriculares com 40 horas-aula (02 aulas semanais) correspondem a 33,3 horas-relógio (60 minutos).

Nos quadros seguintes são definidos os componentes curriculares obrigatórios e optativos da grade curricular do curso, de acordo com a sequência de oferta.

2.2.1 Quadros demonstrativos da Grade Curricular do curso

Quadro 9: Grade Curricular: disciplinas obrigatórias (1º ao 8º)

1º Período								
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas de 50 min.)	Por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	PCCs (em hora 60 min.)		
PDP2D1	Filosofia da Educação	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
PDP1D2	Fundamentos de LIBRAS	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
PDP1D3	História da Educação e da Pedagogia	4	80	46,7	0	20	66,7	Não há
PDP1D4	Introdução à Psicologia da Educação	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
PDP1D5	Língua Portuguesa	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
PDP1D6	Metodologia Científica	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
Totais do 1º Período		20	400	313,4	0	20	333,4	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

2º Período								
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas e 50 min.)	Por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	PCCs (em hora 60 min.)		
PDP2D1	LIBRAS	4	80	26,7	40	0	66,7	Não há
PDP2D2	Leitura e Produção de Texto	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
PDP2D3	Noções de Informática	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
PDP2D4	Política e Legislação da Educação Básica	4	80	33,3	0	33,4	66,7	Não há
PDP2D5	Psicologia da Educação	4	80	36,7	0	30	66,7	Não há
PDP2D6	Sociologia da Educação	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
Totais do 2º Período		20	400	230	40	63,4	333,4	-

3º Período								
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas de 50 min.)	Por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	PCCs (em hora 60 min.)		
PDP3D1	Alfabetização e Letramento	4	80	26,7	40	0	66,7	Não há
PDP3D2	Currículo	4	80	66,7	0		66,7	Não há
PDP3D3	Didática	4	80	33,3	0	33,4	66,7	Não há
PDP3D4	Educação e Novas Tecnologias	2	40	16,7	0	16,6	33,3	Não há
PDP3D5	Educação em Direitos Humanos	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
PDP3D6	Ética Aplicada à Educação	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
PDP3D7	História e Cultura Indígena e Afro-brasileira	2	40	16,6	0	16,7	33,3	Não há
Totais do 3º Período		20	400	226,6	40	66,7	333,3	-





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

4º Período								
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas de 50 min.)	Por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	PCCs (em hora 60 min.)		
PDP4D1	Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	4	80	33,3	0	33,4	66,7	Não há
PDP4D2	Educação Inclusiva	4	80	33,3	0	33,4	66,7	Não há
PDP4D3	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação Infantil	4	80	26,7	40	0	66,7	Não há
PDP4D4	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
PDP4D5	Gestão Educacional	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
PDP4D6	Educação à Distância	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
Totais do 4º Período		22	440	260	40	66,8	366,8	-

5º Período								
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas de 50 min.)	Por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	PCCs (em hora 60 min.)		
PDP5D1	Literatura Infanto-Juvenil	4	80	33,3	0	33,4	66,7	Não há
PDP5D2	Investigação da Prática Educacional I	2	40	16,2	0	17,1	33,3	Não há
PDP5D3	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Matemática	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
PDP5D4	Neurociência e Aprendizagem	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
PDP5D5	Educação, Corporeidade e Movimento	4	80	16,7	50		66,7	Não há
PDP5D6	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte	4	80	26,7	40	0	66,7	Não há
Totais do 5º Período		22	440	226,3	90	50,5	366,8	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

6º Período								
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas de 50 min.)	Por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	PCCs (em hora 60 min.)		
PDP6D1	Eletiva I	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
PDP6D2	Fundamentos e Metodologias do Ensino das Ciências da Natureza	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
PDP6D3	Investigação da Prática Educacional II	2	40	15,3	0	18	33,3	Não há
PDP6D4	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Geografia	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
PDP6D5	Fundamentos e Metodologias do Ensino da História	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
PDP6D6	Práticas Recreativas e Lúdicas	4	80	33,3	0	33,4	66,7	Não há
PDP6D7	Ambientes Virtuais de Aprendizagem	2	40	16,7	0	16,6	33,3	Não há
Totais do 6º Período		22	440	298,7	0	68	366,7	-

7º Período								
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas de 50 min.)	Por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	PCCs (em hora 60 min.)		
PDP7D1	Eletiva II	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
PDP7D2	Investigação da Prática Educacional III	2	40	15,3	0	18	33,3	Não há
PDP7D3	Hardware Educacional	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
PDP7D4	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Inglesa	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
PDP7D5	Metodologia da Pesquisa	4	80	66,7	0	0	66,7	PDP1D6
PDP7D6	Educação de Jovens e Adultos	4	80	26,7	40	0	66,7	Não há
PDP7D7	Educação em Espaços não-escolares	4	80	26,7	40	0	66,7	Não há
Totais do 7º Período		22	440	268,7	80	18	366,7	-





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

8º Período								
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas de 50 min.)	Por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	PCCs (em hora 60 min.)		
PDP8D1	Eletiva III	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
PDP8D2	Educação e Trabalho	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
PDP8D3	Pedagogia de Projetos	4	80	26,7	40		66,7	Não há
PDP8D4	Seminário Temático em Educação	4	80	36,7	0	30	66,7	Não há
PDP8D5	Empreendedorismo	2	40	33,3	0	0	33,3	Não há
PDP8D6	Metodologias Integradas ao Ensino	2	40	16,7	0	16,6	33,3	Não há
PDP8D7	Princípios e Métodos de Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional	4	80	66,7	0	0	66,7	Não há
Totais do 8º Período		20	400	246,7	40	46,6	333,3	-

Quadro 10: Componentes curriculares obrigatórios

PERÍODO	Período em que haverá a oferta	CH Total das disciplinas	Pré requisitos
Atividades Complementares - AC		40	
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC*	8º	60	Ter concluído com êxito Metodologia da Pesquisa
Estágio Curricular Supervisionado I	5º	140	Ter concluído com êxito todas as disciplinas até o 4º período e matrícula simultânea com Investigação da Prática Educacional I
Estágio Curricular Supervisionado II	6º	140	Ter concluído com êxito todas as disciplinas até o 4º período e matrícula simultânea com Investigação da Prática Educacional II
Estágio Curricular Supervisionado III	7º	120	Ter concluído com êxito todas as disciplinas até o 4º período e matrícula simultânea com Investigação da Prática Educacional III
CARGA HORÁRIA TOTAL		500	

(*) O TCC somente poderá ser cursado no último período do curso, conforme Grade Curricular.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Quadro 11: Componentes curriculares obrigatórios

PERÍODO	Por semana (aulas de 50 min.)	Por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	PCCs (em hora 60 min.)	CH Total das disciplinas
1º PERÍODO	20	400	233,3	0	20	333,4
2º PERÍODO	20	400	163,2	40	63,4	333,4
3º PERÍODO	20	400	183,2	40	66,7	333,3
4º PERÍODO	22	440	176,5	40	66,8	366,8
5º PERÍODO	22	440	159,5	90	50,5	366,8
6º PERÍODO	22	440	198,5	0	68	366,7
7º PERÍODO	22	440	185,2	80	18	366,7
8º PERÍODO	20	400	179,9	40	46,6	333,3
TOTAL	168	3.360	2.070,4	330	400	2.800,4
Atividades Complementares - AC	-	-	-	-	-	40
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC*	-	-	-	-	-	60
Estágio Curricular Supervisionado	-	-	-	-	-	400
CARGA HORÁRIA TOTAL	-	-	-	-	-	3.300,4

(*) O TCC somente poderá ser cursado no último período do curso, conforme Grade Curricular.

Quadro 12: Lista de Disciplinas Eletivas

Catálogo das Disciplinas Eletivas							
Código	Disciplinas	CH teórica (Horas- relógio)	CH prática (Horas- relógio)	CH Total (Horas- relógio)	Aulas por semana	Total de aulas por semestre	Pré-requisitos
PDPLD1	Gestão da Sala de aula e Ambientes de Sala de Aula	33,3	-	33,3	2	40	-
PDPLD2	Conselhos de Controle Social	33,3	-	33,3	2	40	-
PDPLD3	Educação do Campo	33,3	-	33,3	2	40	-
PDP LD4	Gestão democrática nas escolas	33,3	-	33,3	2	40	-
PDPLD5	Educação indígena	33,3	-	33,3	2	40	-
PDPLD6	Tópicos Especiais em Educação	33,3	-	33,3	2	40	-
PDPLD7	Educação e Diversidade	33,3	-	33,3	2	40	-
PDPLD8	Gestão de pessoas	33,3	-	33,3	2	40	-
PDPLD9	Contação de história	33,3	-	33,3	2	40	-
PDPLD10	Ensino Religioso na	33,3	-	33,3	2	40	-





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

	Educação Básica						
--	-----------------	--	--	--	--	--	--

(*) As disciplinas eletivas são obrigatórias e fazem parte da carga horária total do curso. No entanto, dentre as dispostas no quadro, o estudante terá que cursar somente quantas estão previstas na grade curricular.

2.2.2 Quadros demonstrativos de atendimento à legislação do curso

Quadro 13: Demonstrativo do atendimento à Resolução CNE/CP n.º 2/2019

Quantitativos exigidos pelo Artigo 11 da Resolução CNE/CP n.º 2/2019		
Item	Mínimo exigido	Atendido neste PPC
Número de Semestres	8 semestres	8 semestres
Grupo I	800 horas	1600,4 horas
Grupo II	1.600 horas	800 horas
Grupo III - Estágio Curricular Supervisionado e Prática do Componente Curricular	800 horas	800 horas

Quadro 14: Relação Geral das Disciplinas da Base Comum

Disciplinas da Base Comum -Grupo I (Resolução CNE/CP n.º 2/2019, Art. 11)	Carga horária
Política e Legislação da Educação Básica	33,3
História da Educação e da Pedagogia	46,7
Didática	33,3
Introdução à Psicologia da Educação	66,7
Fundamentos de LIBRAS	66,7
Metodologia Científica	33,3
Psicologia da Educação	36,7
Filosofia da Educação	66,7
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	33,3
Noções de Informática	33,3
Sociologia da Educação	66,7
História e Cultura Indígena e Afro-brasileira	16,6
Currículo	66,7
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação Infantil	66,7
Educação Inclusiva	33,3
Gestão Educacional	33,3
Educação e Novas Tecnologias	16,7
Metodologias Integradas ao Ensino	16,7
Empreendedorismo	33,3
TOTAL	800



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Quadro 15: Relação Geral das Disciplinas da Base Específica

Disciplinas da Base Específica- Grupo II (Resolução CNE/CP n.º 2/2019, Art. 11)	Carga horária
Língua Portuguesa	33,3
Leitura e Produção de Texto	33,3
Alfabetização e Letramento	66,7
LIBRAS	66,7
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa	66,7
Educação em Direitos Humanos	33,3
Educação a Distância	66,7
Investigação da Prática Educacional I	16,2
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte	66,7
Ambientes Virtuais de Aprendizagem	16,7
Educação e Trabalho	33,3
Neurociência e Aprendizagem	66,7
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Matemática	66,7
Literatura Infanto-Juvenil	33,3
Educação, Corporeidade e Movimento	66,7
Investigação da Prática Educacional II	15,3
Metodologia da Pesquisa	66,7
Ética Aplicada à Educação	33,3
Fundamentos e Metodologias do Ensino da História	66,7
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Geografia	66,7
Práticas Recreativas e Lúdicas	33,3
Eletiva I	33,3
Investigação da Prática Educacional III	15,3
Hardware Educacional	66,7
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Inglesa	33,3
Educação de Jovens e Adultos	66,7
Fundamentos e Metodologias do Ensino das Ciências da Natureza	66,7
Educação em Espaços não-escolares	66,7
Eletiva II	33,3
Pedagogia de Projetos	66,7
Seminário Temático em Educação	36,7





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Princípios e Métodos de Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional	66,7
Eletiva III	33,3
TOTAL	1.600,4

Quadro 16: Relação Geral das Disciplinas da PCC

Disciplinas Prática no Componente Curricular-PCC - Grupo III (Resolução CNE/CP n.º 2/2019, Art. 11)	Carga horária
História da Educação e da Pedagogia	20
Psicologia da Educação	30
Política e Legislação da Educação Básica	33,4
História e Cultura Indígena e Afro-brasileira	16,7
Didática	33,4
Educação e Novas Tecnologias	16,6
Educação Inclusiva	33,4
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	33,4
Investigação da Prática Educacional I	17,1
Literatura Infanto-Juvenil	33,4
Ambientes Virtuais de Aprendizagem	16,6
Práticas Recreativas e Lúdicas	33,4
Investigação da Prática Educacional II	18
Seminário Temático em Educação	30
Metodologias Integradas ao Ensino	16,6
Investigação da Prática Educacional III	18
TOTAL	400

Quadro 17: Relação Geral das Disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado

Disciplinas Prática como Estágio Curricular Supervisionado- Grupo III (Resolução CNE/CP n.º 2/20019, Art. 11 e Resolução CNE/CP n.º 1/2006)	Carga horária
Estágio Curricular Supervisionado I	140,0
Estágio Curricular Supervisionado II	140,0
Estágio Curricular Supervisionado III	120,0
TOTAL	400,0

2.3 METODOLOGIA

A metodologia de ensino assume papel relevante, juntamente com a relação e a estrutura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

do conteúdo e as condições de aprendizagem, para que proporcione ao estudante um modo de assimilação significativa e crítica da ciência, da tecnologia e da cultura, para que possa confrontá-las com as necessidades de interesses socioculturais (ODP/IFTO, 2016).

De acordo com a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determina o fim dos currículos mínimos obrigatórios. A matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Porto Nacional, do IFTO, com intuito de proporcionar um currículo flexível e motivador o bastante para possibilitar ao estudante a livre escolha dos componentes curriculares a serem cursados, oferece uma estrutura curricular adaptável e com a presença mínima de pré-requisitos.

O conceito de flexibilização pressupõe a possibilidade de propiciar uma experiência diferenciada nas trajetórias individuais, permitindo, a partir de um núcleo básico comum, composto pelo que se poderia considerar a essência da formação profissional, um arranjo próprio e personalizado. Esse arranjo permite que diferentes expectativas e experiências possam conviver harmonicamente no conjunto de um curso.

Serão utilizados diferentes métodos no processo de ensino, priorizando a utilização de metodologias ativas que proporcionem aprendizagem participativa, visando valorizar:

- os conhecimentos e habilidades prévias dos estudantes;
- a realidade dos estudantes referentes ao pertencimento social e cultural;
- o trabalho coletivo entre equipe pedagógica, professores e estudantes;
- a adequação dos currículos conforme a realidade local;
- o diálogo entre instituição e comunidade;
- a interpretação e a discussão de conteúdos, conduzindo à aprendizagem significativa;
- a utilização de tecnologias de informação e comunicação;
- a investigação científica, visando ao desenvolvimento de espírito científico, à formação de sujeitos autônomos e cidadãos e ao avanço da ciência e da tecnologia;
- a capacidade individual de aprendizagem de cada estudante;
- a diversificação de estratégias pedagógicas.

Dentro dessa perspectiva, no Curso Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Porto





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Nacional serão estimulados:

- desenvolvimento de projetos capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso;
- realização de atividades complementares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional;
- atividades interdisciplinares e contextualizadas, comprometidas com o desenvolvimento do espírito científico;
- participação em planejamentos, eventos e reuniões em escolas públicas;
- atividades de extensão;
- pesquisas e leituras por meio de acessos a repositórios e bancos de imagens;
- utilização de ferramentas, aplicativos e recursos educacionais que permitam enquetes, criação colaborativa, simulações, gestão de projetos, comunicação, gamificação, produção de conteúdos etc
- trabalhos em equipe e de pesquisa, visando a apresentação de seminários;
- relatórios de ensaios e atividades desenvolvidas em aula ou atividade extraclasse;
- execução e apresentação de projetos para desenvolver trabalhos de iniciação científica e tecnológica;
- discussões em grupo mediante a apresentação de um problema, buscando-se a solução;
- estudos de caso;
- sala de aula invertida;
- utilização de práticas, ações e recursos exitosos e inovadores

A postura do professor se evidenciará como incentivadora e orientadora, garantindo situações que estimulem a participação ativa do estudante no ato de aprender, orientando-o para que possa construir seu próprio conhecimento. Além das aulas teóricas serão incentivadas as atividades práticas, a pesquisa e a extensão.

No processo de interação professor/estudante o diálogo é fundamental. A partir de uma questão problematizadora, o professor expõe o que sabe, procurando relacionar com os conhecimentos prévios e empíricos dos estudantes, na busca por resolução da situação-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

problema que desencadeou a discussão. São apresentadas aos estudantes propostas de atividades desafiadoras que acionam seus esquemas cognitivos. As situações adversas proporcionarão aos estudantes, de forma individual ou em equipe, observar, descrever, relatar, dialogar, debater, ler, escrever, comparar, identificar, diferenciar, analisar, sintetizar, deduzir, concluir, julgar, avaliar, propor, comparar hipóteses, desenvolver projetos e produtos.

Os professores do curso serão incentivados a usar diversos métodos no desenvolvimento dos componentes curriculares, especialmente os que envolvem metodologias ativas, observando sempre as vantagens e as limitações de cada um. O uso dessas metodologias visa contribuir para que os estudantes desenvolvam autonomia, expandindo as suas potencialidades. No plano de ensino de cada professor, constarão informações sobre como as atividades serão desenvolvidas.

Ressalta-se a possibilidade de oferta de disciplinas isoladas, fora da periodização sequencial do curso, a fim de atender possíveis interrupções na oferta da grade, a exemplo de cursos de verão e outros dispositivos legais que atendam à ODP-IFTO e às Diretrizes Curriculares Nacionais.

A equipe pedagógica do *campus* acompanhará os docentes na elaboração, execução e avaliação dos planos de ensino para que estejam em consonância com o disposto no PPC e com as normas internas do IFTO.

As unidades curriculares serão trabalhadas considerando os conhecimentos e a realidade dos estudantes, buscando-se a interdisciplinaridade, o pensamento crítico para a resolução de problemas, a criatividade e a inovação, articulados a um itinerário de formação flexível e personalizado.

A participação dos estudantes em atividades internas e externas ao *campus*, como atividades de pesquisa e inovação, extensão, eventos acadêmicos, culturais, esportivos e sociais, será incentivada e oportunizada conforme as condições logísticas e orçamentárias do *campus*. Estudantes serão incentivados a participarem de editais de fomento à iniciação científica.

A ação docente deverá fazer uso de mecanismos didático-metodológicos que superem práticas pedagógicas dicotomizadas, em que os conhecimentos são trabalhados isoladamente. Deve haver a compreensão de que a organização de disciplinas em uma matriz curricular representa apenas um mecanismo de natureza didática que serve para expressar as áreas de





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

conhecimento, considerando a prática de planejamento participativo, em que o trabalho docente seja concebido e vivenciado por meio de ações de trabalho que busquem práticas inter e transdisciplinares.

O curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia estimula no estudante o desenvolvimento da cultura investigativa, metodológica e a postura proativa que lhe permite avançar frente aos desafios da profissão docente. Diante de tais mecanismos, durante o curso o estudante será incentivado a participar de projetos de ensino, pesquisa e extensão em parceria com instituições públicas e privadas.

A formação do licenciado baseia-se em atividades que contemplem um desenvolvimento articulado às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão visando à consolidação da produção do conhecimento bem como encontrar um equilíbrio entre demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

As atividades de Ensino estão pautadas na oportunidade de informação, vivências, observações, reflexões e práticas, com base nos fundamentos teórico metodológicos ministrados em sala de aula e por meio de conteúdos programáticos a partir da grade curricular visando o conhecimento. Como atividades de ensino serão compreendidas: componentes curriculares; grupos de estudos; seminários temáticos; monitoria escola e monitoria acadêmica. Os componentes curriculares serão construídos a partir da compreensão de que cada aula será uma oportunidade para se exercitar a relação holística entre teoria e prática, observando que o aprendizado é atividade fim para a formação do licenciado em Pedagogia.

A atividade de Pesquisa compreende um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado no IFTO com os diversos segmentos educacionais. Por meio de metodologias participativas, o IFTO buscará a possibilidade de produção de conhecimento favorecendo o diálogo entre os pesquisadores e os pesquisados, visando à produção e ressignificação de conhecimentos que favoreçam as transformações sociais.

A atividade de Extensão é entendida como uma possibilidade de o IFTO assumir um processo educativo, cultural e científico diferenciado que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e promove relação entre a instituição de ensino e a sociedade. Por meio da tríade ensino/pesquisa e extensão poderá ser assegurada a práxis do conhecimento acadêmico, promovendo benefícios para o IFTO e para a sociedade.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

O currículo do curso responde às demandas da sociedade na contemporaneidade e atende questões referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei n.º 11.645, de 10/03/2008; Resolução CNE/CP n.º 01, de 17 de junho de 2004), o Curso de Licenciatura em Pedagogia possui componentes curriculares e ementas que contemplam as Leis e resoluções citadas em Didática, Educação inclusiva e História e Cultura Indígena e Afro-brasileira.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N.º 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N.º 1, de 30/05/2012, retrata que a Educação em Direitos Humanos observa os seguintes princípios da dignidade da pessoa humana, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, e sustentabilidade socioambiental, como indicado pelo Parecer CNE/CP N.º 8/2012 e ressalta que:

A ideia de Direitos Humanos diz respeito a um conjunto de direitos internacionalmente reconhecidos, como os direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, que se referem à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. Atuando como linguagem internacional que estabelece a sua conexão com os estados democráticos de direito, a política dos direitos humanos pretende fazer cumprir: a) os direitos humanos que estão preconizados e trabalhar pela sua universalização e b) os princípios da contemporaneidade: da solidariedade, da singularidade, da coletividade, da igualdade e da liberdade. (PARECER CNE/CP N.º 8/2012, p. 3).

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos no curso de Licenciatura em Pedagogia será como conteúdo específico da componente: Educação em Direitos Humanos, 3º Período e abordada nos componentes curriculares: História da Educação e da Pedagogia e Sociologia da Educação.

Quanto à Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, será garantido o acesso desses educandos no curso de Licenciatura em Pedagogia; bem como a inclusão do tema será objeto de estudo nos componentes de Educação Inclusiva, Psicologia da Educação, Neurociências e Aprendizagem. Para o melhor atendimento os educandos e professores contarão com o apoio do setor biopsicossocial do *Campus*.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

A temática Políticas de Educação Ambiental com base na Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002, será abordada nos componentes curriculares Ética Aplicada à Educação, Hardware Educacional; Fundamentos e Metodologias do Ensino das Ciências da Natureza e trabalhada transversalmente nos componentes de Fundamentos e Metodologias e nas disciplinas da educação infantil, quando explorar o campo de experiência: Espaços, tempo, quantidades, relações e transformações.

Busca-se atender a Lei n.º 10.741/03 (Estatuto do Idoso), em seu art. 22: “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria”. Assim, nos componentes curriculares serão trabalhados conhecimentos referentes ao processo de e em algumas ementas este tema será abordado de forma direta em Educação de Jovens e Adultos e Sociologia da Educação e Educação Inclusiva.

A temática inclusiva, como previsto na Resolução CNE/CP n.º 2/2015, a grade curricular possui a disciplina de Fundamentos de Libras e LIBRAS, componentes obrigatórios nos cursos de licenciatura, apresentam a linguagem gestual usada pelos surdos brasileiros utilizando gestos e sinais em substituição à língua oral.

A Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 versa sobre a acessibilidade como fator de inclusão. Para atender às demandas vinculadas a este quesito, o *Campus* Porto Nacional, conta com o Setor de Acompanhamento Biopsicosocial que oferece apoio de profissionais da área de psicologia a estudantes, professores, e técnicos-administrativo que apresentem transtorno do espectro autista, ou que estejam em situação de fragilidade. Além disso, a instituição conta com um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que articula pessoas e setores para o desenvolvimento de ações com o objetivo principal de criar na instituição a cultura da "educação para a convivência", aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais. O NAPNE tem a finalidade de contribuir na implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades específicas, realizando, ainda, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Ainda para atender as demandas legais e sociais quanto a acessibilidade, o IFTO –





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Campus Porto Nacional promove a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações, incluindo uma série de atividades, a saber: campanhas de conscientização para a comunidade acadêmica e colaboradores em diversos espaços com o objetivo de despertar o convívio com a diferença, fortalecendo o convívio com a diversidade; aplicação de cartazes contendo mensagens referentes aos cuidados necessários com os portadores de deficiência física; apoio aos funcionários, técnicos e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo.

O *Campus* Porto Nacional ofertará com frequência programas de formação, capacitação e sensibilização de professores para que eles utilizem metodologias de ensino com recursos e estratégias que possam assegurar o uso de estilos de aprendizagem diferentes, promovendo acesso e permanência dos estudantes e colaboradores com deficiência em todo contexto educacional e laboral no intuito de ampliar ao máximo sua Acessibilidade Pedagógica.

Para reafirmar a seu compromisso no acesso à informação, o *Campus* tem considerável investimento na área tecnológica. A instituição dispõe de Laboratórios de Informática, com acesso à internet cabeada e softwares disponíveis para aulas, ambiente virtual de aprendizagem, com disponibilização de conteúdo e atividades online. A plataforma recomendada será o Moodle. O acesso aos laboratórios depende de reserva prévia e é controlado em formulários de registro. Além do acesso à internet dos laboratórios, existe a rede sem fio Wi-Fi, disponibilizando internet em locais estratégicos do *campus*.

Com relação apoio financeiro a instituição conta com diversos modelos de bolsas distintos, primeiramente por se manter fiel ao tripé da educação pública de qualidade, mantendo projetos de ensino, pesquisa e extensão. Além das bolsas de pesquisa e extensão, a instituição conta ainda com bolsas assistenciais voltadas à permanência, à alimentação e ao transporte dos estudantes. Todos os modelos de bolsas do *Campus* podem contemplar tanto estudante de ensino médio quanto de graduação.

Ao início de cada semestre deverão ser realizadas reuniões de colegiado para se contemplar a execução e avaliação das disciplinas do semestre anterior, o cumprimento percentual da ementa bem como eventuais críticas às mesmas.

O IFTO *campus* Porto Nacional possui convênios com diversas escolas da região para o cumprimento de disciplinas de estágio do curso e aproveitamento de técnicas e materiais





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

desenvolvidos nas disciplinas práticas e oficinas do curso a serem apresentadas nestas escolas tanto nos estágios quanto em momentos oportunos, em acordo com os calendários do IFTO e da escola receptora.

Para auferir o título de licenciado, o estudante deverá cursar e obter aproveitamento em todos os componentes curriculares, incluindo os três Estágios, o Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Complementares.

Os componentes curriculares que compõem o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFTO *Campus* Porto Nacional serão ministrados com aulas teóricas e com práticas nos componentes curriculares, sendo estas, norteadas pelo plano de ensino conforme definição do professor. Haverá, ainda, atividades de pesquisa e extensão, conforme descrição em local próprio deste PPC.

2.3.1 Disciplinas que possuem carga horária destinada à Prática dos Componentes Curriculares – PCCs

No Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Porto Nacional, as atividades destinadas às Práticas dos Componentes Curriculares – PCCs constam desde o primeiro período, sendo desenvolvidas em diversos ambientes de aprendizagem, de forma que os estudantes possam relacionar a teoria com a prática.

Assim, foi destinada parte da carga horária de várias disciplinas para que os estudantes, por meio de experiências práticas, se preparem para enfrentar o desafio da aprendizagem permanente. Essas práticas serão desenvolvidas com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas e à resolução de situações-problema características do cotidiano profissional, com encaminhamento para solução de problemas identificados.

As práticas como componente curricular visam atender à Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019. São orientadas pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico, possibilitando ao educando se preparar para enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente e consistem no planejamento de sequências didáticas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Em atendimento ao Art. 15 da Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, serão, obrigatoriamente, acompanhadas por docente da instituição formadora e por 1 (um) professor experiente da escola onde o estudante a realiza, com vistas à união entre a teoria e a prática e entre a instituição formadora e o campo de atuação. Serão efetivadas mediante o prévio ajuste formal entre as instituições, dando-se preferência a escolas e instituições públicas.

A prática estará presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduzirá, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado. Serão registradas em portfólio, compilando evidências das aprendizagens do licenciando.

Os professores especificarão em seu Plano de Ensino e registrarão no Plano de Aula quais atividades estão sendo desenvolvidas, incluindo todos os detalhes sobre seus objetivos, planejamento, execução e avaliação.

Conforme consta na ODP-IFTO, vigente, o NDE e a coordenação do curso são corresponsáveis pela execução e avaliação do projeto do curso e por conseguinte do acompanhamento ao planejamento, execução, avaliação e registro das práticas.

2.3.2 Disciplinas eletivas

As disciplinas eletivas são de cumprimento obrigatório. Possibilitam aos estudantes aprofundarem sua formação em um dos possíveis campos de atuação. Esse conjunto de componentes curriculares possui característica mais dinâmica, podendo sofrer alterações no tempo, sendo de responsabilidade da Coordenação de Curso e Núcleo Docente Estruturante propor atualização, em sintonia com as demandas oriundas da sociedade.

O estudante elegerá, dentre a lista de eletivas apresentada, qual disciplina irá cursar no semestre, conforme o quantitativo de eletivas exigido nos períodos.

Os procedimentos da oferta e demais disposições sobre disciplinas eletivas seguem o estabelecido no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO, vigente.

2.3.3 Disciplina optativa

Não se aplica.





2.3.4 Disciplinas que possuem carga horária a distância

Não se aplica

2.3.5 Atividades de extensão curriculares

A extensão no Curso Superior Licenciatura em Pedagogia encontra-se inserida no currículo de forma a atender ao disposto na Resolução CNE/CES n.º 7 de 18 de dezembro de 2018 e na Resolução Consup/IFTO n.º 28, de 4 de fevereiro de 2021, que preveem no mínimo 10% da carga horária do curso para essa atividade. Assim, foram destinadas, no mínimo 330 h para o planejamento, execução e avaliação de atividades de extensão inseridas na carga horária de disciplinas, conforme observa-se na grade curricular.

Por meio da extensão, estabelecem-se mecanismos que inter-relacionam o saber acadêmico e o popular, bem como as ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com entidades da sociedade civil. As atividades ocorrerão com a participação dos estudantes em ações integradas projetadas de acordo com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades.

Essas atividades visam contribuir para a formação integral do estudante; estabelecer diálogo construtivo com setores da sociedade; e promover compromisso social, em especial, no que tange à comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, questões étnico-raciais e indígenas. Visam também promover reflexões sobre ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; o incentivo à atuação da comunidade acadêmica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, e a construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Em atendimento à Resolução Consup/IFTO n.º 28, de 4 de fevereiro de 2021, a composição curricular com fins de curricularização da extensão envolvem as seguintes ações, sempre com atividades dos acadêmicos orientadas por professores e, de forma colaborativa, por técnicos administrativos em educação, direcionadas e aplicadas à comunidade externa, de acordo com o perfil de formação:

I - programas: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

preferencialmente de caráter continuado, multidisciplinar e integrado às atividades de pesquisa e/ou de ensino e inovação;

II - projetos: conjunto de atividades processuais contínuas, desenvolvidas por prazos determinados, com objetivos específicos, podendo ser vinculados ou não a um programa;

III - cursos: ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial e/ou a distância, planejada para atender às demandas de um determinado público, visando ao desenvolvimento, à atualização e ao aperfeiçoamento de conhecimentos;

IV - eventos: ação que tem por objetivo promover e divulgar o fazer institucional com a participação de público interno e externo; e

V - prestação de serviços: toda espécie de atividade ou trabalho lícito, material ou imaterial, contratada mediante contrapartida ou não, excluídas as relações de emprego e outros serviços regulados por legislação específica.

As atividades direcionadas à execução de programas e projetos relacionados à curricularização da extensão serão cadastradas no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) em Edital de Fluxo Contínuo Específico da Curricularização.

O cadastro dos projetos de extensão no SUAP será realizado pelo docente do componente curricular, sendo este o coordenador e responsável pelo desenvolvimento das atividades.

As atividades de extensão serão planejadas antes do início do semestre de sua oferta para agilizar o processo de cadastro, validação e homologação no respectivo semestre de oferta.

Os registros das atividades relacionadas a cursos, prestação de serviços e eventos deverão ser cadastrados pelo docente responsável pela atividade nos respectivos sistemas vigentes no IFTO.

A Resolução Consup/IFTO n.º 28, de 4 de fevereiro de 2021 estabelece que os professores irão propor, executar e acompanhar as atividades de extensão bem como acompanhar e avaliar o desenvolvimento dessas atividades pelos estudantes.

Os professores das disciplinas que envolvem carga horária de extensão manterão registradas informações sobre seus objetivos, planejamento, execução e avaliação. Deverão supervisionar todo o desenvolvimento dessas atividades; manter as evidências do seu cumprimento compartilhadas com a coordenação do curso; especificar em seu Plano de Ensino;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

e registrar no Plano de Aula os detalhes sobre seus objetivos, planejamento, execução e avaliação.

As atividades de extensão deverão ser avaliadas regularmente quanto à frequência e aproveitamento dos estudantes e quanto ao alcance e efetividade de seu planejamento, por meio de um processo de autoavaliação.

Conforme § único do Artigo 7º da Resolução Consup/IFTO n.º 28, de 4 de fevereiro 2021, o Estágio, o Trabalho de Conclusão de Curso (mesmo quando resultante de práticas de extensão) e as Atividades Complementares não serão computados para integralizar a carga horária da extensão porque cada um desses componentes curriculares possui limites próprios de cargas horárias e elas não geram compensação entre si.

O NDE promoverá a avaliação das atividades de extensão, que servirá como base para construção de indicadores de alcance e efetividade, orientados pela Pró-Reitoria de Extensão e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme os processos a serem adotados pelo IFTO durante a implantação da curricularização.

Demais disposições sobre atribuição dos atores envolvidos e sobre procedimentos para a realização dessas atividades encontram-se no Regulamento da Curricularização da Extensão nos cursos de graduação presenciais a distância do Instituto Federal do Tocantins (Resolução Consup/IFTO n.º 28, de 4 de fevereiro de 2021).

2.3.6 Atividades de extensão extracurriculares

No decorrer do curso, será possibilitado aos estudantes participarem em outras atividades de extensão, além das que se encontram previstas na grade curricular do curso. Como exemplo dessas atividades podemos citar os editais promovidos pela Proex/IFTO que envolvem a extensão e algumas das atividades possibilitadas pelo Identidade-IFTO.

A participação com projetos que concorrem a editais específicos para a extensão será formalizada por meio de processos institucionais já existentes, com ou sem o incentivo de bolsa, ou por meio da participação, proposição e/ou organização de atividades de extensão no formato de programa, projeto, evento, cursos, prestação de serviços e visitas técnicas.

A participação de estudantes em extensão extracurricular não é obrigatória, mas é importante para a construção crítica e investigativa no ensino superior, obedecendo, assim, ao





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

princípio de que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis (Art. 53/ LDB – 1996).

Conforme ODP, vigente, os comprovantes de participação em atividades de extensão extracurriculares poderão ser utilizados para comprovar carga horária de atividades complementares.

Dessa forma, a integração deste “tripé” se dará também por meio de ações promovidas pelo IFTO.

2.3.7 Atividade de pesquisa

A pesquisa fará parte da prática pedagógica deste curso como mecanismo de aprofundamento do ensino. Estudantes serão incentivados à pesquisa, utilizando métodos qualitativos e quantitativos de investigação científica em seus estudos. A pesquisa será incentivada enquanto recurso didático dos componentes curriculares, bem como através de associação formal do docente junto ao Núcleo Inovação Tecnológica (NIT), Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI), setor de pesquisa local do *Campus* e grupos formalizados que têm como objetivo fomentar pesquisas para análise, discussão e a proposição de ações relacionadas ao desenvolvimento tecnológico da região.

Os projetos que envolvam pesquisa com seres humanos deverão conter na sua elaboração uma seção/item sobre seus aspectos éticos, devendo ser anexado parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), credenciado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme os termos da Portaria 466/96, do Conselho Nacional de Saúde. É condição indispensável para o credenciamento das instituições com atividade de ensino ou pesquisa com animais a constituição prévia de Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs).

O IFTO possui CEUA e CEP composto por servidores e comunidade externa (Resolução n.º 25/2015/CONSUP/IFTO e Resolução n.º 06/2019/CONSUP/IFTO).

2.3.8 Monitoria

O exercício da monitoria é vinculado a uma disciplina. Visa proporcionar aos estudantes participação ativa no âmbito de uma unidade curricular, sob orientação de um docente responsável, com objetivo de contribuir para a melhoria do ensino, promover cooperação





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

acadêmica entre estudantes e professores e fomentar a iniciação à docência.

Para selecionar monitores, o *campus* lançará editais de seleção, amplamente divulgados, com a devida regulamentação do funcionamento do programa.

A organização da monitoria seguirá regras constantes na ODP, vigente, do IFTO.

2.3.9 Atividades acompanhadas

O regime especial de Atividades Acompanhadas é um processo que envolve tanto a família quanto a instituição e possibilita ao estudante realizar atividades acadêmicas quando houver impedimento de frequência às aulas.

As Atividades Acompanhadas caracterizam-se pela execução, em condições específicas, de atividades designadas pelos professores e realizadas pelo estudante que, se cumpridas a contento, compensarão as ausências nas aulas. Essa atividade é concedida ao estudante o qual estará amparado pelo Decreto-Lei n.º 1.044/1969 e Lei n.º 6.202/1975.

O estudante no regime de Atividades Acompanhadas poderá receber orientação acadêmica fora da instituição, dentro das possibilidades do *campus*. Poderão solicitar a realização de Atividades Acompanhadas os estudantes regularmente matriculados no IFTO e que atendam às condições especificadas no Regulamento da Organização Didático Pedagógica, vigente, onde também se encontra disposto sobre os processos para o requerimento.

2.3.10 Ações para evitar a retenção e evasão

A evasão tem, em suas causas, os mais diversos fatores (internos, externos e individuais). O IFTO desenvolve várias estratégias e ações para diminuir a retenção e a evasão. Podemos destacar:

a) Ensino Pesquisa e Extensão: discussão da avaliação, reforço escolar, monitoria, nivelamentos, acessibilidade metodológica e instrumental, acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, dentre outros;

b) Assistência e acompanhamento estudantil: auxílios financeiros por meio de bolsas, intervenção da equipe multiprofissional, como apoio psicopedagógico, psicólogos, pedagogos, assistente social, enfermeiros, nutricionistas e NAPNE;

c) Atividade Extraclasse: esportes, cultura, lazer, arte, pesquisa, extensão, olimpíadas,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

participação em centros acadêmicos, em intercâmbios nacionais e internacionais.

Na pandemia Covid-19, buscando minimizar o impacto do cenário de isolamento social, entre outras variáveis que interferem no engajamento dos estudantes com o ensino, os *campi* da instituição desenvolveram seus Planos Emergenciais de Permanência e Êxito (PEPE), disponíveis em: <<[Para evitar a retenção dos alunos, serão desenvolvidas ao longo do curso ações de permanência e êxito, tais como: acompanhamento sistematizado dos estudantes que não alcançarem aproveitamento na aprendizagem, orientando os quanto aos motivos que os levaram à retenção e promovendo o incentivo à superação das dificuldades; execução da assistência de apoio ao estudante através de auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-moradia, auxílio material didático, auxílio uniforme, auxílio emergencial e auxílio aos pais estudantes, atendendo prioritariamente os estudantes em situação de vulnerabilidades social; e orientação e atendimento individualizado e/ou coletivo aos alunos que cometeram infração disciplinar, baixo desempenho, faltosos, acometidos de enfermidade \(física ou psicológica\) e baixa vulnerabilidade social pelo orientador educacional, psicólogo, assistente social e enfermeira, oportunizando aos estudantes momentos de conversas e orientações específicas sobre suas dificuldades.](http://www.ifto.edu.br/noticias/ifto-elabora-elabora-planos-emergenciais-de-permanencia-e-exito#:~:text=Com%20a%20retomada%20das%20aulas,do%20cen%C3%A1rio%20atual%20de%20isolamento>>.</p></div><div data-bbox=)

Algumas ações previstas no PEPE do *Campus* Porto Nacional:

- verificação através do SUAP da frequência e do rendimento quantitativo da aprendizagem dos alunos;
- realização e acompanhamento pedagógico (Monitoria) para os alunos do ensino médio integrado, com foco nas disciplinas críticas;
- realização da semana pedagógica com foco na formação continuada dos professores e apoio pedagógico;
- realização de ações do NAPNE, como acompanhamento de alunos e aquisição de equipamento para promover a inclusão.

Como forma de evitar a evasão escolar, haverá, por parte da coordenação do curso e por





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

parte do colegiado de curso, um acompanhamento constante do corpo estudantil visando identificar causas da evasão escolar com o objetivo de evitá-la. Essa ação é realizada por meio do acompanhamento da frequência dos estudantes com regularidade, tendo como instrumento o sistema acadêmico. Em casos da ocorrência da desistência de estudantes, será realizado contato pessoal, telefônico ou via e-mail para identificar os motivos reais que os levaram a desistir, de forma a tentar corrigir os problemas que ocasionaram a desistência e o abandono do curso antes de sua conclusão.

A fim de viabilizar a permanência do estudante no curso, a Instituição garante a assistência aos estudantes carentes de acordo com os programas governamentais de assistência ao educando.

Para mitigar a retenção escolar os estudantes contarão com o auxílio de monitores para os componentes curriculares, bem como, de forma institucionalizada, com o atendimento ao estudante por parte dos professores do curso, os quais possuem carga horária de trabalho alocado para esse fim, conforme Regulamento dos Regimes de Trabalho Docente do IFTO.

A Coordenação de Curso e o Colegiado de Curso, em suas reuniões ordinárias, tratarão dos problemas propondo soluções e acompanhando o andamento das turmas de maneira a evitar ao máximo a evasão e a retenção no curso.

Com o propósito de fomentar a formação continuada dos professores e apoio pedagógico aos estudantes do *Campus* Porto Nacional do IFTO, deverá ser realizada anualmente a Semana Acadêmica do Curso Licenciatura em Pedagogia, a qual fará abordagem a um tema central e a outros temas adjacentes. O evento busca atender as expectativas dos estudantes do curso através da realização de palestras, oficinas, debates e apresentações de Trabalhos Técnico-Científicos desenvolvidos dentro e fora do *Campus*.

2.3.11 Acessibilidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins é uma instituição de ensino socialmente responsável buscando continuamente o atendimento à acessibilidade em todas as suas acepções.

Em atendimento às dimensões de ações inclusivas estabelecidas pelo INEP/MEC, destacam-se a acessibilidade arquitetônica, atitudinal, pedagógica/metodológica,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

comunicacional, digital e instrumental no desenvolvimento do curso, as quais representam um diferencial no itinerário formativo, a saber:

- **Acessibilidade Arquitetônica (física):** eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos. Nesse quesito, o *Campus* Porto Nacional oferece aos estudantes rampas de acesso, corrimão, piso tátil na entrada e no hall do bloco II, banheiros adaptados, e identificações dos setores com placas em braile, portas amplas e estacionamentos com vagas destinadas às pessoas com deficiência física e idosos.
- **Acessibilidade Atitudinal:** refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Nesse quesito, o *Campus* Porto Nacional oferece aos estudantes campanhas informativas em alusão às pessoas com especificidades, além disso é feita orientações aos servidores, via SEI, e formações continuadas de como acolher e abordá-los dentro e fora das salas de aulas. As acessibilidades atitudinais serão garantidas também por meio de conscientização entre estudantes, docentes e demais servidores do *campus* envolvidos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- **Acessibilidade Pedagógica/Metodológica:** ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.) etc. Está relacionada diretamente a duas questões: **a)** à atuação docente – a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e **b)** com conteúdos curriculares, previstos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) que possibilitam ao estudante o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso. Os docentes e demais servidores do *campus* serão incentivados a buscar a inclusão, garantindo o atendimento à acessibilidade pedagógica/metodológica em suas atividades, de forma a buscar estratégias de aprendizagem que estimulem a relação teoria-prática, inovadoras e que favoreçam a autonomia do estudante. Quanto à concepção do PPC, o NDE e comissão responsável visaram atender a todos os requisitos das diretrizes específicas, buscando a formação de estudantes com um perfil atualizado às necessidades profissionais, humanísticas e ambientais. O projeto será constantemente avaliado e aprimorado, conforme encontra-se previsto neste PPC, no item específico que trata de Aprimoramento Contínuo do Projeto do Curso. O *Campus* Porto Nacional oferece, também, aos estudantes:





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- encaminhamento multiprofissional a partir de dados obtidos pela Coordenação de Registros Escolares (CORES), no ato da matrícula;
- é realizado um protocolo de avaliação de anamnese, bem como pedagógica;
- encaminhado aos coordenadores e docentes com as orientações quanto às Necessidades Educacionais Específicas (NEE);
- presença de intérprete/tradutor de Libras dentro da sala de aula;
- acompanhamento pedagógico com o profissional especializado em AEE na sala de recurso multifuncional;
- disponibilização de materiais ampliados e em libras;
- formações continuadas para servidores e ofertas de minicursos/oficinas para os estudantes;
- adaptação do ambiente pedagógico de acordo com as necessidades educacionais específicas;
- **Acessibilidade Comunicacional:** Ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela etc. Nesse quesito, o *Campus* Porto Nacional oferece aos estudantes:
 - vídeos institucionais com a janela de intérprete;
 - site do *Campus* acessível em libras e acessível para pessoas com cegueira/baixa visão;
 - publicações nas redes sociais do *Campus* com legendas descritivas dos recursos visuais;
 - identificações dos setores com placas em braile;
- **Acessibilidade Digital:** Ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos. A acessibilidade digital favorece a comunicação e a interatividade entre professores, estudantes e tutores. Visam, assim, assegurar o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar, o que possibilita experiências diversificadas na aprendizagem. Nesse sentido, o *Campus* Porto Nacional oferece





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

aos estudantes:

- plataforma educacional (moddle) com a disponibilização das aulas em Libras e outros objetos de conhecimento que atendam a especificidade do estudante;
- uso do google meet com aulas legendadas;
- lupa eletrônica digital.
- **Acessibilidade Instrumental:** Ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade os recursos de tecnologia assistiva incorporados em lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc.

Nesse quesito o *Campus* Porto Nacional oferece aos estudantes:

- cadeira de rodas;
- mesa para cadeirante;
- plano inclinado
- lupa eletrônica digital;
- lupa de mão;
- sorobam ou ábaco;

Serão realizadas palestras, formações pedagógicas e eventos, com previsão no calendário acadêmico que visem à efetivação dessas acessibilidades.

Destacam-se aqui também outras ações como o Napne, Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – *Campus* Porto Nacional do IFTO:

- já ofertou curso de extensão em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- parcerias com instituição que possuem atendimento multidisciplinar interdisciplinar com secretarias;
- projetos de extensão Tênis em Cadeira de rodas;

Para atender estudantes e colaboradores com necessidades especiais, o *Campus* Porto Nacional do IFTO vem instalando, ano após ano, uma infraestrutura que busque ampliar a acessibilidade. Todos os espaços da instituição apresentam rampas de acesso, identificação em braile, além de haver identificação tátil para todas as salas. Deste modo, como prevê o Artigo 3º da Lei n.º 10.098, todos os espaços foram pensados de forma a torná-los acessíveis a todas





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

as pessoas, inclusive àquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Observa-se ainda que, segundo a referida lei, em seu Artigo 11, os requisitos de acessibilidade previstos estão sendo atendidos em sua totalidade, uma vez que o *Campus* dispõe de vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência, acesso ao interior da edificação livre de barreiras arquitetônicas, mecanismos que indicam as dependências e serviços do edifício, e banheiro acessível. O quadro 17 apresenta um resumo da estrutura implantada ou em processo de instalação/adequação.

Quadro 18: resumo da estrutura implantada ou em processo de instalação/adequação

Item	Contemplados	Em processo de instalação/adequação
Dos Espaços (áreas não-construídas)	Estacionamento: Com vagas para deficientes devidamente identificadas; Rampas de acesso à instituição.	Implantação de piso e mapa tátil.
Mobiliários (cadeiras, mesas, armários, etc.) e equipamentos urbanos (lixeira, banco de praça, telefone público, etc.).	Armários de vários tamanhos (0,75m; 1,60m e 2,10m). Cadeiras para canhotos em cada sala de aula. Bebedouros de pequeno porte. Cadeiras para pessoas com dificuldades de locomoção em cada sala de aula. Identificação tátil para todas as salas.	
Das edificações (todas as áreas construídas: sala de aula, laboratório, biblioteca, etc.)	Banheiro para PNE em todos os blocos. Sala de aulas sem desníveis. Rampas de acesso em todos os blocos.	
Dos serviços de transporte (carro, ônibus, micro-ônibus).		Estudo em desenvolvimento para aquisição de veículo ônibus ou micro-ônibus com acesso a cadeirantes





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

2.3.12 Atendimento ao discente

O estudante tem o direito a solicitar auxílio dos professores para solucionar eventuais problemas encontrados nos estudos de qualquer componente curricular, quando não forem decorrentes de visível desinteresse e infrequência voluntário. Para tanto, é prevista a alocação de carga horária de trabalho docente para tal atividade.

Aos estudantes que, em situações específicas, tiverem afastamento da instituição em período superior a 15 (quinze) dias, poderá requerer o atendimento domiciliar para que consiga progredir em seus estudos.

Por se preocupar com o bem-estar físico, psicológico e social de seus estudantes, o *Campus* Porto Nacional instituiu em seu organograma o Setor de Acompanhamento, biopsicossocial, responsável por compreender e propor ações que favoreçam o processo de manutenção e vínculo do estudante com a instituição. Formado por uma equipe multidisciplinar, o setor atua em quatro frentes principais: Serviço Social, Psicologia, Atendimento Ambulatorial e Assistência Estudantil.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no IFTO está fundamentado pelo Decreto Federal n.º 7.234/2010 e o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil – Resolução n.º 04/2011 e alterações da Resolução n.º 22/2014, aprovado pelo Conselho Superior do IFTO. O PNAES está dividido em dois eixos: Assistência e Apoio ao Estudante e Universal. São destinados a todos os estudantes do *Campus*, desde que cumpra os requisitos estabelecidos pelo programa. O Programa Bolsa Permanente, por sua vez, destina-se aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade econômica, bem como a estudantes indígenas ou quilombolas.

O *Campus* Porto Nacional, especificamente, conta ainda com a Política de Assistência Estudantil que, através da Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE), proporciona a implantação de ações de apoio à saúde, acompanhamento social, psicológico, acessibilidade através de intérprete de libras, pedagógico e comportamento educacional ambiental em proteção ao patrimônio público, oferecidas a todos os estudantes regularmente matriculados.

A função de serviço social atua mais diretamente com: orientações sociais (planejamento familiar, funcionamento do SUS, Bolsa família, etc.), visitas domiciliares, encaminhamentos especializados para rede de atendimento, acompanhamento assistencial aos





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

estudantes e familiares. A função de psicologia trabalha principalmente com Psicologia Escolar com os estudantes do *Campus* agindo como um facilitador do processo ensino-aprendizagem, atuando junto a todas as instâncias da Instituição (Direção, Gerência de Ensino, Coordenação de Curso, Professores, Funcionários, Estudantes e seus familiares), cabendo esta função, reconhecer e avaliar estudantes com dificuldades diante das exigências escolares e educacionais, verificando um comprometimento orgânico ou emocional e organizando programas que têm como objetivo o desenvolvimento individual e coletivo. O atendimento ambulatorial conta com a participação de profissionais com formação em medicina e enfermagem que prestam serviços emergenciais e de baixa complexidade.

A instituição trabalha ainda com uma série de programas do eixo de Assistência e Apoio ao Estudante, os quais visam à concessão de auxílios financeiros destinados aos que preencham critérios de vulnerabilidade econômica. A CAE atua conjuntamente com as Coordenações de Curso e Coordenação Pedagógica no acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes no processo ensino-aprendizagem e das demais relações que acontecem no espaço escolar. Acompanha a aplicação e execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, através da oferta de bolsas, como: Estudante Colaborador, Pais Estudantes, Emergencial, Transporte Urbano e Transporte Intermunicipal. Outras bolsas ainda são ofertadas por meio de editais específicos ligados ao desenvolvimento de projetos de pesquisa (PIBIT e PIBIC) e extensão. Os estudantes de licenciatura ainda têm a possibilidade de concorrer ao edital anual do PIBID.

Entendendo a importância da participação efetiva dos estudantes nos processos decisórios da instituição e comunidade, o *Campus* tem estimulado a organização dos estudantes por meio da constituição de suas representatividades (Centro Acadêmico). Para tanto, tem disponibilizado espaço devidamente equipado para ser utilizado como sede do CA.

2.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Com o intuito de promover a articulação entre os fundamentos teórico-metodológicos e a prática educacional, o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC viabilizará a iniciação à pesquisa e investigação educacionais dos futuros docentes, por meio da problematização da





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

prática docente. Tem por finalidade despertar o interesse pela Pesquisa e pelo Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Pedagógico peculiares à área do curso, com base na articulação entre teoria e prática, pautando-se pelo planejamento, pela ética, pela organização e pela redação do trabalho científico. Tem como objetivo estimular a pesquisa, a produção científica e o desenvolvimento tecnológico e pedagógico.

O TCC consiste na elaboração, pelo estudante concluinte, de um trabalho que demonstre sua capacidade para formular, fundamentar e desenvolver um problema de pesquisa de modo claro, objetivo, analítico e conclusivo. Deve ser desenvolvido segundo as normas da ABNT, orientações que regem o trabalho e a pesquisa científica, e outras normas complementares que venham a ser estabelecidas pelo Colegiado de Curso, desde que sejam aprovadas junto às instâncias competentes e divulgadas antecipadamente aos estudantes.

O tema, dentro do campo específico curricular, é de livre escolha para o discente. No entanto, há uma preferência sobre as temáticas relacionadas ao ensino, em virtude do caráter do curso, sendo a escola um espaço importante para o desenvolvimento da pesquisa.

O TCC será desenvolvido individualmente, realizado sob orientação de um servidor do IFTO, desde que tenha, no mínimo, um curso de pós-graduação *lato sensu*. A orientação do TCC é assegurada a cada estudante regularmente matriculado a partir do 8º Período, com uma carga horária de 60 horas, compondo conforme a Resolução CNE/CP n. 1/2006, carga horária das Atividades Complementares.

De acordo com o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação presenciais do IFTO, são consideradas modalidades de TCC no âmbito do IFTO:

Art. 6º São consideradas modalidades de TCC no âmbito do IFTO:

I - pesquisa científica básica, compreendendo a realização de estudos científicos que envolvam verdades e interesses universais, com o objetivo de gerar novos conhecimentos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista;

II - pesquisa científica aplicada, compreendendo a realização de estudos científicos que envolvam verdades e interesses locais, com o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos;

III - desenvolvimento de tecnologia, processos, produtos e serviços, compreendendo a inovação em práticas pedagógicas, instrumentos, equipamentos ou protótipos, revisão e proposição de processos, oferta de serviços, novos ou reformulados, podendo ou não resultar em patente ou propriedade intelectual/industrial; e

IV – artigo científico.

§ 1º Considerando a natureza das modalidades de TCC expressas, o estudante poderá, conforme definição da pesquisa, utilizar-se do(s) seguinte(s)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

procedimento(s) técnico(s):

I - Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado;

II - Pesquisa Documental: quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico;

III - Pesquisa Experimental: quando há estudo no qual uma ou mais variáveis são manipuladas;

IV - Levantamento: quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer;

V - Estudo de Caso: quando há utilização de um caso específico para análise, mediante metodologia e referencial teórico definidos;

VI - Pesquisa Ex-post Facto: quando o “experimento” se realiza depois dos fatos;

VII - Pesquisa-Ação: quando os pesquisadores e colaboradores estão envolvidos de modo cooperativo e participativo; e

VIII - Pesquisa Participante: quando desenvolvida a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.

No âmbito do IFTO, independentemente da modalidade do TCC, o texto a ser apresentado para a Banca de Avaliação e a versão final para depósito na biblioteca da instituição terão o caráter de monografia, mesmo para o caso de artigo científico, em que deve constar a apresentação dos elementos pré-textuais e pós-textuais.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia, o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é componente curricular obrigatório. As diretrizes para as licenciaturas - Resolução CNE/CP n.º 2/2019 - não exige TCC, porém a diretriz específica para o curso Pedagogia - Resolução CNE/CP n.º 1/2006 - o coloca como componente obrigatório. Assim, sua carga horária foi acrescida às 3.200 horas instituídas pela Resolução CNE/CP n.º 2/2019.

Outras informações sobre a orientação, o acompanhamento, o desenvolvimento, a composição de banca, a apresentação e a avaliação do TCC seguirão as normas dispostas no Regulamento da Organização Didático Pedagógica do IFTO, vigente.

2.5 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (ECS)

2.5.1 ECS Obrigatório (ECSO)

O Estágio Curricular Supervisionado, de caráter obrigatório para as licenciaturas, é um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa do Curso de Licenciatura em Pedagogia capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional e tem por objetivo oportunizar o contato do estudante





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, e do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário.

No presente curso, o Estágio Curricular Supervisionado tem como principais fundamentos legais: A Lei n.º 9.394/96 - LDB; Lei n.º 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; Resolução CNE/CP n.º 02/2019; Resolução CNE/CP n.º 1/2006; e pelo Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO.

O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Porto Nacional, do IFTO, tem início a partir do 5º semestre. O estudante apenas poderá matricular-se em qualquer dos estágios após ter concluído com êxito todas as disciplinas até o 5º período. Será exigida a matrícula simultânea de qualquer um dos estágios com a disciplina de Investigação da Prática Educacional do semestre correspondente.

O Estágio se constitui em momento articulador entre os estudos teóricos, a docência, vivenciada no contexto escolar, eliminando a dicotomia no processo de construção do conhecimento. Portanto, o estágio não se limita a regência escolar, mas a essa se vincula intrinsecamente. A escola deverá ser discutida, analisada inserida em um sistema e, conseqüentemente, em uma dada sociedade.

O Estágio pressupõe o envolvimento de todos os docentes do Curso, dos estudantes e das escolas do sistema envolvidas. Busca-se a construção de um trabalho interdisciplinar que valorize e estimule as relações entre os vários componentes curriculares capacitando o estudante, de forma articulada com o cotidiano e a dinâmica da escola em um processo de construção coletiva no Curso, ou seja, um processo de construção de competências e habilidades numa contínua investigação articulada com as diferentes áreas do conhecimento. A estruturação da prática centrar-se-á no estudo da escola em sua concreticidade, produto dos problemas concretos, levantados e diagnosticados pelos estudantes na prática pedagógica, com vistas à reorganização do trabalho escolar, discutido e tematizado a partir de diferentes referenciais teóricos, com a participação articulada dos professores dos componentes curriculares. Esta reorganização do trabalho escolar significa a intervenção do estagiário na prática pedagógica (diagnóstico da escola, participação em planejamentos, estudos com professores das escolas para reorientar os problemas de aprendizagem detectados, reuniões com a comunidade, etc).





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Os dados levantados no diagnóstico pelos estagiários, a teorização destes problemas, o planejamento e os resultados da sua intervenção na prática, deverão ser sistematizados e elaborados como relatório. O trabalho deverá possibilitar aos licenciandos uma oportunidade concreta de integração e comprometimento com a realidade escolar.

Os grupos de licenciandos terão o acompanhamento do Professor Orientador de Estágio e do Supervisor de Estágio do IFTO, assim como do Supervisor de Estágio da Unidade Concedente, que se fará presente nas escolas-campo, além de encontros de orientação, discussão e avaliação das atividades. Seguindo a exigência das 400 horas, está subdividido em Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil e Gestão Escolar (140h), Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental I e Gestão Escolar (140h), Estágio Curricular Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo e Gestão Escolar (120h), totalizando uma carga horária de 400 horas.

Para todas as subdivisões elencadas acima, as atividades de estágio estão de acordo com o Regulamento da ODP dos cursos de graduação presencial, vigente,

Art. 343. O Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de licenciatura terá a sua carga horária distribuída nas seguintes atividades:

- I – visita à Unidade Concedente para diagnóstico e contato com as equipes pedagógicas responsáveis e com os Supervisores de Estágio (professores regentes da escola);
- II – Plano de Atividades de Estágio;
- III – estágio de observação orientada;
- IV – estágio de participação significativa (participação em projetos da escola);
- V – estágio de regência;
- VI – elaboração, análise, execução e socialização de projetos de intervenção; e
- VII – elaboração de relatórios parciais e do relatório final, fruto da reflexão sobre as atividades desenvolvidas. Parágrafo único. A distribuição das horas destinadas às atividades previstas no caput deste artigo, para a integralização da carga horária do componente curricular de estágio, devem constar do PPC.

O trabalho nos três componentes curriculares relativos ao Estágio Curricular Supervisionado estará norteado pelo que está normatizado no Regulamento da ODP dos cursos de graduação presencial, vigente, Artigo 343, a partir da seguinte **ementa**: Observação crítica.

Acompanhamento e desenvolvimento de atividades vinculadas ao ensino no nível educacional relativo ao estágio (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Profissional e Gestão Escolar);





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula; Investigação, reflexão e problematização de atividades escolares como: elaboração do projeto pedagógico, matrículas, conselhos de classe, organização de turmas, divisão e organização dos tempos escolares, dentre outras; Investigação, participação, reflexão e problematização de atividades da gestão da unidade de ensino; Elaboração de relatório envolvendo as reflexões sobre as atividades observadas. Planejamento de Sequências Didáticas, na aplicação das aulas, na aprendizagem dos estudantes. Compreensão e observação de territórios educativos.

O estudante deverá considerar nas atividades desenvolvidas as seguintes temáticas: Ética, Consciência Ambiental – Sustentabilidade, Cultura Afro-brasileira e indígena, Acessibilidade e Inclusão, Interdisciplinaridade.

O IFTO *campus* Porto Nacional possui convênios com diversas escolas da região para o cumprimento das disciplinas de estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia, oferecidos atualmente pelo *campus* são realizados em escolas de Ensino Fundamental I e educação infantil (creche e pré-escola).

2.5.2 Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório

Estudantes poderão realizar Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório desde que sejam informados e combinados com antecedência com a coordenação do curso, verificando-se as possibilidades do IFTO.

O Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório deverá ser orientado e acompanhado desde o início e quando optado pelo estudante passará a ser regulamentado pelas mesmas normas previstas aplicadas ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, conforme disposto no Art. 283, parágrafo único da ODP vigente.

2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

No curso de Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Porto Nacional, do IFTO, as atividades complementares visam garantir aos estudantes uma ampla visão acadêmica e profissional. As atividades complementares visam aprimorar os conhecimentos dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e incentivando a autonomia na prática de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

estudos, ampliando os conhecimentos teóricos e práticos, podendo proporcionar experiências transversais em diferentes áreas do campo educacional.

No Curso Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Porto Nacional, constituem componente curricular obrigatório, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.

Serão aceitas atividades que forem ofertadas pelo *campus* ou por outros órgãos/instituições, desde que a carga horária tenha sido cumprida e comprovada. O estudante poderá, ainda, participar de projetos de iniciação científica, como bolsista ou voluntário, e de cursos de extensão, como colaborador ou estudante, o que incrementará sua formação profissional. Também será considerada a participação em atividades realizadas nas datas comemorativas previstas no calendário escolar do curso.

As atividades complementares deverão ser realizadas em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO, em vigência, e demais atos administrativo-pedagógicos emitidos pelo *campus*.

2.7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é entendida como processo, numa perspectiva libertadora, com a finalidade de promover o desenvolvimento e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, para a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos educandos, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

Conforme indicado na LDB – Lei n.º 9.394/96 – a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se por observar, desenvolver e valorizar todas as etapas de crescimento, de progresso do educando na busca de uma participação consciente, crítica e ativa do mesmo.

No curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, a avaliação é tomada como práxis educativa, em que os processos de ação, reflexão e ação, apresentam-se como



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

fundamentais e imprescindíveis para os avanços necessários, tanto aos estudantes quanto aos professores, no que se refere ao ensino e aprendizagem.

[...] nossa meta é formar o educando como sujeito e como cidadão, ciente de si, do outro, do meio ambiente e do sagrado. Investir nessa meta será o nosso cotidiano na escola e a avaliação será nossa aliada nessa jornada, mostrando-nos os resultados do que fizemos e o que falta fazer para que cheguemos aonde estabelecemos chegar. A avaliação retrata a qualidade dos resultados que estão sendo obtidos, cabe ao gestor (no caso da sala de aula, ao professor), com base nessa constatação, decidir e investir na busca daquilo que foi almejado. (LUCKESI, p. 58, 2011).

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino-aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico e à construção em uma perspectiva democrática.

O Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO vigente normatiza o sistema de avaliação e prevê que a avaliação da aprendizagem deverá ser formativa, integral, processual e contínua, tendo como parâmetros os princípios de Projeto Pedagógico Institucional do IFTO, os objetivos gerais e específicos e o perfil profissional do egresso expressos no PPC de cada curso.

Considera-se no parágrafo único do artigo n.º 182 da ODP dos cursos de graduação presenciais do IFTO, avaliação como sendo toda estratégia didático-pedagógica aplicada no processo de avaliação da aprendizagem prevista no plano de ensino de cada componente curricular, tais como:

- Observação contínua;
- Trabalhos individuais e/ou coletivos;
- Exames escritos, com ou sem consulta;
- Verificações individuais ou em grupos;
- Arguição;
- Seminários;
- Visitas;
- Resolução de exercícios;
- Execução de experimentos ou projetos;
- Relatórios referentes aos trabalhos, experimentos e visitas;
- Trabalhos práticos;
- Outros instrumentos pertinentes à prática pedagógica.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Cabe aos professores realizarem avaliação diagnóstica no início de cada período letivo, bem como verificar a aprendizagem dos estudantes em diversos momentos, reorganizando o planejamento de modo a atender as demandas de interesses, progressos e dificuldades das turmas.

Vale ressaltar que, a avaliação deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando-se em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Para tanto, torna-se necessário destacar os seguintes aspectos:

- Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- Inclusão de atividades contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente com os acadêmicos;
- Divulgação dos critérios a serem adotados na avaliação;
- Exigência dos mesmos critérios de avaliação para todos os acadêmicos;
- Divulgação dos resultados do processo avaliativo;

No que se refere aos critérios avaliativos, o Regulamento da Organização Didático-pedagógica (ODP) dos Cursos de Graduação presenciais do IFTO, Artigo n.º 184, determina que:

Art. 184. Para cada disciplina, deverão ser realizados, no mínimo, 2 (dois) instrumentos avaliativos diversificados, por bimestre, em cada período letivo, conforme a especificidade de cada disciplina.

§ 1º Ao final do semestre letivo, serão geradas 2 (duas) notas parciais, uma para cada bimestre (BIM 1 e BIM 2), expressas em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, independente do quantitativo de avaliações realizadas em cada bimestre.

§ 2º Adotar-se-á apenas uma casa decimal na exposição do valor quantitativo, adotando-se, conforme o caso, algarismo significativo.

Ainda sobre as avaliações, o artigo n.º 185 da ODP apregoa:

Art. 185. O professor deverá registrar as notas das avaliações no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica e divulgar os resultados de cada avaliação num prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da realização da avaliação, respeitando os limites do calendário escolar/acadêmico.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Por fim, a medida de desempenho do discente se dará nos termos dos artigos n.º 188 e 189:

Art. 188. O resultado final, chamado Nota Final, será dado pela média aritmética simples das notas parciais obtidas nas disciplinas em cada um dos 2 (dois) bimestres, ou seja, BIM 1 e BIM2.

Art. 189. Ao final do semestre letivo, o estudante com média inferior a 6,0 (seis) nas disciplinas terá a oportunidade de realizar um Exame Final, seja ele teórico ou prático, que, sendo igual ou superior a 6,0 (seis), substituirá a Nota Final.

O estudante que obtiver média final igual ou superior a 6,0 e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência será considerado aprovado no componente curricular.

Os critérios e valores de avaliação adotados pelo professor, bem como o plano de ensino, serão, obrigatoriamente, explicitados aos estudantes na aula inicial da unidade curricular e deverão também estar disponíveis no sistema acadêmico.

No decorrer do período avaliativo serão oferecidos estudos de recuperação paralela aos estudantes que apresentarem dificuldades de aprendizagem. No que se refere à recuperação paralela, o Regulamento da Organização Didático-pedagógica (ODP) dos Cursos de Graduação presenciais do IFTO, Artigo n.º 198, determina que:

§ 1º O planejamento do processo de recuperação deve envolver a identificação das dificuldades apresentadas pelos estudantes, a fim de selecionar as atividades que serão realizadas com o intuito de promover a aprendizagem destes estudantes.

§ 2º No processo de recuperação, o professor oportunizará atividades diversificadas, tais como roteiro de estudos, assessoria pedagógica (do professor em horário de atendimento ao estudante), participação nos projetos de reforço e/ ou entre outras atividades que o professor poderá sugerir.

§ 3º Durante o horário de atendimento ao estudante, não será feita recuperação de nota (prova de recuperação), apenas recuperação de competências e habilidades.

§ 4º É de responsabilidade do estudante procurar o professor em seu horário de atendimento, que será informado por este no primeiro dia de aula; sendo facultada ao professor a autonomia para convocar o estudante caso julgue necessário.

2.7.1 Segunda oportunidade de avaliação

É reservada ao acadêmico, uma segunda oportunidade quando por motivo justificado, previsto no artigo 200, parágrafo 2º, do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos cursos de graduação presenciais do IFTO (devidamente comprovado), deixar de comparecer às atividades programadas, desde que seja apresentado requerimento com a devida justificativa ao





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Setor de Protocolo, solicitando segunda oportunidade, no prazo de até dois dias úteis letivos após a realização da referida atividade ou do retorno do estudante às atividades acadêmicas, no caso da falta ter ocorrido por motivo de saúde. O requerimento poderá ser solicitado “[...] pelo estudante, por seu responsável ou representante legal” (Artigo n.º 172, parágrafo 1º ODP, p. 76).

Será concedida a revisão de qualquer avaliação ao estudante que discordar dos resultados obtidos até, no máximo, dois dias letivos após a vista da avaliação. A revisão da avaliação deverá ser requerida pelo estudante com as devidas justificativas no setor de protocolo do IFTO, *Campus* Porto Nacional, encaminhando o processo ao coordenador de curso. O requerimento será analisado pelo coordenador de curso; sendo deferido, o coordenador indicará uma Banca Examinadora constituída pelo próprio professor do componente curricular e outros dois professores do curso que ministram o mesmo componente curricular ou Componente Curricular afim. A Banca Examinadora, após a revisão da avaliação, irá se pronunciar sobre a manutenção ou alteração da nota ao coordenador de curso e este fará a comunicação formal (por escrito) ao estudante.

No caso da avaliação de recuperação, após a vista da avaliação, o estudante terá direito à solicitação de revisão mesmo que ela ocorra no início do semestre letivo seguinte.

2.7.2 Exame Final

O resultado, chamado Nota Final, será dado pela média aritmética simples das notas parciais obtidas nas disciplinas em cada um dos 2 (dois) bimestres, ou seja, BIM 1 e BIM 2.

Ao final do semestre letivo, o estudante com média inferior a 6,0 (seis) nas disciplinas terá a oportunidade de realizar um Exame Final, seja ele teórico ou prático, que, sendo igual ou superior a 6,0 (seis), substituirá a Nota Final. Deverá ser dada vista aos estudantes do instrumento de avaliação aplicado no Exame Final.

Ao final do período letivo, os professores deverão entregar às respectivas Coordenações de Curso as avaliações de Exame Final, para que sejam arquivadas na pasta do estudante no setor de registros escolares/acadêmicos.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

2.8 CERTIFICAÇÃO

O diploma de Licenciado em Pedagogia poderá ser obtido pelo estudante que concluir todos os componentes curriculares obrigatórios. O IFTO expedirá diploma nos termos das normas vigentes do IFTO que tratam de expedição de Certificado, Diploma, Histórico Escolar e Livro de Registro. É obrigatória a colação de grau ao término do curso para que seja emitido o diploma de Licenciado em Pedagogia. Isso será acompanhado de Histórico Escolar que explicitará o título da ocupação: Licenciado em Pedagogia.

ANTONIO DA LUZ JÚNIOR
Reitor do Instituto Federal do Tocantins





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

3 DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ESPECIALIZADO

3.1 PERFIL DO COORDENADOR DE CURSO

O(A) coordenador(a) do Curso Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Porto Nacional será um(a) docente do curso que esteja vinculado(a), preferencialmente, ao regime de trabalho de dedicação exclusiva.

Conforme o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO, vigente, o Coordenador de Curso é o professor responsável, com o NDE, do qual será presidente, por gerir o curso sob sua responsabilidade.

A escolha do(a) coordenador(a), assim como suas atribuições e demais procedimentos, deve estar em conformidade com o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica (ODP) em vigência.

Dentre outras características atitudinais expostas na ODP, o(a) coordenador(a) de curso deverá apresentar:

- Disponibilidade e publicidade de horários de atendimento aos responsáveis e aos discentes;
- Relação satisfatória e tratamento cordial com os docentes, os técnico-administrativos e os discentes;
- Capacidade de mediação, de intervenção, de enfrentamento de problemas administrativos e pedagógicos, e proatividade;
- Responsabilidade e impessoalidade no trato com os docentes, os técnico-administrativos e os discentes;
- Dignidade, respeito e decoro com o cargo.

3.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente previsto para o curso é adequado, visto que sua formação e titulação demonstra capacidade para ministrar os componentes curriculares, fomentando o raciocínio crítico, a produção de conhecimentos, a formação de grupos de estudos e de pesquisa.

As atribuições do corpo docente encontram-se descritas no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO, em vigência.

A interdisciplinaridade do curso de Licenciatura em Pedagogia e o perfil flexível da





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

grade curricular desse projeto de curso permitem a atuação de professores com os mais diversos perfis científicos. Os perfis de formação acadêmica dos docentes para ministrar os componentes curriculares do curso estão descritos no quadro 18.

Quadro 19: Perfil de formação acadêmica do docente para ministrar os componentes curriculares

COMPONENTE CURRICULAR	Perfil de Formação acadêmica do docente para ministrar o componente curricular
Filosofia da Educação	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Graduação na área de Linguística, Letras - Libras, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
História da Educação e da Pedagogia	Graduação em Pedagogia ou na área de Ciências Humanas e Sociais, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Introdução à Psicologia da Educação	Graduação em Pedagogia ou na área de Ciências Humanas e Sociais, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Língua Portuguesa	Graduação na área de Letras, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Metodologia Científica	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Graduação na área de Linguística, Letras: Libras, e Letras: Libras/Língua Portuguesa, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Leitura e Produção de Texto	Graduação na área de Letras, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Noções de Informática	Graduação na área de Ciências da Computação ou Licenciatura em Computação, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Política e Legislação da Educação Básica	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Psicologia da Educação	Graduação em Pedagogia ou na área de Ciências Humanas e Sociais, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Sociologia da Educação	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Alfabetização e Letramento	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

COMPONENTE CURRICULAR	Perfil de Formação acadêmica do docente para ministrar o componente curricular
Currículo	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Didática	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Educação e Novas Tecnologias	Graduação na área de Ciências da Computação ou Licenciatura em Computação, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Educação em Direitos Humanos	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Ética Aplicada à Educação	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
História e Cultura Indígena e Afro-brasileira	Graduação em Pedagogia ou na área de Ciências Humanas e Sociais, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Educação Inclusiva	Graduação em Pedagogia ou na área de Ciências Humanas e Sociais, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação Infantil	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa	Graduação na área de Letras, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Gestão Educacional	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Educação à Distância	Graduação na área de Ciências da Computação ou Licenciatura em Computação, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Literatura Infante-Juvenil	Graduação na área de Letras, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Investigação da Prática Educacional I	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Matemática	Graduação na área de Ciências Exatas com Habilitação em Matemática ou Licenciatura Plena em Matemática, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Neurociência e Aprendizagem	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

COMPONENTE CURRICULAR	Perfil de Formação acadêmica do docente para ministrar o componente curricular
Educação, Corporeidade e Movimento	Graduação em Licenciatura em Artes ou Educação Física, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte	Graduação em Licenciatura em Artes, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Metodologia da Pesquisa	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Investigação da Prática Educacional II	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Geografia	Graduação na área de Geografia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos e Metodologias do Ensino da História	Graduação na área de História, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Práticas Recreativas e Lúdicas	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Ambientes Virtuais de Aprendizagem	Graduação em Pedagogia ou na área de Ciências Humanas e Sociais, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Investigação da Prática Educacional III	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Hardware Educacional	Graduação na área de Ciências da Computação ou Licenciatura em Computação, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Inglesa	Graduação na área de Letras/Inglês, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos e Metodologias do Ensino das Ciências da Natureza	Graduação na área de Ciências Biológicas, da Terra, Licenciatura Plena em Biologia, Licenciatura em Química e Licenciatura em Física, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Educação de Jovens e Adultos	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Educação em Espaços não-escolares	Graduação em Pedagogia ou na área de Ciências Humanas e Sociais, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Educação e Trabalho	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Pedagogia de Projetos	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

COMPONENTE CURRICULAR	Perfil de Formação acadêmica do docente para ministrar o componente curricular
Seminário Temático em Educação	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Empreendedorismo	Graduação em Administração ou Gestão Pública e pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Metodologias Integradas ao Ensino	Graduação em Pedagogia ou na área de Ciências Humanas e Sociais, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Princípios e Métodos de Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Eletiva - Gestão da Sala de aula e Ambientes de Sala de Aula	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Eletiva - Conselhos de Controle Social	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Eletiva - Educação do Campo	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Eletiva - Gestão Democrática nas Escolas	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Eletiva - Educação Indígena	Graduação em Pedagogia ou na área de Ciências Humanas e Sociais, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Eletiva - Tópicos Especiais em Educação	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Eletiva - Educação e Diversidade	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Eletiva - Gestão de Pessoas	Graduação em Administração ou Gestão Pública e pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Eletiva - Contação de História	Graduação na área de Letras, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Eletiva - Ensino Religioso na Educação Básica	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .

Vale destacar que dos 58 professores que formam o corpo docente, somente 9 ainda não concluíram pós-graduação *stricto sensu*, mas a maioria está em andamento, ou seja, cursando mestrado. Vale ressaltar que desse quadro de professores 54 trabalham em regime de dedicação



exclusiva ao IFTO, constituindo assim um colegiado robusto para atender a todas as necessidades do curso, dos discentes e da comunidade de Porto Nacional.

O IFTO conta com diversas políticas que promovem e incentivam a qualificação destes profissionais. Através do programa Pró-Qualificar, bolsas de estudo e de reembolso contemplam professores que estão em complementação de currículo, especialmente, estudantes de pós-graduação. Além disso, 10% dos professores do *Campus* gozam de afastamento integral para cursar pós-graduação stricto sensu.

3.3 PERFIL DO CORPO TÉCNICO

Para o desenvolvimento das atividades práticas do curso, o *campus* conta no seu quadro de servidores com técnico-administrativos e com Técnicos de Laboratórios.

O quadro a seguir apresenta o perfil de formação acadêmica dos servidores técnicos:

Quadro 20: Perfil de formação acadêmica dos servidores técnicos

SERVIDOR TAE	FORMAÇÃO		Cargo	REGIME DE TRABALHO
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO		
Adriana Coimbra Rodrigues	Graduação em Ciências Contábeis	Especialização em Gestão Econômica	Assistente em Administração	40 h
Ângelo Ricardo Balduino	Graduação em Ciências	Doutorado em Ciências do Ambiente	Técnico de Laboratório	40 h
Antônia Lima de Araújo	Graduação em Biblioteconomia		Bibliotecário	40 h
Antônio Roberto da Silva Oliveira Filho			Assistente em Administração	40 h
Camila Bianca da Silva	Graduação em Gestão de Recursos Humanos		Assistente em Administração	40 h
Cláudia Gomes Pacheco de Souza	Graduação em Enfermagem	Especialização em Gestão em Enfermagem	Enfermeiro	40 h
Cynthia Gomes de Sousa Costa			Assistente em Administração	40 h
Diego Paulino	Graduação em	Mestrado em	Psicólogo	40 h





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Galhardo	Psicologia	Psicologia		
Eliana Carvalho de Oliveira	Graduação em Enfermagem		Técnico em Enfermagem	40 h
Euzébio Martins Alves	Graduação em Computação	Especialização em Tecnologias para Aplicações Web	Técnico de Tecnologia da Informação	40 h
Genival Francisco de Carvalho	Graduação em Ciências Contábeis	Especialização em Gestão Pública	Contador	40 h
Gerlany da Silva Sousa Scavone	Graduação em Pedagogia - Docência da Educação Infantil / Administração Educacional	Especialização em Avaliação Educacional	Auxiliar em Administração	40 h
Gutemberg de Sousa da Conceição	Graduação em Ciências Contábeis		Assistente em Administração	40 h
Haroldo Pereira Costa	Graduação em Letras Língua Portuguesa e respectivas Literaturas	Mestrado Profissionalizante em Ciências Ambientais	Técnico em Assuntos Educacionais	40 h
Hilana Rodrigues Bezerra	Graduação em Letras - Português e Inglês e Respectivas Literaturas	Especialização em História e Cultura Africana e do Negro no Brasil	Assistente em Administração	40 h
Ismael Aires Matos	Graduação em Serviço Social	Especialização em Planejamento e Gestão de Projetos Sociais	Assistente Social	40 h
Ivanete Cordeiro Fernandes da Silva			Auxiliar de Biblioteca	40 h
Jânio Teixeira Rodrigues	Graduação em Administração		Administrador	40 h
Josafa Costa Sousa	Graduação em Engenharia Civil		Eletricista	40 h
Kim Nay dos Reis Wanderley de Arruda Figueiredo	Graduação em Administração de Empresas	Mestrado em Educação	Assistente em Administração	40 h





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Lelma Nunes Silva Barbosa	Graduação em Geografia		Tradutor Interpretre de Linguagem Sinais	40 h
Lucivan Augusto da Silva	Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia	Mestrado em Educação	Pedagogo	40 h
Ludimilla Alves Mota	Graduação em Farmácia	Especialização em Tecnologia Industrial Farmacêutica	Técnico de Laboratório Área	40 h
Manoel Nazareno Negrão Farias	Graduação em Biblioteconomia		Bibliotecário-Documentalista	40 h
Maria da Consolação dos Santos Cardoso Lima	Graduação em Letras - Português e Respectivas Literaturas		Auxiliar de Biblioteca	40 h
Moara Coelho Costa	Graduação em Comunicação Social	Especialização em Gestão Pública	Assistente em Administração	40 h
Orismar Divino Carneiro Soares de Franca	Graduação em História		Assistente em Administração	40 h
Paulina Gomes da Silva	Graduação em Segurança no Trabalho		Auxiliar de Biblioteca	40 h
Raimundo Gomes Junior	Graduação em Administração		Assistente de Aluno	40 h
Renan Souza Albuquerque	Graduação em Sistemas Para Internet	Especialização em Gestão Pública	Analista de Tecnologia da Informação	40 h
Ricardo Asevedo Soares Teixeira	Graduação em Biologia		Técnico de Laboratório Área	40 h
Ricardo Carilo Vivas	Graduação em Administração de Empresas	Especialização em Gestão Pública	Administra dor	40 h
Rony Ely Malheiro de Carvalho	Graduação em Gestão Pública	Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas	Assistente em Administração	40 h
Rosaly Justiniano de Souza Rocha	Graduação em História	Mestrado em Geografia	Assistente em Administração	40 h





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Shirley Alves Viana Vanderlei	Graduação em Pedagogia	Mestrado em Geografia	Pedagogo	40 h
Thaiana Grécia Vieira Sousa	Graduação em Computação		Assistente em Administração	40 h
Wesley Vieira da Silva	Graduação em Pedagogia	Especialização em Orientação, Gestão e Supervisão Educacional	Técnico em Assuntos Educacionais	40 h
Zeni Silvério dos Reis	Graduação em Letras		Assistente de Aluno	40 h

3.4 SERVIDORES TERCEIRIZADOS

Quadro 21: Servidores terceirizados

Setor	Quantidade de postos
Vigilância	4
Serviços gerais	13
Apoio	Motorista - 2
	Copeira - 1
	Agente de Portaria - 1
	Serviços braçais - 2
	Telefonista - 1
	Jardineiro - 1
	Operador de reprografia - 1
	Encarregado - 1
	Artífice de Manutenção - 1
Artífice de Reparo de Condicionador de ar - 1	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

3.5 PERFIL DO TUTOR A DISTÂNCIA

Não se aplica

3.6 DO COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso de Licenciatura em Pedagogia é um órgão permanente, de caráter deliberativo nas suas competências e atribuições (ressalvada a dos Conselhos Superiores), normativo e consultivo, que tem por responsabilidade a execução didático pedagógica e o planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso, em conformidade com as diretrizes da Instituição.

O Colegiado de Curso de Pedagogia é composto pelos seguintes membros:

- I. Coordenador do Curso, como presidente;
- II. Coordenador da Área Profissional ou equivalente (Núcleo Docente Articulado - NDA);
- III. Todos os professores que ministram componentes curriculares ofertados pelo curso, incluindo os professores supervisores de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) e Estágio Curricular Supervisionado;
- IV. Todos os técnicos de laboratório do curso, quando houver;
- V. 2 (dois) estudantes do curso e seus respectivos suplentes; e
- VI. 1 (um) representante da equipe pedagógica, e seu respectivo suplente.

Haverá reuniões ordinárias, com periodicidade determinada no calendário acadêmico e registro de suas decisões.

As ações, atribuições, responsabilidades e competências do Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia devem estar em conformidade com a regulamentação dada pelo Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO (ODP) vigente.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

3.7 DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de professores com atribuições acadêmicas de acompanhamento que atua no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso, conforme Resolução CONAES n.º 1 de 17 de junho de 2010 e suas alterações.

Todos os cursos de graduação oferecidos pelos *campi* do IFTO instituem seu NDE e asseguram, sempre que possível, estratégia de renovação parcial de seus integrantes, de modo a garantir a continuidade do processo de acompanhamento do curso.

O funcionamento do NDE, sua composição e suas atribuições seguem o disposto no Regulamento da Organização Didático-pedagógica do IFTO, em vigência.

4. DOS AMBIENTES, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

O *Campus* Porto Nacional do IFTO possui uma ampla área em uma região economicamente efervescente da cidade de Porto Nacional. Seu acesso se dá pela Avenida Tocantins, no Bairro Jardim América, fato que possibilita a chegada à unidade seja através do transporte coletivo municipal, seja pelos serviços intermunicipais.

A seguir, apresentamos os dados básicos da infraestrutura geral do *campus*.

4.1 SALA DE PROFESSORES

No espaço de trabalho coletivo, localizado nas salas 12 e 13 do Bloco I, os docentes dispõem de uma mesa ampla, a qual comporta cerca de 20 pessoas sentadas. Além disso, há computadores e uma impressora compartilhada. Nesse ambiente (espaço de trabalho coletivo) existem armários com chaves e identificação individual de cada docente para guarda de seus pertences. Como recurso de acomodação, o espaço conta com frigobar, bebedouro e poltronas, para si e visitantes. Este espaço possui 41,24 m².

No que se refere ao espaço de trabalho individualizado, há um número significativo de cabines para atendimento a discentes (e outros demandantes). Nesse espaço de trabalho individualizado, os docentes dispõem de mesas de trabalho com cadeiras, sendo que algumas cabines contam, adicionalmente, com computadores e acesso à Internet.





4.2 SALA DA COORDENAÇÃO DE CURSO

A sala da coordenação do curso, devidamente climatizada, está equipada com um computador e acesso à Internet, telefone, armário, arquivo e poltronas. Trata-se de um ambiente necessariamente identificado, inclusive para atendimento a pessoas com deficiências visuais. O ambiente possui 16 m², suficiente para atendimento individualizado ou coletivo (desde que não seja grande o número de pessoas).

4.3 SALAS DE AULA

Quanto às salas de aula, o *Campus* Porto Nacional dispõe de ampla estrutura para atendimento a discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Essas salas estão distribuídas no Bloco II (primeiro piso) e no Bloco III (Tabela 2).

Todas as salas são devidamente climatizadas, o que torna o ambiente mais adequado ao processo de construção dos saberes inerentes ao curso. Além disso, possuem quadros próprios e devidamente afixados, bem como aparelhos de projeção também próprios. Todas as salas de aula possuem, ainda, sinal de internet wi-fi (em processo de melhoria da velocidade de carregamento de dados).

Tabela 2: Salas de aula

Bloco II (primeiro piso)		Bloco III	
Ambientes	Área (m²)	Ambientes	Área (m²)
Sala 25	56,0	Sala 38	65,41
Sala 26	56,0	Sala 39	65,41
Sala 27	56,0	Sala 40	65,41
Sala 28	56,0	Sala 41	65,41
Sala 29	56,0	Sala 44	65,41
Sala 30	56,0	Sala 45	65,41
Sala 31	56,0	Sala 46	65,41
Sala 32	56,0	Sala 47 – Laboratório	43,18





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

de Robótica			
Sala 33	56,0	Sala 55	65,41
Sala 34	56,0	Sala 56	65,41
Sala 35	56,0	Sala 57	65,41
Sala 36	56,0	Sala 58	43,18
S/N		Sala das Comissões	12,00
Subtotal	672,0	Subtotal	708,92
Área Total (m²)			1.380,92

4.4 AMBIENTES DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

Os laboratórios a serem utilizados atendem às necessidades dos estudantes do início ao término do curso, sendo adequados às atividades propostas neste projeto.

O *Campus* Porto Nacional dispõe, ainda, de outros ambientes pedagógicos que, direta ou indiretamente, contribuem para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem e dos vínculos sócio-afetivos dos estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia. A listagem com as respectivas áreas desses ambientes está descrita na tabela 3.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Tabela 3: Outros espaços pedagógicos

Outros Espaços Pedagógicos	
Ambiente	Área (m ²)
	Geral – 1694,00
Ginásio Poliesportivo	Palco Multiuso – 71,53
Campo de Futebol <i>society</i>	1732,59
Campo de Areia	366,32
Sala de Reuniões – Mini-auditório (60 lugares)	84,60
Laboratório de Biologia	103,04
Laboratório de Química	102,90
Laboratório de Física	87,24
Área de Vivência – Bloco II	745,00
Pista de Atletismo Comp. 905m	-
Residência Pedagógica	65,41
Auditório	630,05
Espaço Kids	65,41
Área Total (m²)	5.118,04

4.4.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem

Não se aplica

4.4.2 Laboratórios

Quadro 22: Laboratórios a serem utilizados pelo curso

Nome do Laboratório		Área Física (m ²)	Informar se é Geral ou Específico
1	Laboratório de Informática I	65,23	Geral
2	Laboratório de Informática II	65,23	Geral
3	Laboratório de Informática III	43,18	Geral
4	Laboratório de Informática IV	65,41	Geral
5	Laboratório de Informática VI	65,41	Geral
6	Laboratório de Informática VII	65,41	Geral
7	LABEMAD	65,41	Específico

Todos os laboratórios possuem os seguintes softwares: Sistemas Operacionais Windows 10 ou superior e Linux Mint 19; as ferramentas de escritório PacoteOffice 2016,





Libreoffice, Foxit Reader, Winrar, Mozilla Firefox, Chrome, Notepad++; e ainda as ferramentas de desenvolvimento Codeblocs, Netbeans, XAMPP e Visual Code Studio.

4.4.3 Equipamentos existentes nos laboratórios

Quanto à distribuição de computadores entre os laboratórios, temos a seguinte composição:

- Laboratório 1 - 30 máquinas, 1 para o professor e 29 para os estudantes;
- Laboratório 2 - 25 máquinas, sendo 1 para o professor e 24 para os estudantes.
- Laboratório 6 - 25 máquinas;
- Laboratório 7 - 42 máquinas. 1 para o professor e 41 para os estudantes;

Os laboratórios de informática serão utilizados nas disciplinas de: Noções de Informática, Educação e Novas Tecnologias, Educação a Distância, Hardware Educacional, podendo ainda ser utilizados para realização de pesquisas pelos alunos no contraturno.

O LABEMAD – Laboratório de Ensino e Material didático –, específico do curso de Licenciatura, foi concebido com o foco no estudo e na elaboração de objetos de aprendizagem arrojados e consoantes com as competências técnico-pedagógicas a serem desenvolvidas pelos estudantes. O LABEMAD servirá como suporte as disciplinas da base pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia, tais como: Prática como Componente Curricular, Investigação da Prática Pedagógica, Didática, Fundamentos e Metodologias, Prática Lúdicas e Recreativas, Seminários de Pesquisa e outras.

O link de internet disponível para acesso é o da rede federal de educação fornecido pela RNP. Sua velocidade é de 100 MB/s, estando em operação via rede cabeada e rede sem fio. Devido à multiplicidade de acesso à rede sem fio, a velocidade por aparelho é limitada a 512 kb/s para garantir o mínimo de conexão para todos. Os softwares instalados nas máquinas são o Linux Mint em sua última versão e o Windows 10 licenciado. Estão instalados vários aplicativos básicos gratuitos, como toda a suíte de aplicativos do Libreoffice, Gimp, Foxit e outros específicos para atender diversas demandas relacionadas às áreas dos cursos ofertados. A cada início de semestre letivo, os professores encaminham à Coordenação de TI a demanda de softwares que serão utilizados no ensino, pesquisa e extensão, para instalação nos laboratórios.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

O acesso aos estudantes é feito mediante agendamento ou disponibilidade de vaga. Esse agendamento é feito pelo professor ou coordenador responsável com pelo menos 24 (vinte quatro) horas de antecedência, utilizando a plataforma SUAP. Há também a disponibilidades de 12 (doze) terminais para uso acadêmicos localizados na biblioteca do *Campus*.

4.5 BIBLIOTECA

A Biblioteca Rachel de Queiroz do *Campus* Porto Nacional do IFTO tem como objetivo oferecer apoio e informações às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no *Campus*. Sua missão é promover o acesso, recuperação e disseminação da informação, contribuindo para a formação de profissionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática e inclusiva. No cumprimento de sua missão, a biblioteca oferece serviço de atendimento ao usuário, consulta local e on-line, empréstimo domiciliar, renovação do empréstimo (local e on-line), reserva de livros, catalogação na fonte, orientação/elaboração de ficha catalográfica, declaração de nada consta, visitas orientadas, rede wi-fi (sem fio) para notebooks e smartphones, ajuda aos usuários quanto à localização de obras no acervo, treinamento e acesso ao Portal de Periódicos, entre outros. O acervo pode ser consultado diretamente pelo seguinte endereço eletrônico: <https://biblioteca.ifto.edu.br/>

Quanto ao seu horário de funcionamento, a biblioteca presta atendimento ininterrupto das 8h às 22h, de segunda a sexta-feira, inclusive aos sábados, quando letivos. Dispõe, ainda, de um corpo técnico devidamente capacitado para atender aos diversos usuários (estudantes, técnicos administrativos, professores e comunidade em geral). Conta com todo o seu acervo devidamente catalogado, com possibilidade de consulta virtual por meio do “Sistema Sophia Biblioteca”.

Dispõe, ainda, de acervo em diferentes formatos: livros, periódicos, TCCs, CDs. Seu acervo é gerenciado pelo Sistema Sophia Biblioteca e tombado junto ao patrimônio do *Campus*. Com relação aos livros impressos, a biblioteca conta com mais de 1800 (mil e oitocentos) títulos e mais de 6.000 (seis mil) exemplares. Existem, ainda, mais de 200 (duzentos) trabalhos acadêmicos em formato impresso e digital.

Além disso, o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) conta com a Biblioteca Virtual Minha Biblioteca, de modo a assegurar a todos os estudantes e servidores do IFTO o acesso





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

contínuo e de qualidade às mais diversas fontes de pesquisa, presentes nos acervos virtuais de aprendizagem, em tempo integral.

A Biblioteca Rachel de Queiroz, recém-reestruturada, está instalada no Bloco V do *Campus* Porto Nacional do IFTO, e está equipada com equipamentos eletrônicos de prevenção de furtos e sistema de gerenciamento do acervo. Na tabela 4, temos um demonstrativo do espaço físico.

Tabela 4: Demonstrativo do espaço físico da biblioteca

Biblioteca	
Ambiente	Área (m ²)
Acervo + Recepção + Área de leitura	175,53
Coordenação da Biblioteca	22,00
Processamento Técnico	22,00
Cabines de estudo individual	42,18

A biblioteca conta com um regulamento que visa disciplinar os procedimentos de funcionamento e define sua estrutura organizacional, bem como estabelece regras que regem e orientam as rotinas e os serviços por ela prestados. Há ainda um guia com a finalidade de orientar seus usuários quanto aos serviços oferecidos e como utilizá-los e usufruir da melhor maneira possível, além de direcionar quanto aos seus deveres dentro dos espaços da biblioteca. Tanto o regulamento quanto o guia estão disponíveis em <<<http://www.ifto.edu.br/porto/campus-porto/ensino/biblioteca/documentos>>>.

Visando garantir o acesso pelas pessoas com necessidades educacionais especiais a biblioteca possui piso tátil em faixa alto relevo fixadas no chão para fornecer auxílio na locomoção pessoal de deficientes visuais. Existe um computador exclusivo para estudantes de baixa visão com programa instalado denominado Dosvox que é um sistema computacional baseado no uso intensivo de síntese de voz que se destina a facilitar o acesso dos estudantes com necessidades visuais aos computadores.

O prédio está localizado em uma área arejada, possuindo grandes janelas em vidro em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

um dos lados do prédio, que permitem boa iluminação natural. A biblioteca possui condicionadores de ar para climatização dos ambientes. O prédio recebe periodicamente manutenção preventiva e corretiva em rede sanitária, rede elétrica e hidráulica, pinturas, etc. Na prevenção contra infiltração, é realizada a manutenção do telhado e a limpeza de todo sistema de escoação (telhas, rufos e calhas). Em relação à prevenção contra incêndio, além da manutenção preventiva realizada na rede elétrica, a biblioteca possui extintores de incêndio localizados estrategicamente.

No controle de sinantrópicos é realizada, pelo menos uma vez ao ano, a dedetização entre outros procedimentos para a prevenção e controle de pragas urbanas. No que se refere à higienização e limpeza da biblioteca, a Instituição possui contrato com empresa que presta o serviço de limpeza do ambiente todos os dias, removendo papéis e poeira dos móveis e pisos, mantendo sempre o ambiente higiênico e agradável.

É proibida a entrada e consumo de alimentos e bebidas de qualquer natureza, exceto água, no seu interior, de forma a evitar danos aos livros que estão sendo utilizados. Tendo em vista que todo o acervo é considerado patrimônio, caso ocorra danos ocasionados por alimentos e bebidas o usuário ficará responsável pela substituição do bem danificado.

Os livros estão armazenados em locais apropriados, em estantes de aço que suportam mais peso e evitam a proliferação de cupins e outros insetos. As estantes estão instaladas com espaço mínimo de 0,90 cm de corredor, o que permite uma adequada circulação de pessoas, inclusive a passagem de cadeira de rodas.

4.6 REFEITÓRIO

O *Campus* Porto Nacional possui refeitório que fica localizado no hall do Bloco II. O espaço inclui cozinha (com equipamentos como: geladeira e micro-ondas), despensa e espaço com cadeiras e mesas para que os alunos realizem suas refeições. O espaço possui 200 metros quadrados com piso tátil e lixeiras.

4.7 ESPAÇO DE VIVÊNCIA DISCENTE

O *Campus* Porto Nacional possui cantina e áreas de circulação e vivência entre os blocos com bancos dispostos nesses espaços, atendendo às condições de acessibilidade para pessoas





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme Decreto 5.296/2004. Possui, também, um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), com trabalho voltado especificamente às políticas de acessibilidade.

As instalações físicas do *Campus* possuem rampas, em sua grande maioria com corrimãos, que permitem o acesso das pessoas com deficiência física aos espaços de uso coletivo da instituição, assim como às salas de aula e laboratórios.

Há reservas de vagas em estacionamentos nas proximidades da instituição e banheiros adaptados que dispõem de portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, com barras de apoio nas paredes dos banheiros, nos boxes e em torno das cubas, além de lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas.

4.8 AMBIENTES DE ACESSO ÀS TICs

A fim de apoiar os estudantes que não possuem computadores ou acesso à internet, eles poderão fazer uso dos laboratórios listados na seção 4.4.2, desde que estejam disponíveis e devidamente reservados pelo docente responsável pela disciplina a ser trabalhada. Para tanto, o discente deverá fazer a solicitação ao docente que, por sua vez, poderá fazer a reserva utilizando sistema informatizado, assegurando o acesso aos laboratórios de forma igualitária.

5 DO APRIMORAMENTO CONTÍNUO DO PROJETO DE CURSO

A coordenação do curso adotará como mecanismo de acompanhamento acadêmico e administrativo os resultados obtidos por meio das avaliações no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes: resultados obtidos de avaliações da CPA, resultados e recomendações extraídas de relatórios dos avaliadores do MEC/INEP e resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Considerando-se esses resultados, serão propostas ações que visem corrigir aspectos não satisfatórios.

A avaliação do curso será objeto de constante atenção por parte da coordenação do curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Contemplará, além do curso em si, a articulação deste com o mercado de trabalho em contraste com a formação do estudante, incluindo todo o pessoal e todas as instâncias envolvidas: curso, estudante, professor, gestores, instituição, interação com





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

os APLs.

No âmbito do IFTO, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que pertence à estrutura administrativa da instituição, tem como função a avaliação acadêmica e administrativa. Realizará avaliações institucionais, cujos resultados serão aproveitados para as intervenções de melhoria nas condições de oferta do curso.

A coordenação deste curso, bem como seu respectivo colegiado e Núcleo Docente Estruturante buscarão o acompanhamento contínuo no sentido de munir-se de informações para melhorar o projeto do curso e a formação profissional para atuação local, regional, estadual e nacional. Encontros de egressos, bem como reuniões com as representações estudantis (Centros Acadêmicos - CAs) também são uma prática constante no processo de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

Outras avaliações poderão ser criadas de forma que permita alcançar excelência na gestão e funcionamento do curso e na formação profissional dos estudantes. Após a coleta de indicadores, serão realizadas reuniões com professores, estudantes e demais agentes formadores envolvidos, para a discussão de resultados da avaliação prévia, definição de medidas de superação de problemáticas e planejamento de interferências que subsidiem os ajustes necessários.

5.1 CPA – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de avaliação (CPA) é o órgão colegiado de natureza deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos acadêmicos e administrativos, e tem por finalidade avaliar a instituição nas doze dimensões avaliadas pelo MEC. A CPA do *campus* é composta por representantes dos professores, dos estudantes e dos técnico-administrativos, e realiza, dentre outras atribuições, atividades para fomento da importância de se realizar uma avaliação interna da instituição – sensibilização -, cria instrumentos e formas de avaliação interna - questionário ou outros -, divulga os resultados para a comunidade acadêmica, entrega os relatórios para as partes interessadas, e incentiva a comunidade acadêmica a desenvolver planos de ação para melhorias.

Pautando-se, sobretudo, pela utilização dos resultados obtidos nas avaliações da CPA, a Coordenação de Curso deverá adotar como mecanismo de acompanhamento acadêmico





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

administrativo destes resultados a realização de reuniões/encontros/discussões. Momentos esses caracterizados pela troca de experiências, levantamento de demandas e apresentação de críticas construtivas.

Em articulação com instituições públicas e privadas, em especial, as de classe e de representatividade social, por meio de seus representantes, a Coordenação de Curso deverá realizar acompanhamento constante das necessidades da comunidade industrial, empresarial civil, acerca da formação que se deseja para os profissionais que venham a atuar na cidade Porto Nacional – TO.

5.2 ENADE – EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES

A prova do ENADE é um importante instrumento do MEC para aferir o IGC – Índice Geral de Cursos. A prova é aplicada para cada grande área a cada 3 anos, conforme portarias específicas do INEP. O ENADE é obrigatório a todos os estudantes que forem selecionados pelo INEP. O discente que não comparecer à aplicação do ENADE, quando selecionado e sem justificativa, será impedido de colar grau enquanto não regularizar sua situação junto ao INEP.

Constitui papel do Colegiado do Curso acompanhar o processo do Exame Nacional de Desempenho de Acadêmicos (ENADE) e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado junto ao Ministério da Educação (MEC). Tais ações deverão ser definidas em reuniões, como por exemplo, a realização de simulados, antecedendo ao momento de aplicação do ENADE.

5.3 OUTRAS FORMAS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Encontro de Egressos será outra forma de acompanhamento, na qual estudantes que já tenham finalizado seus estudos no *campus* participam de um momento coletivo de troca de experiências e confraternização. Dentre os principais assuntos que compõem a pauta do evento, estão: avaliação das dificuldades de inserção dos egressos no mercado de trabalho e a relação com a formação fornecida.

Além dos mecanismos já apresentados, outros dois momentos ocorrem mais frequentemente: reunião de Colegiado de Curso para realização do planejamento anual de aquisição que auxilia no direcionamento dos recursos financeiros no atendimento das demandas





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

mais prioritárias para o bom andamento das atividades do curso, garantindo assim a qualidade pretendida, e reunião com Representatividade Estudantil – Centro Acadêmico - para realização de discussões acerca da aplicabilidade do recurso de Assistência Estudantil, do atendimento de demandas e da apresentação do planejamento anual de ações.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

BASE LEGAL

BRASIL. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999.** Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. **Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes.

BRASIL. **Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Estabelece a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. **Lei n.º 13.168, de 6 de outubro de 2015.** Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei n.º 9.394/1996.

BRASIL. **Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002.** Estabelece as Políticas de Educação Ambiental.

BRASIL. **Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da 9.394/96.

BRASIL. **Decretos n.º 5.296/2004, n.º 6.949/2009, n.º 7.611/2011 e Portaria MEC N.º 3.284/2003.** Estabelecem condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

BRASIL. **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

BRASIL. **Decreto n.º 8.268, de 18 de junho de 2014.** Altera o Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004.

BRASIL. **Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

CONAES. **Resolução CONAES N.º 01, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante.

IBGE. **Cidades e Estados.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/>.

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução n.º 51/2016/CONSUP/IFTO, de 7 de outubro de 2016. Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos cursos de Graduação, 2016.** Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>.

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução n.º 81/2019/CONSUP/IFTO, de 18 de dezembro de 2019. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFTO 2020-2024.** Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>.

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI).** Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>.

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução n.º 63/2020/CONSUP/IFTO, de 11 de novembro de 2020.** Estabelece procedimentos para criação, implantação, execução, alteração e encerramento de cursos. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>.

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução n.º 28/2021/CONSUP/IFTO, de 4 de fevereiro de 2021.** Aprova o Regulamento da Curricularização da extensão nos cursos de graduação presenciais e a distância do Instituto Federal do Tocantins.

MEC/CNE. **Parecer CNE/CP N.º 5/2005, aprovado em 13 de dezembro de 2005.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

MEC/CNE. **Parecer CNE/CP N.º 3/2006, aprovado em 13 de dezembro de 2005.** Reexame do Parecer CNE/CP n.º 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

MEC/CNE. **Parecer CNE/CP N.º 8, de 6 de março de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

MEC/CNE. **Parecer CNE/CP n.º 22, de 7 de novembro de 2019.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

MEC/CNE. **Parecer CNE/CP n.º 10/2021, de 5 de agosto de 2021.** Alteração do prazo previsto no artigo 27 da Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

MEC/CNE. **Parecer CNE/CES 273/2022, de 17 de março de 2022.** Consulta para esclarecimentos quanto à implantação das diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que trata de Formação de Professores (Aguardando Homologação).

MEC/CNE. **Resolução CNE/CP N.º 01, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

MEC/CNE. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

MEC/CNE. **Resolução CNE/CP N.º 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

MEC/CNE. **Resolução CNE/CP. n.º 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

MEC/CNE. **Resolução CNE/CP n.º 2, de 30 de agosto de 2022** - Altera o Art. 27 da Res. CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

MEC/CNE. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 2 de janeiro de 2024** - Altera o Art. 27 da Res. CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

MEC/CNE/CES. **Resolução CNE/CES n.º 3, de 2 de julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

MEC/INEP. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância, 2017.**

MEC/SERES. **Portaria Seres/MEC n.º 23/2017 - Artigo 99.** Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.





APÊNDICE A - DESCRIÇÃO DAS UNIDADES CURRICULARES

1º Período

Filosofia da Educação
2 - EMENTA
Filosofia e Filosofia da Educação. A Educação ao longo da história e suas questões filosóficas. A influência das escolas filosóficas: Antiga, grega, medieval e moderna na educação ocidental. Reconstruindo conceitos filosóficos educacionais. O papel da Educação no contexto social. As tendências liberais e progressistas na Educação. A filosofia do cotidiano escolar. A formação do professor. O pensamento educacional frente ao processo de globalização.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Refletir sobre o processo educativo dentro da problemática humana; estimular a percepção crítica dos diferentes fatores que afetam a relação pedagógica; contribuir para o desenvolvimento da consciência profissional● Desenvolver a habilidade de análise crítica bem como formar uma consciência interpretativa dos assuntos da atualidade socioeducativa, percebendo o Educador enquanto sujeito-agente responsável e comprometido com a construção do Ser-No e Com-o-Mundo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Explicitar os conceitos básicos do campo científico da educação e formação de um corpo conceitual sobre os temas relacionados com a filosofia da educação;● Analisar os fundamentos filosóficos da educação bem como sua contribuição para a educação contemporânea;● Provocar reflexões e debates sobre os modelos pedagógicos adotados ao longo do tempo no sistema educacional brasileiro.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ARANHA, Maria L. de A. Filosofia da Educação . São Paulo: Moderna, 2006. CASTRO; S; GHIRALDELLI JR. P. A nova filosofia da educação . Barueri: Manole, 2014. LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da Educação . 9a .ed. São Paulo: Cortez, 2011. MANACORDA, M. A. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias. Tradução Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez, 2022. PLATÃO. A República . São Paulo: Martin Claret, 2000. PAPINEAU, David. Filosofia: Grandes Pensadores, Principais Fundamentos e Escolas Filosóficas . Publifolha, 2009. SAVIANI, Demerval. Educação: do senso comum à consciência filosófica . Campinas: Autores associados, 2013.
5.2 - Bibliografia Complementar
COMENIUS, J. – Didática magna . São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia: Romance da história da filosofia . 54 ed. RESENDE, Haroldo de. Michel Foucault : transversais entre educação, filosofia e história . São Paulo: Autêntica, 2011.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
2 - EMENTA
Visão socioantropológica da Surdez. Aspectos históricos da Educação de Surdos e da formação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Relações entre surdos e ouvintes (educador, intérprete e família) e seu reflexo no contexto educacional. Noções básicas da estrutura linguística da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e de sua gramática. Filosofias educacionais aplicadas aos Surdos e sua produção textual. Comunicação Básica em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender conceitos básicos da Libras e da surdez;● Discutir sobre a educação dos surdos, o papel da língua de sinais, do intérprete educacional, relações familiares e processos de leitura e escrita dos surdos;
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Desenvolver habilidades comunicativas introdutórias na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.● Conhecer os Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.● Promover a Inclusão educacional de surdos● Desenvolver Prática em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. (editores). Dicionário enciclopédico trilingue da língua de sinais brasileira . 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista . 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002. 172 p. Quadros, Ronice Muller de & Karnopp, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos . Porto Alegre, Artmed, 2004. SKLIAR, Carlos. Atualidade da educação bilingue para surdo – projetos pedagógicos . Porto Alegre: Mediação, 1999.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. _____. Integração Social e Educação de Surdos . Rio de Janeiro: Babel, 1993. QUADROS, R.M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SACKS, O. Vendo vozes: uma jornada no mundo dos surdos . Rio de Janeiro: Imago, 1990. SKLIAR, Carlos (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação, 1998.





História da Educação e da Pedagogia
2 - EMENTA
Introdução ao estudo da História da Educação e sua relação com diferentes sociedades e culturas nos diversos períodos da História da Humanidade; Conceitos de história, tempo e sujeito social, relacionando-os ao processo histórico da educação brasileira; Estudo das concepções e práticas educativas ocorridas no Brasil em diferentes contextos; A História da Educação no Brasil da Colônia à República; A história do pensamento educacional brasileiro; Tendências educacionais da atualidade; Refletir sobre a significação do conceito da educação e da pedagogia; As grandes tendências da história do pensamento pedagógico a partir dos teóricos educacionais. Princípios pedagógicos e metodológicos que norteiam uma educação em Direitos Humanos para a difusão de uma cultura da paz e do respeito à diversidade.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender, as concepções e práticas educativas estabelecidas historicamente no Brasil e no mundo em diferentes contextos.• Compreender a história do pensamento educacional brasileiro.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Identificar as conjecturas históricas que fundamentam as várias teorias e práticas pedagógicas.• Analisar o processo histórico na formação das práticas educacionais;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação . São Paulo: Moderna, 2001. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil . Petrópolis: Vozes, 2012. PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos . São Paulo: Loyola, 1972. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa . 43ª São Paulo: Paz e Terra, 2011.
5.2 - Bibliografia Complementar
CAMBI, Franco. História da Pedagogia . São Paulo: Editora Unesp, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia, diálogo e conflito, em coautoria com Moacir Gadotti e Sérgio Guimarães . 2ed. São Paulo: Cortez, 1986. Freire Paulo. Educação como prática da liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. GADOTTI, M. História das ideias pedagógicas . São Paulo: Ática, 2001. LOPES, Eliane Marta Teixeira. Perspectivas históricas da educação . 5. ed. São Paulo: Ática, 2009. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil . Belo Horizonte, Autêntica, 2003. MANACORDA, M. A. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias . 12 ed. São Paulo: Cortez, 2006. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira . Campinas, SP: Autores Associados, 2003. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira: a organização escolar . 21. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930-1973) . Petrópolis: Vozes, 2003. VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação . 1 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2007.





Introdução à Psicologia da Educação
2 - EMENTA
Aspectos históricos e conceituais da interface da Psicologia e Educação. Escolas Psicológicas (Behaviorismo, Gestalt, Psicanálise, Humanismo). Concepções inatista e ambientalista. Teorias psicológicas do desenvolvimento e da aprendizagem. O papel do professor frente às contribuições da psicologia da educação. Aplicando conceitos (implicações das teorias psicológicas nas práticas educacionais atuais). Situações-problemas da prática pedagógica na atualidade. Diferenças individuais e atenção à diversidade na aprendizagem escolar.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Analisar as implicâncias das teorias psicológicas ao processo ensino/aprendizagem.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Diagnosticar o papel da psicologia da educação no processo ensino/aprendizagem.● Identificar as principais teorias psicológicas do desenvolvimento e da aprendizagem.● Definir as etapas de desenvolvimento humano frente às possibilidades de aprendizagem em cada ciclo de vida.● Relacionar as teorias do desenvolvimento/aprendizagem com o processo ensino-aprendizagem frente às situações reais de sala de aula e às limitações identificadas.● Resignificar o papel do professor frente às contribuições da psicologia da educação contemporânea.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ROSA, M. Introdução à Psicologia . Petrópolis, Editora Vozes, 2000. Volume I BARROS, C. S. G. Pontos de Psicologia do Desenvolvimento . 4ª. Ed. São Paulo: Ática, 2000. COLL, César. et al. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar . Porto Alegre: Artmed, 2010. COLL, César. Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da Informação e da Comunicação . Porto Alegre: Artmed, 2010. DAVIS, Cláudis; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia da educação . 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2010. PAPALIA, D.; OLDS, S. Desenvolvimento Humano . 10ª. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2010. LA TAILLE, Yves de.; OLIVEIRA, Marta Kohl de.; DANTAS, Heloysa. PIAGET, VYGOTSKY, WALLON: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, 1992.
5.2 - Bibliografia Complementar
BORUCHOVITCH, E. BZUNECK, J. A. (orgs). A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea . Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. COLL, E; MARCHESI, A; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas . Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. FREIRE, José Carlos Serrano. Afinal... por que nossos alunos não aprendem? O que os professores precisam saber sobre como melhorar a aprendizagem e reduzir a indisciplina . Niteroi: Mahara, 2012. LÉVY. Pierre. As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da Informática . Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010. NUNES, Terezinha; BUARQUE, Lair; BRYANT, Peter. Dificuldades na aprendizagem: teoria e prática . 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.





Língua Portuguesa
2 - EMENTA
Fundamentos linguísticos, sócio-psicolinguísticos e antropológicos da linguagem e as suas relações com a comunidade escolar. Concepções da linguagem. O processo diglótico no português do Brasil: variedades padrão e não padrão: características estruturais e funcionais; diferenças formais e funcionais entre as modalidades oral e escrita da língua; o preconceito linguístico; o processo de monitoração estilística. A articulação entre oralidade, escrita e leitura; o papel do professor na mediação do aprendizado da oralidade letrada, escrita e leitura; a interação professor-aluno na sala de aula; a pedagogia culturalmente sensível; valores, normas e atitudes; alternativas educacionais decorrentes dos avanços teóricos nos estudos da linguagem. Documentos oficiais, políticas e programas vigentes no Brasil com foco no ensino de Língua Materna.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Conceber o papel da linguagem como forma de empoderamento e emancipação humana.• Desenvolver compreensão textual com autonomia crítica, posicionamento singular e conhecimento de mundo.• Ser capaz de interferir nas práticas de educação linguística, isto é, nas formas de ensinar a língua portuguesa nas escolas.• Compor um retrato o mais fiel possível da nossa realidade linguística, com especial interesse na descrição do português brasileiro, língua materna da quase totalidade dos habitantes deste país.• Aplicar instrumentos de análise adequados para lidar, em sala de aula, com as regras características das variedades linguísticas estigmatizadas.• Converter a sociolinguística num instrumento de luta contra toda forma de discriminação e de exclusão social pela linguagem. Porque não basta descrever e analisar as relações entre língua e sociedade — é preciso, também, transformá-las.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conscientizar seu leitor de que, em todos os casos de variedades, estamos diante de diferenças e não de “erros”.• Enfatizar as tendências imanentes da língua para levar as pessoas em geral, e os professores em particular, a assumir a convicção de que os chamados “erros” que nossos estudantes cometem têm explicação no próprio sistema e processo evolutivo da língua. Portanto, podem ser previstos e trabalhados com uma abordagem sistêmica.• Apoderar-se das regras linguísticas que gozam de prestígio, a enriquecer o seu repertório linguístico, de modo a permitir o acesso pleno à maior gama possível de recursos para que possam adquirir uma competência comunicativa cada vez mais ampla e diversificada — sem que nada disso implique a desvalorização de sua própria variedade linguística, adquirida nas relações sociais dentro de sua comunidade.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BORTONI-RICARDO Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2014. ROJO, Roxane. (Org.). Escola Conectada; os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013. BAGNO, Marcos. Língua, linguagem, linguística : pondo os pingos nos ii. São Paulo: Parábola, 2014.
5.2 - Bibliografia Complementar
KOCH Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

LEAL, Telma Ferraz; MARCUSCHI, Beth. **Estudos sobre educação e linguagem:** da educação infantil ao ensino médio. Editora Universitária da UFPE, 2011.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. et al. **Leitura e escrita na formação de professores.** Juiz de Fora: UFJF: 2002.

ROJO, Roxane. **Falando ao pé da letra:** a constituição da narrativa e do letramento. São Paulo: Parábola, 2010.

SILVA, Alexsandro; PESSOA, Ana Cláudia; LIMA, Ana. **Ensino de gramática:** reflexões sobre a língua portuguesa na escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Metodologia Científica
2 - EMENTA
Tipos de conhecimentos. Conhecimento científico e Pesquisa Científica. Introdução à redação acadêmica. Fichamentos, esquemas, resumos, resenhas. Pesquisa: tipos, técnicas e fontes. Métodos e técnicas de pesquisa: coleta, organização e interpretação de dados. As Normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas –ABNT.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender o processo científico e metodológico no âmbito do ensino superior;• Compreender a importância e os conceitos da metodologia científica;
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Diferenciar os tipos de conhecimentos, como também a evolução do método científico ao longo dos tempos;• Redigir trabalhos acadêmicos com rigor científico e metodológicos.• Utilizar o método científico em atividades e pesquisas;• Redigir trabalhos acadêmicos que atendam normas e modelos de publicação;• Apresentar trabalhos científicos dentro de padrões profissionais e científicos;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos . 7 ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
5.2 - Bibliografia Complementar
BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. Fundamentos de Metodologia Científica – Um guia para a iniciação científica. 2a ed. Makron Books. São Paulo, 2000. CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. Metodologia Científica . 5 ed. Prentice Hall. São Paulo, 2002. KOCHE, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica – Teoria da Ciência e Prática da Pesquisa . 17 ed. Vozes. Rio de Janeiro, 2000. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico . 22 ed. Cortez. São Paulo, 2002.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

2º Período

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
2 - EMENTA
Uso de expressões faciais gramaticais e afetivas. A estrutura da frase na língua de sinais. Construções com aspecto, tópico, foco, negativas, interrogativas, afirmativas, com argumentos pronunciados e nulos. Desenvolvimento de minicursos, seminários e palestras voltadas para comunidade em geral.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Analisar os aspectos relacionados ao estudo da sintaxe das línguas de sinais.• Conhecer o surdo, sua cultura e identidade, proporcionado um aprendizado básico da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como forma de expressão e comunicação para mediar o desenvolvimento da linguagem do estudante surdo, numa perspectiva da abordagem educacional bilíngue.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Diferenciar expressões faciais afetivas e gramaticais.• Analisar as combinações dos sinais para a formação de estruturas mais complexas.• Identificar a ordem básica da sentença, bem como as demais ordenações possíveis das sentenças na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.• Conhecer o surdo, sua cultura e identidade, proporcionado um aprendizado básico da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como forma de expressão e comunicação para mediar o desenvolvimento da linguagem do estudante surdo, numa perspectiva da abordagem educacional bilíngue.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Loderiin Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre/RS: Artmed, 2004. GOLDFELD, Mareia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista . 2a ed. - São Paulo: Plexus Editora, 2002.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica . Volume 1. Brasília; MEC/SEESP, 2002. BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 . Disponível em: Acesso[em: 20 de junho de 2013 FELIPE, T. A. LIBRAS em contexto . Curso Básico. Rio de Janeiro: MEC/FENEIS, 7ª edição, 2007. FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração do Surdos . GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . - São Paulo: Parábola Editorial, 2009.





Leitura e Produção de Texto
2 - EMENTA
Linguagem e comunicação humana. Letramento. Leitura e produção de textos orais e escritos, com enfoque no texto acadêmico: resumo, resenha, artigo e relatório científico, segundo critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Argumentação. Gramática da variedade padrão da Língua Portuguesa aplicada aos textos produzidos pelo discente.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Conceber o papel da linguagem como forma de empoderamento e emancipação humana.• Conhecer e saber utilizar algumas estratégias de leitura e produção de textos orais e escritos, considerando os gêneros textuais diversos.• Desenvolver compreensão textual com autonomia crítica, posicionamento singular e conhecimento de mundo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Produzir textos de acordo com diferentes tipos de situação e composição.• Aplicar a forma textual adequada à estrutura linguística exigida pelas finalidades do gênero textual.• Elaborar textos em variados gêneros discursivos, com destaque para os gêneros acadêmicos.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antonio. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores . 9ed. São. Paulo: Atlas, 2010. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11ed. São Paulo: Atlas, 2010. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia. Planejar gêneros acadêmicos . São Paulo: Parábola, 2005. MARCUSCHI, Luís Antônio. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2008. SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura . 6.ed. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: ARTMED, 1998.
5.2 - Bibliografia Complementar
GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia: Romance da história da filosofia . 54 ed. KLEIMAN, Angela B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna . Signo, Santa Cruz do Sul, RS, v. 32, n. 53, p. 1-25, 2007. Disponível em: http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/viewFile/242/ LEFFA, Vilson José. Aspectos da leitura . Porto Alegre: Sagra, 1996. Disponível em: https://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/aspectos_leitura.pdf LEFFA, Vilson José. Interpretar não é compreender: um estudo preliminar sobre a interpretação de texto. Linguagens: metodologia de ensino e pesquisa . Pelotas: Educat, p. 253-269, 2012. Disponível em: https://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/interpretar_compreender.pdf LEFFA, Vilson José. Perspectivas no estudo da leitura; Texto, leitor e interação social. In: LEFFA, Vilson José.; PEREIRA, Aracy, E. (Orgs.) O ensino da leitura e produção textual; Alternativas de renovação . Pelotas: Educat, 1999. p. 13-37. Disponível em: https://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/perspec.pdf





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Noções de Informática
2 - EMENTA
Compreensão do funcionamento de um computador: origem, funcionamento, componentes básicos. Diferenciação e inter-relação entre hardware, sistema operacional e softwares/aplicativos. A Internet e sua aplicabilidade no mundo da pesquisa e do trabalho. Estudo de editor de textos através de suas características e formatações. Desenvolvimento de apresentações e técnicas apropriadas e elaboração de planilhas eletrônicas.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender os principais sistemas operacionais e aplicativos usados, bem como os conceitos básicos no uso de programas, capacitando-os profissionalmente com propósito de inserção no mercado de trabalho.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Elaborar relatórios, textos, planilhas, formulários, esquemas e gráficos utilizando sistemas computacionais. Aplicar softwares específicos.• Desenvolver pesquisas pela internet.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
Alves, William Pereira. Informática fundamental: introdução ao processamento de dados . São Paulo: Érica, 2010. BORGES, Klaibson Natal Ribeiro. LibreOffice Para Leigos - Facilitando a vida no escritório . 2011. [online] Disponível: www.viaebooks.com.br/informatica/libreoffice-para-leigos . Acesso em: 02 de dezembro de 2019. Capron, H. L.; J.A. Johnson. Introdução a Informática . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. Velloso, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos . 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
5.2 - Bibliografia Complementar
Comer, Douglas E. Redes de Computadores e Internet . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. Manzano, André Luiz N. G.; Manzano, Maria Izabel N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010 . 1. ed. São Paulo: Érica, 2010. Manzano, André Luiz N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Power Point 2010 . 1. ed. São Paulo: Érica, 2010. Manzano, José Augusto N. G.; Manzano, André Luiz N.G. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010 Avançado . Érica, 2010. SCHAFF, Adam. A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial . 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.





Política e Legislação da Educação Básica
2 - EMENTA
Análise da atual legislação bem como das políticas educacionais brasileira para educação básica no contexto sociopolítico e educacional brasileiro; seus condicionantes e sua relação com os paradigmas que atendem as exigências sociais com vistas à compreensão do seu significado social, político e pedagógico, bem como das dificuldades e possibilidades dentro do contexto nacional, em suas situações teórico-práticas ligadas ao cotidiano escolar. Estrutura e funcionamento organizacional e curricular da educação. As principais reformas educacionais brasileiras. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a evolução da política educacional brasileira no contexto das políticas públicas com vistas a um posicionamento reflexivo e crítico diante dos desafios da realidade educacional e um comprometimento com uma educação escolar de qualidade.• Conhecer a legislação educacional brasileira, com vistas a um posicionamento crítico frente aos desafios da realidade educacional e um engajamento comprometido com a construção de uma escola de qualidade.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Investigar o contexto sociopolítico e educacional brasileiro;• Relacionar política e educação no contexto da atual política educacional brasileira;• Identificar os elementos de compreensão teórico-prática favoráveis à democratização da escola pública de qualidade para todos;• Discutir à luz da atual legislação educacional em vigor e do contexto político econômico, problemas do sistema educacional brasileiro;• Analisar o contexto da educação municipal identificando suas dificuldades, impasses e perspectivas;• Conhecer os diversos programas educativos e projetos pedagógicos.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BRASIL, Ministério da Educação. Lei Federal n.º 9131/95. Conselho Nacional de Educação, Brasília 1995. _____, Lei Federal n.º 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996. DEMO, Pedro. A nova LDB: ramos e avanços. 22. ed. São Paulo: Papyrus, 1997. GENTIL, P.; MCCOWAN, T. (orgs). Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil. Petrópolis: Vozes, 2003. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: política, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. SANTOS, Clóvis Roberto dos. Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação. 2. ed. atual. ampl São Paulo: Cengage Learning, 2018. SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
5.2 - Bibliografia Complementar
AFFONSO, Luciane M. Zimerman et al. Políticas educacionais e base nacional comum curricular de ensino religioso. Porto Alegre: Grupo A, 2021. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal n.º 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. LIMA, Caroline Costa Nunes; NUNES, Alex Ribeiro; BES, Pablo. Política educacional. Porto Alegre: SAGAH, 2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

LIMA, Caroline Costa Nunes et al. **Políticas públicas e educação**. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2019.
PLANK, D. N. **Política educacional no Brasil: caminhos para a salvação pública**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
CIRINO, Giovanni. **A inclusão social na área educacional**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
VIANNA, I. O. A. **Planejamento Participativo na escola**. 2. Ed. São Paulo: EPU, 2000.





Psicologia da Educação
2 - EMENTA
O compromisso social da Psicologia e da Educação. Teorias Psicológicas da Aprendizagem. Paradigmas do desenvolvimento psicológico humano. A Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky e os processos de aprendizagem. Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget. A concepção de desenvolvimento infantil de Henri Wallon. A Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel. A aplicação das teorias psicológicas na prática pedagógica. Possibilidades e contribuições das diversas abordagens na Psicologia para a intervenção no universo escolar/educacional para crianças, adolescentes, jovens e adultos. Teoria das inteligências múltiplas. Inteligência emocional.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender as principais contribuições das teorias psicológicas relevantes para a construção da subjetividade no processo educativo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Discutir a complexidade das relações de intersubjetividades presentes nos processos educativos• Relacionar as diferentes teorias psicológicas com o desenvolvimento cognitivo e emocional do indivíduo.• Reconhecer as implicações dos principais paradigmas da Psicologia da Educação nas práticas escolares em consonância com a realidade sócio-histórico-cultural da escola.• Apropriar-se de conteúdos básicos da psicologia da educação para que possam ser aplicados no contexto escolar visando a intervenção e promoção do sucesso no ensino-aprendizagem.• Compreender a participação da Psicologia na constituição epistemológica do trabalho docente.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BARROS, C. S. G. Pontos de Psicologia do Desenvolvimento . 4ª. Ed. São Paulo: Ática, 2000. COLL, César. et al. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar . Porto Alegre: Artmed, 2010. COLL, César. (et all.) O construtivismo na sala de aula . 6.ed. São Paulo: Ática, 2009. DAVIS, Cláudis; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia da educação . 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2010. EDDINE, Eder Ahmad Charaf. Desenvolvimento e aprendizagem em manuais didáticos de psicologia educacional . Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013. GARDNER, Howard. Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas . 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. LA TAILLE, Yves de.; OLIVEIRA, Marta Kohl de.; DANTAS, Heloysa. PIAGET, VYGOTSKY, WALLON: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, 1992. PAPALIA, D.; OLDS, S. Desenvolvimento Humano . 10ª. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2010. VIGOTSKI, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem 10 ed. São Paulo: Ícone, 2006.
5.2 - Bibliografia Complementar
BORUCHOVITCH, E. BZUNECK, J. A. (orgs). A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea . Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. COLL, E; MARCHESI, A; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas . Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

FREIRE, José Carlos Serrano. **Afinal... por que nossos alunos não aprendem? O que os professores precisam saber sobre como melhorar a aprendizagem e reduzir a indisciplina.** Niterói: Mahara, 2012.

NUNES, Terezinha; BUARQUE, Lair; BRYANT, Peter. **Dificuldades na aprendizagem: teoria e prática.** 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

ARAUJO, C.M.M. (org.) **Psicologia escolar: pesquisa e intervenção.** Em aberto, Brasília, v. 23, n. 83, março de 2010. INEP . Ministério da Educação.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Sociologia da Educação
2 - EMENTA
Educação e sociedade. A função da escola segundo as correntes sociológicas. Educação e Trabalho. Teorias da reprodução e resistência. Educação como processo social de integração, contradição e transformação da sociedade; A educação formal e informal como espaço político de luta pela hegemonia. Relação entre educação e desigualdade social. Estado e Educação. Trabalho e Educação: A Educação como um dos ramos do Conhecimento Sociológico. A relação entre cultura, educação, direitos humanos e formação para a cidadania.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer as principais contribuições da Sociologia para a área educacional, bem como o tratamento teórico da educação dentro da Sociologia.• Compreender a educação como prática social historicamente construída e em relação recíproca de determinação com as demais relações sociais.• Refletir e analisar os fenômenos sociais em sua relação com a educação, o papel social da escola e seus principais atores na transformação da realidade;
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Identificar a função social da Educação no contexto das sociedades modernas;• Interagir de modo solidário nas diversas atividades de aprendizagem;• Analisar os impactos da ciência e da tecnologia nos processos produtivos e no emprego;• Distinguir cada Teoria Sociológica no contexto educacional de seu tempo e espaço, relacionando-as com as tendências ideológicas da educação, sobre, para a educação brasileira;• Comparar criticamente como as teorias sociológicas se vinculam à prática pedagógica existente no sistema educacional brasileiro;• Estudar a relação pedagógica existente entre Escola, Estado e Sociedade.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . Lisboa: Edições 70, 2009. MEKSENAS, Paulo. Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social . 14. ed. São Paulo: Loyola, 2010. MARQUES, Sílvia. Sociologia da educação . Rio de Janeiro: LTC, 2012. RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação , São Paulo: Lamparina, 2007
5.2 - Bibliografia Complementar
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação . - S.P: Brasiliense, 2003. ENQUITA, Mariano. A face oculta da escola . Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. GENTILI, Pablo. (Org). Pedagogia da Exclusão . Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação . São Paulo: Cortez, 1991 FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a liberdade . RJ Paz e terra, 1969.





3º Período

Alfabetização e Letramento
2 - EMENTA
Estudo dos fundamentos da alfabetização, do letramento e do letramento escolar. Estudo das concepções de língua e poder, de modo a explorar também a relação entre língua, cultura e sujeito e ensino da língua. Estuda as concepções de língua escrita e suas relações com a prática pedagógica dos anos iniciais do ensino fundamental; analisa o uso social da leitura e escrita, bem como as práticas de letramento. Caracterização da leitura como prática social, abordando a diferença entre essa prática dentro e fora da escola. Estudo dos fatores textuais, contextuais e intertextuais na produção de sentido. Conceituação de gêneros e tipos textuais. Estudo dos processos de aprendizagem da escrita na criança e seus aspectos sócio-históricos e psicopedagógicos, bem como da sondagem e análise das falhas da escrita da criança para construções de hipótese da escrita. Além de correlacionar tais saberes à dimensão ambiental e às implicações da atuação do ser humano no meio em que vive. Desenvolvimento de minicursos, seminários e palestras voltadas para formação continuada de professores da educação infantil.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender os conceitos de leitura, alfabetização e letramento.• Entender os conceitos de língua, poder, cultura e identidade, de modo a compreender a importância para a sua realidade social e para o contexto do ensino.• Compreender a prática da leitura como algo que transcende o espaço da sala de aula e atinge diversas práticas sociais do estudante no mundo extraescolar.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Relacionar as práticas de leitura e escritas desenvolvidas em sala de aula com aquelas que fazem parte do mundo extraescolar, identificando, assim, semelhanças e diferenças entre elas.• Identificar os diferentes fatores envolvidos na produção de sentido.• Reconhecer diferentes gêneros textuais, levando em consideração sua natureza sociodiscursiva, para aplicá-los, de modo crítico ao contexto do ensino.• Relacionar gêneros e tipos textuais
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
FERREIRO, Emília. Reflexões sobre Alfabetização . São Paulo: Cortez, 2001 FERREIRO, Emília. Com todas as letras . 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993 OLIVEIRA, João Batista Araújo. Alfabetização de Crianças e Adultos . São Paulo: Alfa Educativa, 2007 SOARES, Magda Becker. Letramento: um tema em três gêneros . Belo Horizonte: Autêntica, 1998 ANTUNES, I. Aula de português: encontro & interação . São Paulo: Parábola, 2003 BRANDÃO, H. N. (Coord.). Gêneros do discurso na escola: mito, cordel, discurso político, divulgação científica . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003
5.2 - Bibliografia Complementar
BOLZAN, Doris Pires Vargas. Leitura e Escrita – Ensaio Sobre Alfabetização . Belo Horizonte: UFSM, 2007 DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.) Gêneros Textuais e Ensino . Rio de Janeiro: Lucerna. 2002 KLEIMAN, A. B. (Org.). Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita . Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995 LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil . SP, Ática, 1996 MOLLICA, Maria Cecília. Fala, Letramento e Inclusão Social . São Paulo: Contexto, 2007





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Currículo
2 - EMENTA
O componente curricular aborda o histórico curricular e as teorias de currículo, compreendendo-o sob uma visão ampla de construção social. Pensar possibilidades para um currículo que leve em conta a transversalidade da educação. Currículos e seus marcos legais: LDB; Diretrizes Curriculares Nacionais; BNCC, Currículo Estadual e Municipal.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Contribuir para o desenvolvimento de uma visão ampla e crítica de currículo, por meio de atividades que propiciem aos estudantes conhecer diferentes concepções de currículo e as relacionar com as formas de pensar a escola e as práticas pedagógicas.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer que os currículos expressam relações de poder e, por isso, representam o que grupos sociais esperam da educação escolar.• Identificar os determinantes sociais e políticos de diferentes concepções de currículo que surgiram ao longo da história educacional.• Analisar diferentes teorias de currículo e a circulação/produção dessas teorias no Brasil, assim como seu impacto nas políticas educacionais, nas instituições e nas práticas escolares.• Discutir e propor projetos curriculares transdisciplinares.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículo na contemporaneidade. Incertezas e desafios. 4. ed. São Paulo, Editora Cortez, 2012. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008. MACEDO, Elisabeth Fernandes de; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículo, Práticas Pedagógicas e Identidades. Lisboa, Editora Porto, 2002. BRASIL, MEC, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017.
5.2 - Bibliografia Complementar
ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. Editora Cortez. 2011. ARROYO, Miguel. Currículo: território em disputa. Editora Vozes. 2013. DEWEY, John. Escola e a Sociedade e a Criança e o Currículo. Lisboa: Editora Relógio D'água, 2002. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Didática e interdisciplinaridade. Campinas, SP: Papyrus, 2015. BRASIL. Ministério da Educação. Guia de implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação da BNCC. Brasília: MEC, 2018 BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Didática
2 - EMENTA
Pressupostos teórico-metodológicos da Didática. O processo de ensino e de aprendizagem. Objetivos, conteúdos e métodos de ensino. Planejamento Educacional. A aula como forma de organização do ensino. Ensino e avaliação. A relação professor-estudante. Relações pedagógicas e as questões culturais e étnico-racial. A docência e suas especificidades: saberes docentes e formação profissional; os desafios da profissão docente; a oratória como habilidade para o exercício da docência. Aplicando conceitos: o ensino da Informática na Educação Básica. Novos rumos da Didática: a didática, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender a importância do planejamento educacional e do desenvolvimento de uma prática educativa que atenda às demandas atuais da sociedade e do educando a partir das contribuições teóricas e metodológicas da didática.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Identificar os pressupostos teóricos metodológicos da didática;● Caracterizar o processo ensino/aprendizagem a partir de referenciais teóricos e práticos;● Estabelecer relações entre os saberes docentes, a formação profissional e a prática pedagógica;● Relacionar os objetivos e conteúdos do ensino, determinando as melhores metodologias para alcançá-los;● Elaborar planos de aulas e de ensino;● Ministrar aulas conforme as diretrizes da educação, com subsídios teóricos e metodológicos adequados para atuação na Educação Básica.● Incluir, na medida do possível, e de forma interdisciplinar e/ou transdisciplinar nas atividades práticas propostas na disciplina abordagem sobre os temas: ética, educação ambiental, educação em direitos humanos, sustentabilidade, cultura afro-brasileira e indígena, relações etnicorraciais.● Ressignificar a atuação docente frente às peculiaridades da profissão no contexto contemporâneo.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BRASIL. Ministério da Educação. Guia de implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação da BNCC. Brasília: MEC, 2018 CORDEIRO, J. F. P. Didática . São Paulo: Contexto, 2007. FAZENDA, Ivani (org.). Didática e Interdisciplinaridade . Campinas: Papirus, 2011. LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 1994. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico . São Paulo: Libertad Editora, 2010. VEIGA, A. O. <i>et al.</i> Repensando a didática . Campinas: Papirus, 2010
5.2 - Bibliografia Complementar
BRASIL, Presidência da República. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003 . Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. _____. Lei n.º 10.741 de 1º de outubro de 2003 (Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências). _____. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 . Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

_____. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 30/5/2012** - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, 2012.

CANDAU, Vera M. A. **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 2001.

COX, Kenia Kodel. **Informática na Educação Escolar**. Campinas: Autores Associados, 2003.

CUNHA, M. Il. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papyrus, 2010.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUARNIERI, Maria Regina. **Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência**. Campinas: Autores Associados, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **A Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

VEIGA, I. P. A. **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas: Papyrus, 2010.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Educação e Novas Tecnologias
2 - EMENTA
O componente curricular aborda estudos sobre a utilização de ambientes, de aplicativos e outras tecnologias para o ensino. O ensino e a aprendizagem inovadora com tecnologias. O uso da tecnologia com suporte à Educação Ambiental. As implicações pedagógicas e sociais do uso da informática na educação e no aprendizado cooperativo. Projetos de tecnologias aplicadas à educação. A alfabetização tecnológica de professores e as novas tecnologias. Tecnologia e formação continuada para professores. Projetos de alfabetização tecnológica de professores.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Relacionar novas linguagens tecnológicas aos processos didático-pedagógicos;• Identificar as novas tecnologias como recurso inovador e propulsor de novas estratégias de aprendizagem, capaz de contribuir de forma significativa para o processo de desenvolvimento das competências necessárias ao educando.• Avaliar os desdobramentos da inserção tecnológica no âmbito educacional nos seus aspectos éticos, estéticos, sociais e políticos, bem como, perceber a mudança do papel do professor, do acadêmico e dos ambientes de aprendizagem.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Dominar as tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas.• Conceituar/definir a alfabetização tecnológica de educadores;• Descrever o significado das novas tecnologias;• Analisar criticamente a relação entre educação e as novas tecnologias;• Aplicar critérios básicos para o emprego das novas tecnologias como ferramenta de apoio à educação;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ROMMEL Melgaço Barbosa. Ambientes Virtuais de Aprendizagem . Porto Alegre: Ed. Artmed – RS, 2005 LEITE, Lígia Silva. (Coord.). Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula . 2. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004 PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco; COSTA, Belarmino César Guimarães (Org.). Tecnologia, cultura e formação... ainda Auschwitz . São Paulo-SP: Cortez, 2003. SAMPAIO, Marisa Narciso; LEITE, Lígia Silva. Alfabetização tecnológica do professor . 3.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999 VALENTE, José Armando. Informática na educação no Brasil: O Computador na Sociedade do Conhecimento . Campinas: 1999 LLANO, José G. de; ADRIAN, Mariella. A informática educativa na escola . São Paulo: Loyola, 2006
5.2 - Bibliografia Complementar
GRISNPUM, Mirian P.S. Zippin (Org.). Educação tecnológica: desafios e perspectivas . 2.ed. São Paulo-SP: Cortez, 2001. JOLY, Maria Cristina Rodrigues Azevedo. A tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem . São Paulo-SP: Casa do Psicólogo, 2002. KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância . Campinas-SP: Papirus, 2003. KENSKI, V. M. Educação e Tecnologias: O Novo Ritmo da Informação . 3 ed. Campinas: Papirus, 2007





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

LITWIN, Edith (Org.). **Tecnologia educacional: política, história e propostas**. Porto Alegre- RS. Artmed, 2001.

Educação em Direitos Humanos
2 - EMENTA
Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender o conhecimento sobre as matrizes conceituais e teóricas da educação em/para direitos humanos, assim como, do seu impacto no contexto educacional, social e cidadã.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer as legislações e documentos básicos que fundamentam os direitos humanos no Brasil e no Mundo;• Debater o processo histórico de construção da concepção dos direitos humanos;• Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade aos direitos humanos;• Identificar e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos;• Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.• Identificar e combater interdisciplinarmente as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 1992. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) . Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2007. CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas ; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008. FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia ; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010. NOVAES, Regina (Org.). Direitos Humanos: temas e perspectivas . Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos . Brasília, 1996. CANDAU, Vera (Org.) Educar em Direitos Humanos . Petrópolis: Vozes, 2000. RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. Direito Educacional - Educação Básica e Federalismo . Quartier Latin, 2009.





Ética Aplicada à Educação
2 - EMENTA
Conceituação e fundamentos da ética. Compreensão histórica da ética: ética na Grécia Antiga; ética medieval; ética moderna; ética contemporânea. Fundamentos objetivos da ética: aspectos do ser humano. Fundamentos subjetivos da ética: a consciência. Ética, moral e competência dos profissionais da educação. Os códigos de ética profissional. Atitudes que denotam preconceitos pedagógicos não apropriados ao dever ético e moral do magistério. Comportamento ético e moral dos profissionais da educação. Valores: valor dos profissionais do ensino; valor da ciência e do conhecimento científico; valor do estudante. Relações entre ética e ciência. A necessidade da formação contínua dos profissionais do magistério. Educação Ambiental.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Estar apto a examinar, ética e moralmente, as funções da educação e da Pedagogia, a partir das seguintes construções teórico-práticas: igualdade versus diferença, cidadania, personalidade versus impessoalidade, profissionalismo, autoridade, tolerância, entre outras.• Compreender e discutir, com base nas construções teóricas diversas, as relações entre a Ética e a Moral, refletindo sobre os princípios fundamentais que sustentam os diversos sistemas educacionais e sociais.• Ter capacidade de propor, analisar e refletir sobre questões concretas e teóricas que implicam sobre as relações internas e externas ao ambiente escolar e, além disso, influenciam o trabalho dos profissionais do magistério e a aprendizagem discente.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer os principais conceitos, teorias e práticas relacionadas à ética e moral dos profissionais da educação;• Reconhecer a importância e o significado do trabalho docente e dos demais profissionais da educação na formação do educando;• Compreender a função social do Pedagogo, bem como os requisitos éticos e morais necessários no desempenho de suas respectivas funções;• Ser capaz de agir com empatia nos diversos instantes de convívio social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e humanizada.• Ter capacidade de elaborar projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados à temática “ética e educação”.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional . 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. CORTELLA, Mário Sérgio. Educação, convivência e ética: audácia e esperança . São Paulo: Cortez, 2015. VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética . 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. A ética na educação infantil: o ambiente sóciomoral na escola . Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2007. NETO, Roque do Carmo Amorim; ROSITO, Margaret May Berkenbrock. Ética e moral na educação . 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2012.
5.2 - Bibliografia Complementar
RIOS, Terezinha Azevedo. Ética e competência . São Paulo: Cortez, 2013. CANDAU, Vera Maria (org.) Magistério: construção cotidiana . 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza . 8. ed São Paulo: Cortez, 2010. CAMPANER, Sônia. Filosofia: ensinar e aprender . São Paulo: Saraiva, 2012.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

História e Cultura Indígena e Afro-brasileira
2 - EMENTA
Aspectos caracterizadores da formação cultural brasileira. Histórias e culturas indígenas e afro-brasileira. A diversidade étnico-cultural da população indígena no território brasileiro. A luta dos negros no Brasil. A cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.
3 - COMPETÊNCIAS
Compreender a influência das culturas das indígenas e afro-brasileiras no Brasil e seus reflexos na sociedade atual, desenvolvendo critérios que levem o estudante a refletir sobre os elementos que caracterizam a formação cultural brasileira, bem como desenvolver a visão crítica em relação às singularidades relativas aos elementos culturais dos povos afro-brasileiros e indígenas.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Analisar a importância de estudar e conhecer minimamente a história dos povos indígenas e afro-brasileiros;• Identificar a diversidade étnico-cultural das populações indígenas e afro-brasileiras;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BELLUCCI, Beluce. Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira . Rio de Janeiro: UCAM/Centro Cultural Banco do Brasil, 2003. KABENGELE, Munanga. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações . São Paulo: Global, 2009. LUCIANO, Gersm dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje . Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula . São Paulo: Selo Negro, 2005.
5.2 - Bibliografia Complementar
BANIWA, Gersen. Olhares Indígenas Contemporâneos II . Série Saberes Indígenas. Brasília: CINEP – Centro Indígena de Estudos e Pesquisas, 2012. BRASIL - Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC-SECAD/SEPP/INEP, 2005. DF - Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Orientações Pedagógicas para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede Pública de Ensino do DF (artigo 26-a da LDB) . Brasília: SEEDF, Subsecretaria de Educação Básica/Coordenação de Educação em Diversidade, 2012. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_quilombola/material_distrito_federal.pdf . Data de acesso: 04/04/2020 FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes . Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2008. v. I e II. SANTOS, Joel Rufino dos. A questão do negro na sala de aula . São Paulo: Editora Ática, 1990.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

4º Período

Avaliação do Ensino e da Aprendizagem
2 - EMENTA
Conceituação. Pressupostos teórico-metodológicos e vertentes da avaliação educacional. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem: aspectos metodológicos. Instrumentos e Técnicas de avaliação. Indicadores e qualidade em educação. Análise de experiências e práticas vigentes em avaliação educacional na Educação Básica. Avaliação de Políticas de Educação, Programas, Projetos e Currículos: níveis, tipos e modalidades de avaliação de sistemas e organizações. O trabalho pedagógico e as novas formas de Avaliação. O papel da avaliação na construção do sucesso/fracasso escolar e suas interfaces com a prática social. Avaliação na Educação Infantil. Avaliação da Aprendizagem, inclusão, ética e relações interpessoais.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender os aspectos que permeiam a prática avaliativa nas diversas modalidades de ensino e pesquisa, discutindo as abordagens avaliativas existentes e seu papel no contexto acadêmico e docente.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Identificar as funções e teorias existentes sobre a avaliação do processo ensino/aprendizagem.● Diagnosticar o papel da avaliação no desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem.● Elaborar instrumentos e técnicas de avaliações adequadas ao público e ao objetivo da proposta de ensino;● Utilizar apropriadamente as diversas formas de avaliações de modo a propiciar o desenvolvimento profissional/cidadão ao estudante, inclusive em suas necessidades e especificidades.● Analisar as implicações das avaliações sistêmicas ao processo ensino/aprendizagem.● Ressignificar a avaliação do processo ensino/aprendizagem frente aos novos ambientes de aprendizagens.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BRASIL, MEC, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, versão aprovada pelo CNE , novembro de 2017. CERVI, Rejane de Medeiros. Planejamento e avaliação educacional . 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008. HOFFMANN, J.M.L. Avaliar para promover: as setas do caminho . Porto Alegre: Mediação, 2011. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico . São Paulo: Cortez, 2011. BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais . Mediação: Porto Alegre, 2010. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar . 16ª Ed. São Paulo: Libertad, 2006.
5.2 - Bibliografia Complementar
BALZAN, N.C.; DIAS SOBRINHO, J.D. (orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências . São Paulo: Cortez, 2008. BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais . Mediação: Porto Alegre, 2010. FREITAS, L.C.; SORDI, M.R.L.; MALAVASI, M.M.S.; Avaliação Educacional: caminhando pela contramão . 1. ed. Vozes: São Paulo, 2009. HOFFMANN, J.M.L. Avaliação mediadora . Porto Alegre: Mediação, 2010.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Hoffmann, Jussara. **Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2011.
LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2005.
PEREIRA FILHO, Albano. et. al. **Erros matemáticos no curso de Engenharia Civil**. Appris: Curitiba, 2017. (Nenhum Exemplar)

Educação Inclusiva
2 - EMENTA
Perspectivas históricas e conceituais da Educação Especial e Inclusiva. Reflexão crítica das questões ético-político-educacionais na ação do educador quanto à inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Tecnologias computacionais assistivas para pessoas com necessidades educacionais especiais. O papel do professor quanto às diferenças religiosas e culturais. Educação para as Relações Étnico-Raciais. Educação para envelhecimento saudável.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender os processos inclusivos no contexto da educação a partir do marco regulatório legal enquanto expressão social, bem como debater os principais elementos referentes às práticas educativas inclusivas considerando também as questões da Inclusão Social.• Estabelecer o senso crítico sobre igualdade social, igualdade étnico-racial e mercado de trabalho.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer as políticas educacionais na perspectiva da inclusão no contexto internacional, nacional, regional e local;• Analisar as implicações do processo de inclusão do estudante com necessidades especiais na escola regular e na comunidade;• Observar no cotidiano da sala de aula, a docência, os estudantes e a perspectiva culturalista que permeia a temática;• Realizar ações de transformação individual, através do domínio de conhecimentos sobre a deficiência de forma geral e os processos de inclusão, que permitam mudanças no pensar e no agir capazes de intervir na forma de atuação profissional na sociedade.• Identificar o perfil necessário para a atuação do educador na diversidade visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BEYER, Hugo Otto. Inclusão e Avaliação na Escola De alunos com necessidades educacionais especiais . Editora Mediação. Porto Alegre, 2010. BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. (Orgs.) Um olhar sobre a diferença: Interação, Trabalho e Cidadania . Campinas: Papirus, 2006. CUNHA, Antonio Eugênio. Práticas pedagógicas para Inclusão e Diversidade . Editora Wak. Rio de Janeiro, 2010. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em educação especial . Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf . Data de acesso: 23/03/2020. FELTRIN, Antonio Efro. Inclusão Social na Escola: Quando a pedagogia se encontra com a diferença . Editora Paulinas. São Paulo, 2007. MAZZOTTA, Marcos J. S.. Educação especial no Brasil historia e políticas publicas . São Paulo: Cortez. 1996. SAVIANI, DERMIVAL. Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional . 5. ed. ver e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. 359



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora. **Formação de professores em tecnologias digitais acessíveis**. Editora Evangraf. Porto Alegre, 2012.
SCHMITD, Maria A. & STOLTZ, Tânia (Orgs.). **Educação, cidadania e inclusão social**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

5.2 - Bibliografia Complementar

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, de 13 de julho, Brasília, D.F., Senado. 1990.

BRASIL/MEC. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 28/03/2020

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro, Brasília, D.F. 1996.

CARDOSO, Marilene da Silva. **Aspectos históricos da educação especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada**. EDUCAÇÃO. Porto Alegre. Ano XXVI, n. 49, p. 137-144. Março, 2003.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora. **Formação de professores em tecnologias digitais acessíveis**. Editora Evangraf. Porto Alegre, 2012.

MACHADO, Rosângela. **Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, paradigmas e práticas**. Editora Cortês. São Paulo, 2009.

TAVARES, R., Jesus, M., ... D. M.-R. brasileira, & 2017, U. (2017). Envelhecimento saudável na perspectiva de idosos: uma revisão integrativa. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, vol.20. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232017000600878&script=sci_arttext&tlng=pt

SANTOS, Boaventura de Sousa. CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.





Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação Infantil
2 - EMENTA
Educação Infantil: contexto histórico, teórico e político. Análise do processo de construção histórica da concepção de infância, bem como, a construção política da Educação Infantil, em função das tendências educacionais recentes, no que diz respeito ao cuidar, o educar e o ensinar. Exame crítico da ideologia subjacente às formas usadas pelos teóricos para explicar o processo de desenvolvimento infantil, atrelado às diferentes formas de ensinar na infância. Interdisciplinaridade e o lúdico na Educação Infantil. A organização dos espaços da educação Infantil. Educação das crianças com necessidades especiais. Formação e identidade profissional do professor de educação infantil. Experiência e projetos de ensino nas propostas curriculares e metodológicas para a Educação Infantil. Desenvolvimento de minicursos, seminários e palestras voltadas para formação continuada de professores que atuam na educação infantil.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a concepção de infância e do desenvolvimento infantil através de aprofundamento teórico a fim de reconhecer a importância do contexto histórico social cultural da Educação Infantil;• Conhecer a história da Educação Infantil, suas funções e objetivos de modo a analisar as ações políticas sociais culturais e pedagógicas de sua organização;
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Analisar o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI como instrumento norteador das habilidades e competências da Educação Infantil e assim reconhecer o trabalho com interdisciplinaridade e o lúdico nessa etapa.• Esboçar o percurso histórico da Educação Infantil, bem como o seu caráter sociopolítico.• Identificar os principais elementos sócio-históricos da conceituação contemporânea de Educação Infantil.• Ampliar os conceitos quanto às perspectivas didático-pedagógicas da Educação Infantil através do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI.• Reconhecer a importância do lúdico na Educação Infantil como metodologia facilitadora aos processos de ensino-aprendizagem.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ARIÉS, Phillipe. História social da criança e da família . Rio de Janeiro: Editora LTC, 2014. CAVICCHIA, Durllei de Carvalho. O cotidiano da creche: um projeto pedagógico. 3.ed. São Paulo: Editora Loyola, 1993. HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999. KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel F. Pereira; NUNES, Maria Fernanda. Infância e educação infantil. Campinas: Editora Papyrus, 2012. OLIVEIRA, Zilma Ramos. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Editora Cortez, 2011. OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas: Editora Papyrus, 2012.
5.2 - Bibliografia Complementar
ANTUNES, Celso. As inteligências múltiplas e seus estímulos . São Paulo: Editora Papyrus, 2008. APPLE, Michael W. Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra os subalternos . Porto Alegre: Editora Artmed, 2008. CRAIDY, Carmem Maria; KERCHER, Gladis. Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

GONZALEZ-MENA, Janet. **Fundamentos da educação infantil: ensinando crianças em uma sociedade diversificada.** Porto Alegre: Editora Penso, 2015.
SEBASTIANI, Márcia Teixeira. **Fundamentos e Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil.** Curitiba: IESDE Brasil A.S., 2008.
SMITH, C; STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores.** Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Editora Artmed, 2012.
VYGOTSKI, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados





Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa
2 - EMENTA
Fundamentos linguísticos, sócio-psicolinguísticos e antropológicos da linguagem e as suas relações com a comunidade escolar. Concepções da linguagem. O processo diglótico no português do Brasil: variedades padrão e não padrão: características estruturais e funcionais; diferenças formais e funcionais entre as modalidades oral e escrita da língua; o preconceito linguístico; o processo de monitoração estilística. A articulação entre oralidade, escrita e leitura; o papel do professor na mediação do aprendizado da oralidade letrada, escrita e leitura; a interação professor-aluno na sala de aula; a pedagogia culturalmente sensível; valores, normas e atitudes; alternativas educacionais decorrentes dos avanços teóricos nos estudos da linguagem. Documentos oficiais, políticas e programas vigentes no Brasil com foco no ensino de Língua Materna
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Conceber o papel da linguagem como forma de empoderamento e emancipação humana.• Desenvolver compreensão textual com autonomia crítica, posicionamento singular e conhecimento de mundo. Ser capaz de interferir nas práticas de educação linguística, isto é, nas formas de ensinar a língua portuguesa nas escolas.• Compor um retrato o mais fiel possível da nossa realidade linguística, com especial interesse na descrição do português brasileiro, língua materna da quase totalidade dos habitantes deste país.• Converter a sociolinguística num instrumento de luta contra toda forma de discriminação e de exclusão social pela linguagem. Porque não basta descrever e analisar as relações entre língua e sociedade — é preciso, também, transformá-las.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conscientizar seu leitor de que, em todos os casos de variedades, estamos diante de diferenças e não de “erros”.• Aplicar instrumentos de análise adequados para lidar, em sala de aula, com as regras características das variedades linguísticas estigmatizadas.• Enfatizar as tendências imanentes da língua para levar as pessoas em geral, e os professores em particular, a assumir a convicção de que os chamados “erros” que nossos estudantes cometem têm explicação no próprio sistema e processo evolutivo da língua. Portanto, podem ser previstos e trabalhados com uma abordagem sistêmica.• Apoderar-se das regras linguísticas que gozam de prestígio, a enriquecer o seu repertório linguístico, de modo a permitir o acesso pleno à maior gama possível de recursos para que possam adquirir uma competência comunicativa cada vez mais ampla e diversificada — sem que nada disso implique a desvalorização de sua própria variedade linguística, adquirida nas relações sociais dentro de sua comunidade.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
DEMO, P. Avaliação qualitativa . Campinas: Papyrus, 1994. HOFFMANN, J.M.L. Avaliar para promover: as setas do caminho . Porto Alegre: Mediação, 2011. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico . São Paulo: Cortez, 2011. SOUZA, Clarilza Prado de. (org). Avaliação do rendimento escolar . 13ª Campinas: Papyrus, 2007. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar . 16ª Ed. São Paulo: Libertad, 2006.
5.2 - Bibliografia Complementar
BALZAN, N.C.; DIAS SOBRINHO, J.D. (orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências . São Paulo: Cortez, 2008.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Mediação: Porto Alegre, 2010.
FREITAS, L.C.; SORDI, M.R.L.; MALAVASI, M.M.S.; **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. 1. ed. Vozes: São Paulo, 2009.
HOFFMANN, J.M.L. **Avaliação mediadora**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
Hoffmann, Jussara. **Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2011.
LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2005.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Gestão Educacional
2 - EMENTA
Gestão educacional: conceitos, funções e princípios básicos. A função administrativa da unidade escolar e do gestor: contextualização teórica e tendências atuais. A dimensão pedagógica do cotidiano da escola e o papel do administrador escolar. Levantamento e análise da realidade escolar: o projeto político pedagógico, o regimento escolar, gestão participativa e órgãos da escola. Gestão em espaços não-escolares.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Propiciar aos estudantes uma visão crítica da gestão educacional brasileira;● Oferecer conhecimentos acerca do papel do administrador em instituições escolares e não-escolares e suas atribuições.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Identificar os conceitos e definições básicas usadas na gestão educacional;● Conhecer as funções e dimensões dos setores escolares, assim como administrativo, pedagógico em todos os seus âmbitos;● Aplicar os conhecimentos da realidade escola na escolha e tomada de decisões que aprimorem o trabalho de todos os envolvidos.● Entender a atuação do Pedagogo na gestão de instituições não-escolares.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
LÜCK, Heloísa. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar . Rio de Janeiro: DP & A, 2002. HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva . Campinas: Papirus, 2002. LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar . Petrópolis: Vozes, 2008. BRASIL. Lei Federal n.º 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação . Brasília, 1996.
5.2 - Bibliografia Complementar
ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de. O princípio da gestão democrática na educação pública . Liber Livro. Brasília, 2012. VELOSO, Fernando A. et al (Org.). Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro . Elsevier. Rio de Janeiro, 2010.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Educação à Distância
2 - EMENTA
Modalidade de Educação a Distância (EaD): Conceitos fundamentais da educação a distância; aspectos históricos-filosóficos. Fundamentos legais da educação à distância. Tecnologias e as alterações no espaço e no tempo de ensinar e aprender. Educação a Distância e Ambientes Virtuais de ensino-aprendizagem. A nova lógica do ensino na sociedade da informação. EAD: desenvolvimento desta modalidade no Brasil, histórico, influências e legislação vigente. Além de correlacionar tais saberes à dimensão ambiental e às implicações da atuação do ser humano no meio em que vive.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender e analisar criticamente os fundamentos e metodologias da Educação a Distância, reconhecendo a EaD como uma possibilidade de inclusão e de reestruturação na organização pedagógica do sistema escolar global e local.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer as concepções de educação a distância conforme sua evolução histórica;• Conhecer as características e peculiaridades da Educação a distância;• Refletir sobre os processos de aprendizagem do estudante da modalidade EaD.• Definir as funções de alguns agentes envolvidos no processo de formação a distância: estudante, professor-tutor e professor da disciplina;• Definir e caracterizar um ambiente virtual de aprendizagem;• Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativa do estudante da educação a distância.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância . Autores Associados. 3ª. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. MAIA, Carmem.; MATTAR, João. A Educação a Distância hoje . 1. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos. (Org). Educação a distância: O estado da arte . São Paulo: Pearson Education de Brasil, 2009. KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância . Campinas: Papirus, 2003
5.2 - Bibliografia Complementar
PALOFF, R. M. E PRATT, K. O aluno Virtual: um guia para trabalhar com estudantes online . Porto Alegre: Artmed, 2004. HACK, Josias R. Introdução à Educação a Distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. Avaliação a Aprendizagem na educação a distância na perspectiva da comunicacional . Cruz das Almas/Bahia: UFRB, 2013. 180p. BELLONI, Maria. Educação a Distância . 5. ed. Campinas, SP: autores associados, 2008.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

5º Período

Literatura Infanto-Juvenil
2 - EMENTA
Tendências Contemporâneas da literatura infanto – juvenil brasileira. Literatura e educação. Gêneros literários. Literatura clássica. Contos de Fadas.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver capacidade para utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem e fazer uso de informações contidas nos textos para o exercício consciente da cidadania.• Produzir textos escritos coesos e coerentes, considerando o leitor e o objeto da mensagem, identificando o gênero e o suporte que melhor atendem à intenção comunicativa.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer que a vida social contemporânea exige que todos desenvolvam habilidades comunicativas que possibilitem a interação participativa e crítica no mundo de forma que possam intervir na dinâmica social.• Aprimorar, pelo contato com os textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética, bem como propiciar pela literatura a constituição de um espaço dialógico que permita a expansão lúdica da oralidade, da leitura e da escrita.• Reconhecer a importante contribuição da Literatura Infantil para o processo de leitura e escrita.• Listar sugestões para trabalhar com gêneros na prática, a partir da leitura e apreciação de textos literários.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
COELHO, Nelly Novaes. Literatura Infantil : teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2002. _____. Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil . São Paulo: Ática, 1991 ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil . São Paulo: Scipione, 2004 CUNHA, Maria Antonieta A. Literatura Infantil : teoria e prática. São Paulo: Ática, 1999 REGO, L. L. B. Literatura Infantil : uma perspectiva da alfabetização na pré-escola. São Paulo: FTD, 1990.
5.2 - Bibliografia Complementar
BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas . São Paulo: Paz e Terra, 2007. 21ª edição revista. DOHME, Vania D'Angelo. Técnicas de contar histórias . São Paulo: Informal Editora, 2000. ROGEL, Samuel (organizador). Manual de Teoria Literária . Petrópolis: Vozes, 1995 CADEMARTORI, Lígia. O que é Literatura Infantil . São Paulo: Brasiliense, 2010 SILVA, Vera Maria Tietzmann. Literatura Infantil Brasileira : um guia para professores e promotores de leitura. Goiânia: Cãnone Editorial, 2008 DINORAH, Maria. O livro infantil e a formação do leitor . Petrópolis: Vozes, 1995.





Investigação da Prática Educacional I
2 - EMENTA
Inserção e investigação na realidade da educação infantil. Observação, análise e reflexão sobre o funcionamento das instituições, as propostas pedagógicas, a atuação dos profissionais, a organização técnico-administrativa, o funcionamento didático-pedagógico, o desenvolvimento e aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos e os modos de relações que estabelecem com os sujeitos que as rodeiam. Planejamento, atuação, análise, reflexão da docência na Educação Infantil. Desenvolvimento e avaliação de projetos de ensino envolvidos nas práticas educativas da Educação Infantil. Análise crítico-reflexiva da prática docente, as especificidades dessa etapa de ensino e desenvolvimento de Projeto de Intervenção Pedagógica. Troca de experiências e socialização da vivência no Estágio Supervisionado I. Gestão e supervisão na escola de Educação Infantil. Elaborar Portfólio das práticas realizadas, como cumprimento da carga horária de Prática como Componente Curricular.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do papel do professor e do estudante na sociedade do conhecimento;• Orientar e acompanhar os estudantes no desenvolvimento das atividades inerentes a prática docente, promovendo espaços de discussão e reconstrução dos subsídios teóricos que alicerçam a docência na Educação Infantil;<ul style="list-style-type: none">• Compreender os princípios norteadores para a realização da atividade de observação, regência e intervenção na Educação Infantil.• Investigar a realidade da escola campo através da perspectiva do futuro educador.• Acompanhar a rotina de uma equipe gestora na realidade de Educação Infantil.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Discutir de forma fundamentada as situações cotidianas nos diferentes espaços de aprendizagem existente na escola de educação Infantil;• Intervir pedagogicamente em salas de aula, de escolas da comunidade ou em outros espaços educacionais.<ul style="list-style-type: none">• Refletir sobre a prática pedagógica desenvolvida/vivenciada;• Utilizar componentes necessários para uma ação didática significativa;• Entender a importância do conhecimento do Projeto político-pedagógico da escola e as relações com a prática docente<ul style="list-style-type: none">• Produzir relatório das atividades desenvolvidas no âmbito da gestão e prática de ensino na Educação Infantil.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
AMARAL, Alison Vanessa M. et al. Intervenções em sala de aula: estratégias e manejo . Santana do Parnaíba: Manole, 2023. BARREIRO, I.M.F; GEBRAN, R.A. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores . São Paulo: Avercamp 1ª ed. 2006. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica . – Brasília: MEC, SEB, 2010 CARVALHO, Mercedes. ENSINO FUNDAMENTAL – Práticas docentes nos anos iniciais .4. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia . São Paulo: Edições Loyola, 1996. FERREIRA, Idalina; CALDAS; Sarah P. S.; (2008) Atividades na Pré Escola . São Paulo: Saraiva. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências**. 7. ed. São Paulo: Erica, 2009.
PICONEZ, S. C. B. (Org.) **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 11.ed. Campinas: Papyrus, 2005.
SILVA, L.C.; MIRANDA, M. I. **Estágio Supervisionado e Prática de Ensino: Desafios e Possibilidades**. Belo Horizonte: Fapemig. 1ª ed., 2008.

5.2 - Bibliografia Complementar

ANTUNES, Celso – A inteligências múltiplas e seus estímulos, Campinas –SP, Papyrus, 1998.
BACICH, Lilian. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2017.
BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento: revista e ampliada. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2015.
DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. (1998) A ética na educação infantil: o ambiente sóciomoral na escola. Porto Alegre: Artmed.
FAZENDA, I. C. A. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 12ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.
SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
PERISSÉ, Gabriel. **A arte de ensinar**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
ZABALA, Antoni (org.). **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. 2ª ed Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.





Fundamentos e Metodologias do Ensino da Matemática
2 - EMENTA
Visão histórica e epistemológica do conhecimento matemático. Relação da sociedade contemporânea e o sistema escolar. Estudo teórico metodológico do atual ensino de Matemática nas escolas brasileiras. Análise e construção de práticas pedagógicas para espaços de aprendizagem. Conteúdos de matemática previstos para as séries iniciais. Métodos e técnicas de ensino e aprendizagem da matemática e seus fundamentos filosóficos, metodológicos e científicos. Discussão de temas ligados aos obstáculos epistemológicos e didáticos ligados ao ensino e aprendizagem da matemática das séries iniciais.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Atuar em diferentes contextos da prática profissional, escolares (creches, escolas, apoio escolar) ou não-escolares (empresas, área da saúde, instituições sociais);• Pensar criticamente o processo educativo em suas dimensões: ética, cultural, política e social;• Adequar-se a situações novas de forma flexível e reflexiva, avaliando as implicações de suas escolhas, construindo verificações e autocorrigindo-se quando julgar necessário;• Fazer uso dos recursos tecnológicos na produção, na organização e na transmissão dos conhecimentos. - Trabalhar em equipe, com ênfase na formação da identidade do professor e do gestor;• Planejar, organizar, realizar, gerir e avaliar situações de ensino-aprendizagem e de gestão;• Adequar objetivos, conteúdos e metodologias específicas das diferentes áreas à diversidade dos estudantes e à promoção da qualidade da educação.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer as origens históricas do número;• Conceituar Matemática, Educação e Educação Matemática baseando-se nas pesquisas atuais desenvolvidas em Educação Matemática no Brasil e no mundo;• Levantar questionamentos sobre o papel da matemática na sociedade;• Discutir sobre o ensino e a aprendizagem da matemática na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;• Discutir metodologias em torno dos conceitos das operações fundamentais em matemática: adição e subtração; multiplicação e divisão;• Refletir sobre currículo, avaliação e educação matemática;• Trazer novas ideias e formas de ensinar e aprender matemática nas séries iniciais do ensino fundamental;• Refletir sobre a formação matemática da professora polivalente;• Propor formas de produzir significados matemáticos;• Discutir a questão da interdisciplinaridade nas aulas de matemática;• Conhecer algumas das tendências em Educação Matemática como a Etnomatemática, a Modelagem matemática, Resolução de Problemas e outras;• Introduzir os jogos na aprendizagem da matemática na educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental;• Tratar a questão do erro nas aulas de matemática;• Discutir o uso da calculadora nos anos iniciais;• Destacar a importância da informática nas aulas de matemática;• Pesquisar livros didáticos e propostas recentes de ensino da matemática nos anos iniciais;• Experimentar e analisar situações docentes tais como: simulações de aulas, preparo de material didático, análise de textos e de livros didáticos e paradidáticos, visando um ensino inovador;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

BERDONNEAU, C.; CERQUETTI-ABER KAME, F. **Ensino da matemática na educação infantil.** ARTMED, s/d.

CARAÇA, Bento de Jesus. **Conceitos Fundamentais da Matemática.** Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.

CARVALHO, D. **Metodologia do ensino da matemática.** São Paulo: Cortez, 1990.

FIorentini, D. (Org). **Formação de professores de matemática: explorando novos caminhos com outros olhares.** Campinas, São Paulo: mercado de Letras, 2003.

IFRAH, G. **Os números: a história de uma grande invenção.** Tradução de Stella Maria de Freitas Senra. 10. ed. São Paulo: Globo, 2001.

LIMA, Elon Lages. **Matemática e Ensino.** Rio de Janeiro: SBM/IMPA, 2003.

LORENZATO, Sérgio. **Para aprender matemática.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

LORENZATO, Sérgio (Org). **O Laboratório de ensino de matemática.** Campinas, SP: Autores associados, 2006.

NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. da S.; PASSOS, C. L. B. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NUNES, T. et al. **Introdução a Educação Matemática: os números e as operações numéricas.** São Paulo: Proem, 2001. (Col. Ensinar é Construir)

OLIVEIRA, C. C. de; MARIM, V. (orgs.) **Educação Matemática: contextos e práticas docentes.** Campinas, SP: Alínea, 2010.

PIRES, C. M. C. **O professor e o currículo.** *Educação Matemática*, n.55, p.3-6, 1999.

TOMAZ, V. S.; DAVID, M.M.M.S. **Interdisciplinaridade e aprendizagem em sala de aula.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008. (Coleção Tendências em Educação Matemática)

5.2 - Bibliografia Complementar

BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática.** Brasília: MEC; SEF, 1997. (Parâmetros curriculares nacionais; v.3).

BICUDO, M. A. V. (org.) **Pesquisa em Educação Matemática: concepções e perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1999. (Coleção Tendências em Educação Matemática)

BORBA, M. de C. **Informática e Educação Matemática.** 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

CARRAHER, T. CARRAHER, D. SCHLIEMANN, A. **Na vida dez, na escola zero.** 13. ed. São Paulo; Cortez, 2003.

CARVALHO, D.L. **Metodologia do ensino da Matemática.** São Paulo: Cortez, 1990.

CURY, H. N. **Análise de erros: o que podemos aprender com as respostas dos alunos.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008. (Coleção Tendências em Educação Matemática)

D'AMBRÓSIO, U. **Educação matemática: da teoria à prática.** 2. ed. Campinas-SP: Papirus, 1997. (Col. Perspectivas em Educação Matemática).

DANTE, Luiz Roberto. **Didática da resolução de problemas de matemática.** São Paulo: Ática, 1998.

KAMI, Constance. **A criança e o número.** Campinas: Papirus, 1996.

MACHADO, Nilson José. **Matemática e realidade.** São Paulo: Cortez, 1990. MORO, M. L. F.

MUNIZ, A. C. **Brincar e Jogar: enlacs teóricos e metodológicos no campo da educação matemática.** Belo Horizonte: Autentica, 2010. (Coleção Tendências em Educação Matemática)

SELVA, A. C. V. BORBA, R. E. S. R. **O uso da calculadora nos anos iniciais do ensino fundamental.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção Tendências em Educação Matemática)

SOARES, M.T.C. (orgs.) **Desenhos, palavras e números: as marcas da matemática na escola.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2005.

VERGNAUD, G. **A criança, a matemática e a realidade: problemas do ensino da matemática na escola elementar.** Tradução de Maria Lúcia Foro. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009.

PEREIRA FILHO, Albano. et. al. **Erros matemáticos no curso de Engenharia Civil.** Appris: Curitiba, 2017. (Nenhum Exemplar)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Neurociência e a Aprendizagem
2 - EMENTA
Relação entre aprendizagem, educação e o desenvolvimento do cérebro. O conhecimento da neurociência aplicado ao ensino e na abordagem dos problemas de aprendizagem. Estudo de questões da neurociência com foco na aprendizagem. Discussão e reflexão sobre as bases neurais da aprendizagem.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Estudar os processos cognitivos através da neurociência da aprendizagem;● Relacionar aspectos de aprendizado/memória da neurociência com a prática educativa pedagógica.● Influenciar o comportamento dos estudantes para que utilizem o conhecimento pela neurociência para incrementar o papel do pedagogo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Conceituar neurociências;● Conhecer a estrutura do cérebro, os neurônios e sua conexão com outras células neuronais;● Compreender o funcionamento cerebral, como ele organiza e interconecta as diferentes funções cerebrais;● Identificar onde residem as funções mentais/cognitivas (linguagem, emoção, percepção, atenção, memória, comportamentos instintivos); sensoriais e motoras no cérebro;● Compreender as etapas do desenvolvimento estrutural e funcional do cérebro da criança;● Visualizar as transformações do cérebro do adolescente;● Aprender as contribuições da Neurociências para aprendizagem;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
<p>BEIRO, Pedro; VELASQUES, Bruna Brandão. Neurociências e aprendizagem: Processos básicos e transtornos. Rio de Janeiro: Rúbio, 2014.</p> <p>COSENZA, Ramon Moreira; GUERRA, Leonor B. Neurociência e Educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>DE MARCO, A; De Marco, M. C. Crescimento e desenvolvimento: um olhar a partir da educação infantil. In: No palco da infância: movimento, ritmo e expressão corporal na educação infantil. Ida Carneiro Martins; Roberta Gaio. (Orgs.) Curitiba: CRV, 2017.</p> <p>LÚRIA, A. R. Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais. São Paulo: Ícone, 1990.</p> <p>RELVAS, Marta P. Neurociência e Transtornos de aprendizagem: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2008.</p>
5.2 - Bibliografia Complementar
<p>LÚRIA, A. R. Fundamentos de neuropsicologia. São Paulo: Edusp, 1981.</p> <p>MARCHESIN, V. C. Neurociência aplicada a Educação. São Paulo: FGV, 2016.</p> <p>HERCULANO-HOUZEL, Suzana. O cérebro nosso de cada dia: descobertas da neurociência sobre vida cotidiana. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2002.</p> <p>KANDEL, E.R.; SCHWARTZ, J. H.; JESSELL, T. M. Princípios da Neurociência. 4 ed. São Paulo, Ed. Manole, 2003.</p>





Educação, Corporeidade e Movimento
2 - EMENTA
Percepção da construção do corpo em uma perspectiva social e histórica, com base na investigação das possibilidades do uso do espaço e do corpo como instrumento expressivo. Afirmção corporal e domínio de postura. Instigação do corpo como via de movimento e comunicação. Concentração, tensão, relaxamento e sensibilização. Noção global e segmentada do movimento. Conscientização das potencialidades expressivas e ampliação dos limites corporais. O corpo na sociedade atual; A relação do corpo na construção histórica social e o seu tratamento como objeto educativo; Perspectivas pedagógicas na relação corpo/movimento e educação. Atividades práticas que possibilitem vivenciar o corpo em todos os seus movimentos ou dimensões. Fundamentos teórico-práticos de procedimentos mediadores na relação corporal com crianças da educação infantil e dos primeiros anos do ensino fundamental com ênfase no uso de práticas lúdicas que contemplem a expressividade, a afetividade, a inclusão e a imaginação. Organização de eventos de formação continuada para professores que atuam na educação infantil nas perspectivas pedagógicas na relação corpo/movimento e educação.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Estabelecer conexões e intersecções entre a prática de investigação do espaço/corpo/movimento e a prática docente;• Analisar experiências que indicam o redimensionamento das formas dominantes de tratamento do corpo nas práticas escolares.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Possibilitar a execução de técnicas básicas para o conhecimento expressivo do corpo e a construção de arquitetura(s) do movimento.• Refletir sobre os aspectos históricos e culturais do corpo;• Conhecer o movimento percebido em suas relações com o processo educacional;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BERTAZZO, Ivaldo. Cidadão corpo: identidade e autonomia do movimento . São Paulo: Summus, 1998. CONE, Theresa Purcell; CONE, Stephen L. Ensinando Dança para Crianças . 3. ed. São Paulo: Manole, 2015 GARCIA, Regina Leite. O corpo que fala dentro e fora da escola . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. LABAN, Rudolf. Domínio do Movimento . São Paulo: Summus Editorial Ltda. 1978. LOBO, Lenora. Teatro do Movimento: um método para o intérprete-criador . Brasília: LGE Editora, 2003. LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade . Autêntica, 2018. NEGRINE, Airton. Terapias corporais: a formação pessoal do adulto . Porto Alegre: Edita, 1998. _____. O corpo na Educação Infantil . Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRASIL. Referenciais Curriculares nacionais para educação infantil . Ministério da Educação e do Desporto. Secretária da Educação Fundamental. Volumes 1,2,3. Brasília MEC/SEF, 1997; DANTAS, Estélio H. M. Pensando o corpo e o movimento . Rio de Janeiro: Shape, 2005. GONÇALVES, Maria Augusta Salim. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação . Campinas-SP: Papyrus, 1994 HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura . 4ed.SãoPaulo.Ed. Perspectiva, 2000. LE BOULCH, J. Rumo a uma ciência do movimento humano . Porto Alegre: Artes Médicas, 1987 OSSONA, P. A educação pela dança . São Paulo: Summus, 1988.





VERDERI, É. **Dança na escola**. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte

2 - EMENTA

O histórico do Ensino de Arte no Brasil e suas influências teórico-Pedagógicas na educação básica. Estudo das tendências pedagógicas na atualidade. A Arte na formação do Pedagogo. A produção artística da humanidade. Didática do ensino de arte. Conteúdos e Princípios metodológicos para o ensino de arte. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. Leitura e vivências estéticas das linguagens artísticas na educação básica. Estudo investigativo de uma prática e/ou tema da área ou atividade de extensão junto a comunidade. O papel da arte na formação humana, como conhecimento, como trabalho, como expressão. Estudo das diferentes concepções de arte. Conhecimento teórico-prático dos elementos formais e de composição das artes visuais, da música, da dança e do teatro e sua contribuição na formação dos sentidos humanos.

3 - COMPETÊNCIAS

- Compreender a importância do estudo da arte para a formação do professor como um agente transformador, valorizando os aspectos sociais, morais, políticos e econômicos do educando como um todo.
- Compreender as teorias e práticas que fundamentam o ensino da arte.

4 - HABILIDADES

- Identificar o papel da arte na vida dos cidadãos como fator de recuperação, valorização e socialização, além de encorajar a experimentação e enriquecer a vida.
- Elaborar propostas de ensino aprendizagem em Arte, a partir de atividades artísticas para trabalhar com diferentes grupos, por meio da música, da dramatização, da dança, das artes visuais, onde os estudantes poderão desenvolver aptidões e habilidades auxiliando em sua integração na sociedade.
- Reconhecer que a arte integra em todos os momentos da vida a fim de percebê-la como presença marcante na educação.

5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS

5.1 - Bibliografia Básica

ARSLAN, Luciana Mourão; IAVELBERG, Rosa. **Ensino de arte**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FUSARI, M. F. e FERRAZ, M. H. C. T. **Metodologia do ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2009.

5.2 - Bibliografia Complementar

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1998.

FUSARI, Maria F. Rezende. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo, SP: Cortez 2010.

FERREIRA, Aurora. **Arte, Escola e Inclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

6º Período

Fundamentos e Metodologias do Ensino das Ciências da Natureza
2 - EMENTA
Ciência como uma prática social e histórica voltada para compreender o mundo natural e suas transformações. O saber científico em saber escolar mediado pela análise e síntese de situações problemáticas reais. As ciências naturais na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. O método científico. Experimentação científica. Vivenciando a ciência. Educação Ambiental. Alfabetização científica. Ciência e tecnologia. Técnicas e estratégias para o ensino de ciências da natureza. Relação ser humano-ambiente. Cuidado com a saúde, a pluralidade, a ética e a sexualidade. Terra e Universo. Planejamento, execução e avaliação das atividades de ensino e aprendizagem em Ciências.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Entender o processo histórico de produção do conhecimento científico;• Compreender o processo de produção de conhecimento científico como um empreendimento humano;• Analisar o papel do ensino das ciências na Educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental e inter-relações com os demais componentes curriculares• Entender a importância da alfabetização científica;• Compreender estratégias e técnicas voltadas para o processo ensino-aprendizagem de ciências;• Compreender a interação ser humano-ambiente;• Desenvolver noções de saúde individual e coletiva;• Desenvolver noções de ética, pluralidade cultural e sexualidade.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Discutir os tópicos da BNCC voltada para o ensino de ciências naturais com foco na educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental;• Reconhecer textos científicos;• Promover estratégias e técnicas voltadas para o processo ensino-aprendizagem de ciências;• Reconhecer formas de promover a alfabetização científica;• Testar ferramentas tecnológicas voltadas para o ensino-aprendizagem das ciências naturais;• Desenvolver estratégias e técnicas voltadas para o ensino de ciências;• Desenvolver o pensamento crítico;• Perceber o ser humano como um integrante do ambiente;• Promover ações de saúde individual e coletiva, de ética, de pluralidade cultural e de sexualidade.• Usar ferramentas tecnológicas voltadas para o ensino;• Reconhecer os elementos da Terra e do Céu;• Discutir conceitos e conteúdos bem como os procedimentos metodológicos Vida e Ambiente: Terra, Solo e Água;• Desenvolver atividades voltadas para a vivência da ciência;• Desenvolver atividades práticas por meio de experimentação;• Aplicar métodos e técnicas de avaliação.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ASTOLFI, J.P; DEVELAY, M. A didática das ciências . 5ª ed. Campinas: Papirus, 1995. 132p. ARCE, Alessandra. SILVA, Débora A. S. M. VAROTTO, Michele. Ensinando ciências na Educação Infantil . 1 ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2011. BRASIL. BNCC (2017). Base Nacional Comum Curricular . Brasília, DF: Presidência da República, 2019.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998. V.1 e 3.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília. 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais - ética / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUCO, M.M. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018. 288p.

GERALDO, A.C.H. **Didática de ciências naturais na perspectiva histórico-crítica**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. 192p.

5.2 - Bibliografia Complementar

CAMPOS, M.C.C.; NIGRO, R.G. **Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação**. São Paulo: FTD, 1999.

CARVALHO, A M.P de. e et al. **Ciências no Ensino Fundamental: O conhecimento Físico**. São Paulo: Scipione, 2009.

CARVALHO, A M. P. de.; GIL-PEREZ, Daniel. **Formação de Professores de Ciências: Tendências e inovações**, 4a. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004

WEISSMANN, H. **Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZOMPERO, A.F.; LABURÚ, C.E. **Atividades investigativas para as aulas de ciências: um diálogo com a teoria da aprendizagem significativa**. Curitiba: Appris, 2016. 141p.





Investigação da Prática Educacional II
2 - EMENTA
A escola como organização educativa autônoma: a gestão; a direção; a participação coletiva. A prática de ensino e a formação do professor das séries iniciais do ensino fundamental. A indissociabilidade prática-teoria-prática da ação docente. Os diferentes espaços de formação. Condicionantes das práticas docentes nas escolas de ensino Fundamental. A investigação do cotidiano escolar e a construção de alternativas pedagógicas. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos de ensino envolvidos nas práticas educativas nas séries iniciais do ensino fundamental. Análise crítico-reflexiva da prática docente. As especificidades do ensino fundamental e o desenvolvimento de Projeto de Intervenção Pedagógica. O Estágio supervisionado como atividade integradora entre teoria e prática. Gestão e supervisão na escola de ensino fundamental. Elaborar Portfólio das práticas realizadas, como cumprimento da carga horária de Prática como Componente Curricular.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender as contribuições da prática de ensino como componente curricular para a formação do educador do ensino fundamental;• Reconhecer o cotidiano escolar como espaço de construção de alternativas pedagógicas;• Desenvolver uma visão generalizada e crítica da administração e da gestão nas escolas, bem como entender e refletir sobre o papel do administrador/gestor escolar como agente de transformação e mudança na sociedade.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Identificar os diferentes espaços socioeducativos que contribuem para a formação do professor, reconhecendo o magistério como locus fundamental dessa formação.• Discutir a indissociabilidade prática-teoria-prática como fundamento da atuação docente.• Analisar os condicionantes históricos, culturais, sociais, políticos, econômicos e subjetivos das práticas docentes em escolas de ensino fundamental.• Investigar a realidade da escola campo através da perspectiva do futuro educador.• Investigar o cotidiano escolar, reconhecendo as relações, tensões, sujeitos e processos que o produzem.• Discutir de forma fundamentada as situações cotidianas nos diferentes espaços de aprendizagem existente na escola.• Planejar, organizar, realizar, gerir e avaliar situações de ensino-aprendizagem e de gestão.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BARREIRO, I.M.F; GEBRAN, R.A. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores . São Paulo: Avercamp 1a ed. 2006. BRANDÃO, Carlos Fonseca. Ensino Fundamental de Nove Anos – teoria e prática na sala de aula . São Paulo: Avercamp, 2009. CARVALHO, Mercedes. Ensino Fundamental: Práticas docentes nas séries iniciais . Rio de Janeiro: Vozes. 2006. FONSECA, Selva Guimarães. Ensino Fundamental: Conteúdos, Metodologias e Práticas . São Paulo: Alínea, 2009. LUCK, H. et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar . 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Percursos na Formação de Professores com Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação . São Paulo: Edufal. 2007. PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino . 1. ed. São Paulo: Ed. ática, 2007.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

PICONEZ, Stela C. B. (coord.); FAZENDA, Ivani C. A. et al. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papirus, 2011.

SILVA, L.C.; MIRANDA, M. I. **Estágio Supervisionado e Prática de Ensino: Desafios e Possibilidades**. Belo Horizonte: Fapemig. 1ª ed., 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

5.2 - Bibliografia Complementar

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º 9394/1996**.

_____. Decreto. ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n.º 8069, de 13/07/90. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 07/10, de 14 de dezembro de 2010. Fixa **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**.

FAZENDA, I. C. A. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 12ª ed. Campinas: Papirus, 2002.

LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. – (Guia da Escola Cidadã; v.4).

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Fundamentos e Metodologias do Ensino da Geografia
2 - EMENTA
Conceito e objeto da ciência geográfica. A Geografia e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Proposições teórico-metodológicas no ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental e os conteúdos: espaço, orientação, limite, distância, direção e escala como princípios básicos da ciência geográfica; noções básicas sobre o uso de mapas, gráficos e múltiplas linguagens no processo ensino-aprendizagem. Experiências e projetos de ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação infantil.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Analisar a função social da geografia na escola básica com foco para a educação infantil e ensino fundamental;• Propor a compreensão dos conceitos, categorias e linguagens fundantes da Geografia pela ótica Humanista, realizando sua articulação no âmbito do Ensino de Geografia na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental.• Conhecer os aspectos pedagógicos do ensino da Geografia, bem como as diferentes abordagens metodológicas de conteúdos específicos da área a fim de aplicá-los nas séries iniciais do Ensino Fundamental bem como na educação infantil.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Compreender os fundamentos teórico-metodológicos da Geografia a partir de uma perspectiva Humanista e a sua participação na educação infantil e no Ensino Fundamental;• Analisar os conteúdos e fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia através da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais.• Instrumentalizar os estudantes nas múltiplas linguagens da Geografia (grafias espaciais) e sua articulação com o Ensino da Geografia;• Materiais, metodologias e avaliação no Ensino da Geografia na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 2005. _____, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2006. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia. 3.ed. Brasília: A Secretaria, 2001. CARLOS. Ana Fani (org). A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GOULAR, Ligia Beatriz. Uma contribuição à reflexão do Ensino de Geografia: a noção da espacialidade e o estudo da natureza. Geografia Pesquisa e Prática Social. São Paulo: AGB: Marco Zero, 1990. DARDIEL, Eric. O Homem e a Terra: Natureza da Realidade Geográfica. São Paulo; Perspectiva, 2011. NUNES, Flaviana Gasparotti (org.). Ensino de Geografia: Novos Olhares e Práticas. Dourados EdUFGD, 2011. RECLUS, Élisée. Escritos sobre Educação e Geografia. São Paulo: Terra Livre, 2014. RESENDE, Márcia M Spyer. O saber do aluno e o ensino da Geografia. In: Vesentini, José Willian (org). Geografia e ensino: textos críticos. São Paulo: Papirus, 1994. RICHter, Denis. O mapa mental no Ensino de Geografia: concepções e propostas para o trabalho docente. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
5.2 - Bibliografia Complementar





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

COLL, César et al. **Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes**. Artmed, 2000.

DEMO, Pedro. **Formação de professores básicos**. Brasília, v. 12, n. 54, p. 23- 42, 1992.

KIMURA, Shoko. **Geografia no Ensino Básico: Questões e Propostas**. São Paulo: Contento, 2014.

KOBAYASHI, Maria do Carmo Monteiro. **A construção da geometria pela criança**. Bauru: EDUSC, 2001.

PENTEADO, Heloísa. **Metodologia do ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 1991.

PIAGET, Jean; CAMPOS, Manuel; CLAPARÈDE, Edouard. **A linguagem e o pensamento da criança**. 1993.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I; CACETE, N. H. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

VESENTINI, José Willian (org.). **Geografia e ensino: textos críticos**. Campinas: Papirus, 2002.





Fundamentos e Metodologias do Ensino da História
2 - EMENTA
Objetivos e função social do ensino de História. Visão epistemológica da História no currículo e na legislação. Fundamentos teórico-metodológicos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da ciência histórica na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Principais conceitos e categorias históricas trabalhados nas séries iniciais do ensino fundamental, em articulação com as diretrizes da legislação educacional brasileira. Historiografia referente a escravidão, a aculturação dos povos indígenas e demais processos de organização social e econômica do Brasil Colonial. Materiais didáticos e as fontes documentais para o ensino de história dos anos iniciais. Recursos didático-pedagógicos auxiliares das aulas de História, destacando-se o livro didático. Materiais e recursos didáticos (livros, filmes, imagens, bem como linguagens musical, teatral, fotográfica, etc) e metodologias no ensino de História em diferentes contextos. Trabalhos interdisciplinares. Avaliação da aprendizagem em História. Experiências e projetos de ensino da História na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender o que é ser sujeito de sua própria história.• Refletir sobre a importância social do ensino de história;• Compreender os principais conceitos bem como as categorias históricas trabalhados na Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental.• Compreender a história no currículo e na legislação educacional brasileira.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer a trajetória da História como disciplina escolar;• Analisar as diversas correntes historiográficas e sua contextualização social.• Saber planejar, concretizar e avaliar atividades de ensino e aprendizagem de História tanto para a educação infantil como para as séries iniciais do ensino fundamental.• Desenvolver experimentos relacionados a seleção de conteúdos, metodologias de ensino e confecção de materiais didáticos para as aulas de História.• Investigar algumas propostas pedagógicas para o ensino de História, produzidas pelas Secretarias de Estados e Municípios brasileiros e pelo Ministério da Educação.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BITTENCOURT, Circe Maria F. Saber histórico na sala de aula . São Paulo: Editora Contexto, 2015. BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia . 2.ed. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2000. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História . Campinas: Papyrus, 2003. GUIMARÃES, Selva. Didática e prática do ensino de história . 13.ed. São Paulo: Editora Papyrus, 2012. STEFANELLO Ana Clarissa. Metodologia no ensino de história e geografia: didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia . v.3. São Paulo: Editora Saraiva, 2009 KARNAL, Alexandre Fonseca (org). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas . São Paulo: Contexto, 2008
5.2 - Bibliografia Complementar





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2004.

CIAMBARELLA, Alessandra; MAGALHÃES, Marcelo; RIBEIRO, Jayme Fernandes; ROCHA, Helenice. **Ensino de história - usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2003

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

GUIMARÃES, Selva. **Caminhos da história ensinada**. 13.ed. São Paulo: Editora Papirus, 2012.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História & ensino de história**. São Paulo: Editora Autêntica, 2003.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

NIKITIUK, Sonia L. (Org.). **Repensando o ensino de história**. (Questões da Nossa Época, 52) 2.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

ZARTH, Paulo Afonso. (org.). **Ensino de História e educação**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2004.





Práticas Recreativas e Lúdicas
2 - EMENTA
Concepções e conceitos de Recreação e Lazer na relação com o universo Lúdico, sobretudo: Jogo, Brinquedo e Brincadeira. O jogo e a construção de representação: Piaget, Wallon, Vygotsky. Educação Ambiental. Estudo e vivências do Lazer e da Recreação nas diferentes fases da vida. Classificação e vivência dos tipos de jogos. A ludicidade e seu uso na educação. Habilidades desenvolvidas através da brincadeira. A infância e suas especificidades. Entendendo o brincar como um Direito da Criança e um facilitador/apoio para e no processo referente ao ensino-aprendizagem. A organização do espaço para o brincar. Utilização do jogo como meio para desenvolver o raciocínio lógico. O perfil do professor brincante e a valorização da cultura infantil na escola. Capacitação relacional do professor com crianças em atividades lúdico educativas. Espaço lúdico. Lúdico através da televisão, do computador e dos jogos eletrônicos: mitos e verdades. Proposta de atividade lúdica para os diversos grupos. O jogo e a cultura: jogos tradicionais infantis.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Promover a compreensão de conceitos ligados às práticas recreativas e ludicidade e seu papel no desenvolvimento humano a partir de reflexões e vivências teórico práticas.● Conhecer os conteúdos básicos componentes da ação lúdica do homem como forma de resgate histórico e sua aplicação educacional em diferentes situações e ambientes educacionais.● Reconhecer a brincadeira e o jogo como elementos importantes para o desenvolvimento da criança no seu processo de aprendizagem.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Conhecer as terminologias, conceitos, classificação e aplicações das atividades recreativas e de lazer em ambientes educacionais.● Compreender os diferentes tipos de atividades lúdicas aplicáveis a diversas situações e objetivos.● Identificar os diferentes tipos de jogos e sua aplicabilidade.● Compreender e identificar as características afetivas e cognitivas das faixas etárias.● Descrever e realizar atividades lúdicas que são adequadas para as diferentes faixas etárias considerando as características motoras
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. O corpo e o lúdico: ciclo de debates, lazer e motricidade . Campinas: Autores Associados: Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, 2000. LIMA, Caroline Costa Nunes et al. A ludicidade e a pedagogia do brincar . Porto Alegre: SAGAH, 2018. HORN, Maria da Graça Souza; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Abrindo as portas da escola infantil: viver e aprender nos espaços externos . Porto Alegre: Penso, 2021. HORN, Maria G. Brincar e interagir nos espaços da escola infantil . Porto Alegre: Penso, 2017. TAKATSU, Mayra Mika. Jogos de recreação . São Paulo: Cengage Learning, 2015. KISCHIMOTO, T, M. Jogos Infantis: O jogo, a criança e a educação . Ed. Vozes. 18ª Edição. BUCHWITZ, Tania Maria de Almeida. Propostas curriculares na educação infantil . São Paulo: Cengage Learning, 2015. MARCELINO, Nelson Carvalho (org). Lazer e Recreação: Repertório de atividades por fases da vida . Campinas, SP: Papirus, 2013.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. **Lazer e Recreação**. São Paulo: Érica, 2014.

5.2 - Bibliografia Complementar

BRUSTOLIN, Gisela Maria; LOPES, Carolina Gontijo. **Técnicas e práticas de lazer**. São Paulo: Erica, 2014

AWAD, Hani. **Brinque, jogue, cante e encanto com a Recreação**. São Paulo: Fontoura, 2011

CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, V. **Trabalhando com recreação**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1995.

CONE, Theresa Purcell; CONE, Stephen L. **Ensinando dança para crianças**. 3. ed. Barueri: Manole, 2015.

CRUZ, J. P. da, PONTES, J. C. R., & AIRES, S. das D. F. (2023). **O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, 13–60. Recuperado de <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9749>

DIAS, Cleber; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Organização de atividades de lazer e recreação**. São Paulo: Erica, 2014.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

MORAIS, D. K. A; MARTINS, P. P; COSTA, J. M. F. **A importância do lúdico como ferramenta pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamen-tal**. Pedagogia Ação, Belo Horizonte, v.19, n. 2 (2 sem.2022)

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem & desenvolvimento infantil: Simbolismo e jogo**. Porto Alegre: Prodil, 1994.

NETO, R.F. **A Recreação na escola**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

RESNICK, Mitchel. **Jardim de infância para a vida toda: por uma aprendizagem criativa, mão na massa e relevante para todos**. Porto Alegre: Penso, 2020.

SANTOS, Santa Marli Pires dos (org.) **Brinquedoteca: Sucata vira Brinquedo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CRUZ, J. P. da, PONTES, J. C. R., & AIRES, S. das D. F. (2023). **O LÚDICO NA EDUCAÇÃO**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Ambientes Virtuais de Aprendizagem
2 - EMENTA
Definição de Ambiente Virtual. Transferência de conhecimento através de tecnologias: Hipertexto, áudio e vídeo. Mediação de trabalhos em equipe através de ambientes virtuais. Instrumentos de avaliação virtuais. Instrumentos de ensino virtuais. Instalação, configuração e administração das principais plataformas de ambientes virtuais. Acessibilidade em Ambientes Virtuais inclusivos. Ambientes de suporte a estudantes com baixa visão, dificuldades motoras e de comunicação.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender conceitos relacionados aos ambientes virtuais de aprendizagem.● Prover soluções eficientes em relação aos ambientes virtuais de aprendizagem.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Definir métodos virtuais de entrega da educação.● Dominar formas de transferências de hipertextos, áudios e vídeos.● Realizar avaliações através de meios virtuais.● Instrumentar ambientes virtuais de aprendizagem.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
MUNHOZ, Antonio Simsen. O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: Um guia prático. Editora InterSaberes, 2013. ULBRICHT, Vania Ribas; VANZIN, Tarcísio; QUEVEDO, Sílvia. Conceitos e práticas em ambiente virtual de aprendizagem inclusivo. Editorial Pimenta cultural, 2014.
5.2 - Bibliografia Complementar
SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da SC; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. Tecnologias digitais na Educação. EdUEPB, 2011. DA SILVA, Robson Santos. Ambientes Virtuais e Multiplataformas Online na EAD. Editora Novatec, 2015.





7º Período

Investigação da Prática Educacional III
2 - EMENTA
Atividades orientadas e supervisionadas de iniciação profissional dos discentes nas unidades educacionais atuantes nas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos; Educação do Campo e/ou Educação Especial) e na Gestão Escolar destas unidades (Análise crítico-reflexiva da prática docente, as especificidades dessa etapa de ensino e desenvolvimento de Projeto de Intervenção Pedagógica). Socialização das experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado III. Elaborar Portfólio das práticas realizadas, como cumprimento da carga horária de Prática como Componente Curricular.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Investigar a realidade da escola campo através da perspectiva do futuro educador.● Identificar características específicas dos discentes da Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial e a forma da regência de ensino voltada para as especificidades desses educandos;● Estabelecer relações sobre as práticas pedagógicas adotadas no exercício da docência na EJA, da Educação Especial e da Educação do Campo;● Articular conhecimento frente às temáticas da práxis educacional.● Acompanhar a rotina de uma equipe gestora na área da educação das modalidades: EJA, da Educação Especial e da Educação do Campo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Discutir de forma fundamentada as situações cotidianas nos diferentes espaços de aprendizagem existente na escola.● Produzir e apresentar proposta do plano de estágio na EJA, Educação Especial e/ou Educação do Campo e Gestão Escolar;● Elaborar projetos de intervenções e/ou planos de aulas específicos para EJA, Educação Especial e/ou Educação do Campo;● Ministras aulas conforme as diretrizes da Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e/ou Educação do Campo;● Aplicar apropriadamente os recursos tecnológicos, os subsídios teóricos e metodológicos adequados para atuação no ensino nestas modalidades;● Incluir, na medida do possível, e de forma interdisciplinar e/ou transdisciplinar nas atividades práticas do estágio e nas discussões das aulas abordagem sobre os temas: ética, educação ambiental, sustentabilidade, cultura afro-brasileira e indígena, relações etnicorraciais;● Observar e analisar a Gestão Escolar destas unidades educacionais;● Produzir relatório das atividades desenvolvidas no âmbito da gestão e prática de ensino na EJA, Educação Especial e/ou Educação do Campo.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BARREIRO, I.M.F; GEBRAN, R.A. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores . São Paulo: Avercamp 1ª ed. 2006. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia . São Paulo: Edições Loyola, 1996. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. SILVA, L.C.; MIRANDA, M. I. Estágio Supervisionado e Prática de Ensino: Desafios e Possibilidades . Belo Horizonte: Fapemig. 1ª ed., 2008.
5.2 - Bibliografia Complementar





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

FAZENDA, I. C. A. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 12ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.
GHIRALDELLI JR., Paulo. **Didática e Teorias Educacionais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Hardware Educacional
2 - EMENTA
Conceitos básicos sobre hardware. Abordagem estrutural no estudo de computadores. Arquitetura de memórias. Dispositivos de entrada e saída. Arquitetura de uma unidade central de processamento. Hardware aplicado à educação. Hardware adaptado a pessoas com necessidades especiais. Educação Ambiental.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Identificar elementos básicos de hardware;• Compreender o funcionamento do computador e de seus componentes básicos;• Adaptar novas tecnologias para o uso em ambientes de aprendizado através de Hardware Educativo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Interpretar documentos técnicos referentes à composição de um computador pessoal;• Montar e desmontar um computador pessoal com vista a manutenção do seu funcionamento para fins educativos;• Conhecer, instalar ou adaptar hardwares para atender à demandas educacionais.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
STALLINGS, William. Arquitetura e Organização de Computadores . Editora Pearson. São Paulo, 2010. HENNESSY, John; PATTERSON, David. Arquitetura de Computadores: Uma abordagem quantitativa . Editora <i>Campus</i> . Rio de Janeiro, 2003. SANCHO, Juana Maria. Tecnologias para a transformar a educação . Artmed, Porto Alegre, 2006.
5.2 - Bibliografia Complementar
TANENBAUM, Andrew; AUSTIN, Todd. Organização Estruturada de Computadores . Editora Pearson. São Paulo, 2013. HENNESSY, John; PATTERSON, David. Organização e projeto de computadores: a interface hardware/software . Editora <i>Campus</i> . Rio de Janeiro, 2014. SILVA, Rodrigo Barbosa e; BLIKSTEIN, Paulo. Robótica educacional: experiências inovadoras na educação . Penso. Porto Alegre, 2020.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Inglesa
2 - EMENTA
Abordagens e métodos de ensino e aprendizagem de inglês a crianças em idade escolar (seis a onze anos), perspectivas construtivas, comunicacionais e sociointeracionais. Atividades lúdicas; conhecimentos linguísticos com foco nas quatro principais habilidades (fala, escrita, leitura e escuta); vocabulário básico do cotidiano infantil.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender o seu lugar e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado.• Detectar as semelhanças e distinções entre a língua materna e língua inglesa, considerando aspectos socioculturais e de identidade, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade;• Utilizar as novas tecnologias no desenvolvimento de atividades e modos de interação.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Elaborar, planejar atividades lúdicas por meio de histórias, imagens e jogos.• Desenvolver práticas que visam estimular o interesse e a curiosidade de crianças nos anos iniciais a conhecer e explorar os ambientes educativos e fenômenos diversos.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
CARVALHO, Raquel Cristina Mendes de. A educação infantil descobrindo a língua inglesa: interação professor/aluno. Trabalhos em Linguística Aplicada , v. 48, n. 2, p. 317-332, 2009. CALLEGARI, Marília Oliveira Vasques. Reflexões sobre o modelo de aquisição de segundas línguas de Stephen Krashen: uma ponte entre a teoria e a prática em sala de aula. Trabalhos em Linguística Aplicada , v. 45, n. 1, p. 87-101, 2006. JORD, Clarissa Menezes. "A posição de professor de inglês no Brasil: hibridismo, identidade e agência." <i>Letras & Letras</i> 26.2 (2011). SANTOS, Leandra Inês Seganfredo. Ensino-aprendizagem de língua inglesa em anos iniciais do ensino fundamental: do planejamento ao alcance dos objetivos propostos. Revista Linguagem & Ensino , v. 13, n. 2, p. 435-465, 2010. VICENTIN, Karina Aparecida. Inglês nos anos iniciais do Ensino Fundamental público: de representações de professores a políticas linguísticas . 2013. 132 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: < http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269688 >. Acesso em: 23 ago. 2018. MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura . Módulo 1. São Paulo. Texto Novo, 2000. RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. Approaches and methods in language teaching . Cambridge university press, 2014. Disponível em: https://ia801609.us.archive.org/28/items/ApproachesAndMethodsInLanguageTeaching2ndEditionCambridgeLanguageTeachingLibrary_201610/_Approaches_and_Methods_in_Language_Teaching_2nd_Edition_Cambridge_Language_Teaching_Library_.pdf . Acesso em 20/01/2024.
5.2 - Bibliografia Complementar
ALBERTI, Vera Lúcia; KALVA, Julia Margarida. TOTAL PHYSICAL RESPONSE COMO COADJUVANTE NO DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE EM LINGUA INGLESA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL . Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/ Acesso em 20/01/2024/ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) . Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1998

BROWN, H. D. **Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy.** New York: Longman, 2007.

CANAGARAJAH, A. S.; WURR, A.J. **Multilingual Communication and Language Acquisition: New Research Directions.** The Reading Matrix. Volume 11. Number 1, January 2011, p. 1-15.

GALVÃO, Ana Sara Manhabusque; DE ASSIS, Emanuelle Perissotto; DE LIMA, Ana Paula. **Storytelling nas aulas de inglês para crianças: sugestões para professores.** Via Litterae (ISSN 2176-6800): Revista de Linguística e Teoria Literária, 2020, 12.2: 211-232. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/article/view/11118> Acesso em 19/01/2024.

MUNHOZ, R. **Inglês instrumental: estratégias de leitura.** Módulo II. São Paulo. Texto Novo, 2001.

PRABHU, N. S. There is no best method. Why? TESOL Quarterly, vol. 24, n. 2, 1990.

RENAU, María Luisa. **A Review of the Traditional and Current Language Teaching Methods.** International Journal of Innovation and Research in Educational Sciences, 2016, Volume 3, Issue 2, p. 82-88. Disponível em <https://repositori.uji.es/xmlui/bitstream/handle/10234/162491/71818.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 10/01/2024.

RICHARDS, J. C. & RODGERS, T. S. **Approaches and methods in Language Teaching.** Second edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

RODRIGUES, keila dos santos da silva. **O olhar sobre o livro didático no contexto dos métodos e abordagens do ensino de línguas no brasil.** 2020. disponível em https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18169/1/Keila%20dos%20Santos%20da%20Silva%20Rodrigues_vers%C3%A3o%20final%20%281%29.pdf. Acesso em 16/01/2024

SANTOS, Leandra Inês Seganfredo. **Língua Inglesa em anos iniciais do Ensino Fundamental: fazer pedagógico e formação docente.** 2009.

SCHÜTZ, Ricardo. "Stephen Krashen's theory of second language acquisition." *English made in Brazil* 2.2 (2007): 2007

SOARS, John et al. Headway Beginner workbook. 5th edition. 2019. Units 01-04





Metodologia da Pesquisa
Pré-requisitos: Metodologia Científica
2 - EMENTA
Tipos de conhecimentos e o conhecimento. O processo de pesquisa científica e suas classificações. Métodos e Técnicas de Pesquisa. A comunicação científica. Ética em pesquisa (plágio). Base de dados científicos. Estrutura e Componentes do Projeto de Pesquisa, Artigo Científico, Monografias e Relatórios Técnico-Científicos. Referências e Citações. Desenvolvimento do projeto de pesquisa na área de pedagogia.
3 - COMPETÊNCIAS
Compreender a estrutura científica formal como maneira de comunicação acadêmica eficaz e produtiva no próprio setor científico e acadêmico, mobilizando aspectos intelectuais para pesquisa e disseminação das práticas de produção científica.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Identificar a responsabilidade social do pesquisador, mantendo os compromissos éticos estabelecidos na prática referente ao exercício profissional do cientista;● Conceituar e aplicar a estética normativa do trabalho acadêmico segundo a ABNT vigente e outras normativas da área acadêmica e científica;● Identificar a técnica de pesquisa como instrumentalização do método;● Reconhecer projetos de pesquisa e artigos científicos, instrumentos necessários à formação acadêmica, como recursos de comunicação e divulgação do saber e produção do mundo da ciência.● Analisar informações de âmbito educacional para o desenvolvimento de pesquisas em Licenciatura em Pedagogia;● Identificar as partes de um projeto de pesquisa;● Elaborar um projeto de pesquisa, dentro de uma metodologia científica coerente e de viável execução.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . Atlas. São Paulo, 2010. LÜDKE, M; ANDRÉ, M.; E.D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo. EPU, 1986. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica . Editora Vozes. São Paulo, 2008. WAZLAWICK, Raul S. Metodologia de Pesquisa em Ciência da Computação . São Paulo: <i>Campus</i> , 2009.
5.2 - Bibliografia Complementar
CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto . trad.: Luciana de Oliveira da rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados . 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990. FAZENDA, Ivani. Metodologia da Pesquisa Educacional . Editora Cortês. São Paulo, 2010. MUELLER, Suzana (Org.). Métodos para Pesquisa em Ciência da Informação . Editora Thesaurus. Brasília, 2006.





Educação de Jovens e Adultos
2 - EMENTA
Concepções Históricas e Marcos Legais para Educação de Jovens e Adultos; Legislação de Educação de Jovens e Adultos (EJA); Movimentos Sociais e suas contribuições para a EJA; Paulo Freire e a prática da educação popular. O Perfil Sociocultural dos Educandos Jovens e Adultos e suas necessidades de aprendizagem; Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento para EJA; Instrumentalização sobre tecnologias utilizadas no ambiente educacional da EJA; Material didático próprio na intervenção de aulas da EJA; Práticas pedagógicas com recursos tecnológicos em EJA; Desafios e perspectivas da EJA frente às transformações do mundo do trabalho. Envelhecimento Saudável. Desenvolvimento de de palestras, oficinas votados para professores que atuam na educação de jovens e adultos na perspectiva de instrumentalização e intervenção no ambiente educacional da EJA;
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Dominar os subsídios teóricos, metodológicos e práticos necessários para embasar o trabalho com a EJA;• Ser capaz de construir uma reflexão entre o trabalho docente com os adultos e com as crianças, em termos de semelhanças e diferenças na realidade do desenvolvimento de tais segmentos de ensino.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Analisar as concepções históricas e os marcos legais para educação de Jovens e Adultos.• Conhecer questões relacionadas à educação de jovens e adultos no Brasil;• Conhecer as Políticas relacionadas à EJA;• Analisar propostas e teorias curriculares pertinentes à EJA;• Relacionar Conhecimentos da Formação Profissional da Docência necessários à compreensão e atuação da/na EJA
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ARROYO, M. G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias . Petrópolis: Vozes, 2012. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 44. ed. RJ: Paz e Terra, 1996. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. GADOTTI, M. Romão, J. E. (orgs.) Educação de jovens e adultos: teoria, pratica e propostas . Cortez. São Paulo, 2008. MASAGÃO, Vera Maria Ribeiro. Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras . Campinas: Ação Educativa, 2001. OLIVEIRA, Inês B.; PAIVA, Jane (orgs.). Educação de jovens e adultos . Rio de Janeiro: DP&A, 2006. PAIVA, Vanilda. História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos . 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003. PICONEZ, Stela Berthold. Educação Escolar de Jovens e Adultos . Papirus. Campinas. 2006. PICONEZ, Stela C. Bertholo. Educação Escolar de Jovens e Adultos: das competências sociais dos conteúdos aos desafios da cidadania . 10 ed. São Paulo: Papirus, 2012. SOARES, Brandão; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. (org) Diálogos na educação de jovens e adultos . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire . São Paulo: Brasiliense, 2003. BRASIL/MEC. Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos . Introdução. Vol. 1. Brasília; MEC, 2002.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

KLEIN, Lígia Regina. **Alfabetização de jovens e adultos: questões e proposta para a prática pedagógica na perspectiva histórica**. 4. ed. Brasília: Universa, 2003.
TAVARES, R., Jesus, M., ... D. M.-R. brasileira, & 2017, U. (2017). **Envelhecimento saudável na perspectiva de idosos: uma revisão integrativa**. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, vol.20. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232017000600878&script=sci_arttext&tlng=pt





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Educação em Espaços Não-Escolares
2 - EMENTA
Definições de espaços não-formais e formais de educação. Histórico dos espaços não-formais de educação no Brasil. O espaço da educação não-formal e os processos de desenvolvimento da aprendizagem. Educação não-formal e a participação da sociedade civil nos processos educativos. O pedagogo em ambientes empresariais. Pedagogia hospitalar. Pedagogia Ambiental. Pedagogia Social. Pedagogia em ambientes prisionais e congêneres. Desenvolvimento de palestras educativas voltadas para participação das famílias no processo de ensino e aprendizagem dos educandos.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Ser capaz de discutir de forma propositiva, à luz dos principais pressupostos teóricos e metodológicos, os conceitos e práticas educativas que se materializam em ambientes que extrapolam o espaço da escola;• Ser capaz de planejar, organizar, realizar, gerir e avaliar situações de ensino-aprendizagem e de gestão relacionados a ambientes não escolares;• Compreender os novos papéis vivenciados pelos profissionais da Pedagogia, realizando uma constante interface entre esses papéis e as demandas sociais, mercadológicas, biológicas, tecnológicas, entre outras, em situações e espaços que ultrapassam as limitações da escola.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Rever os saberes instituídos pela escola e a possibilidade de construção de diferentes saberes na educação em espaços não escolares;• Refletir sobre a sociedade contemporânea, suas novas demandas sociais e culturais e sobre o papel do pedagogo diante desse contexto;• Ressignificar o papel da educação e de sua atuação na construção de novas identidades culturais.• Desenvolver competências para atuação no campo educacional em diferentes instâncias.• Adequar objetivos, conteúdos e metodologias específicas das diferentes áreas à diversidade dos estudantes e à promoção da qualidade da educação.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
CUNHA, Aline Lemos <i>et al.</i> Pedagogia e Ambientes não Escolares . Curitiba: Intersaberes, 2012. GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais . São Paulo: Cortez, 2013. RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa . 6. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.
5.2 - Bibliografia Complementar
KUENZER, Acácia Z. Pedagogia de Fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador . 6ed. São Paulo: Cortez, 2002. BORBA, Valdir Ribeiro; Lisboa, Teresinha Covas; Ulhôa, Wander M. M. (org.). Gestão administrativa e financeira de organizações de saúde . São Paulo: Atlas, 2009. LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. LISBOA, Cassiano Pamplona; KINDEL, Eunice Isaia. Educação ambiental: da teoria à prática . Porto Alegre: Mediação, 2012. PIMENTA, Selma Garrido <i>et al.</i> (Orgs.). Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez, 2011.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

8º Período

Educação e Trabalho
2 - EMENTA
Trabalho como uma construção histórico-cultural. O trabalho como elemento de transformação sociopolíticas, econômicas e culturais na vida do homem, em contexto da globalização e da reestruturação produtiva. A relação trabalho-educação com foco na realidade brasileira. A revolução científica e tecnológica: o mundo globalizado em foco. A relação entre trabalho e cultura. As exigências e desafios que se colocam ao campo educacional, no que se refere à qualificação e inserção dos educandos no mundo do trabalho.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Reconhecer o trabalho como uma construção histórico-cultural e como o elemento de transformação na vida do homem.● Discutir e analisar os problemas e desafios hoje colocados ao setor educacional, considerando as transformações econômicas, políticas e culturais que vem ocorrendo face à mudança de paradigma na organização e gestão do trabalho.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Analisar a relação trabalho-educação;● Destacar as diferentes relações de trabalho que os homens estabelecem entre si;● Entender de que forma a revolução científica contribuiu para o desenvolvimento do mundo atual.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ARROYO, Miguel <i>Revendo os vínculos entre trabalho e educação</i> . Porto Alegre:Artes Médicas,1991 KUPSTAS, Márcia. (org.) Educação em debate . São Paulo: Moderna, 1998. _____ Trabalho em debate . São Paulo: Moderna, 1997. _____ Ciência e Tecnologia em debate . São Paulo: Moderna, 1998. SAVIANI, Dermeval O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias . Petrópolis:Vozes, 1994
5.2 - Bibliografia Complementar
DOWBOR, Ladislau Educação, tecnologia e desenvolvimento . São Paulo:Atlas, 1996 LEITE, Márcia de Paula. Trabalho e sociedade em transformação . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. MACHADO, Lucília Educação e Divisão Social do Trabalho . São Paulo:Cortez, 1989 MARQUES, Ademar (org). História Contemporânea através de textos . 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.





Pedagogia de Projetos
2 - EMENTA
Conceito e história da pedagogia de projeto. Concepções interdisciplinares de trabalho com projetos. Pedagogia de projetos: estrutura e planejamento. Características de um projeto. Análise teórica e prática de projetos elaborados e desenvolvidos em escolas de Educação Básica. Diferenciação entre pedagogia de projetos e modalidades organizativas. Elaboração de projetos integradores nos distintos espaços formativos. O papel do professor na construção e mediação de projetos. O uso das novas tecnologias na formação e mediação de projetos. Propostas pedagógicas de aprendizagens através de metodologias ativas.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Promover e/ou discutir projetos pedagógicos que abordem, sobretudo, as questões educacionais e de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.● Incentiva uma visão interdisciplinar do conhecimento, o aprendizado por meio da experiência e o desenvolvimento da autonomia dos estudantes.● Estímulo ao pensamento crítico, que contribui para a transformação dos estudantes em indivíduos autônomos e socialmente ativos.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Elaborar, desenvolver e avaliar projetos educativos, a partir do diagnóstico da realidade da Educação Básica, construindo formas de atuação, com vistas à melhoria da educação de crianças, jovens e adultos.● Desenvolver projetos que permitam ao discente usufruir de espaços de construção e socialização de saberes, aproximando-se da comunidade e proporcionando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.● Construir projetos pessoais e coletivos baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade, na cooperação e na sustentabilidade.● Utilizar diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais em processos de produção coletiva, colaborativa e projetos autorais em ambientes digitais.● Promover a integração e a cooperação entre docentes e discentes em sala de aula.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BARBOSA, M.C. Projetos pedagógicos na Educação Infantil . Porto Alegre: Artmed, 2008. BENDER, W. Aprendizagem baseada em Projetos: educação diferenciada para o século XXI . Porto Alegre: Penso, 2014. 159 p. BERGMANN, J.; SAMS, A. Sala de Aula Invertida: uma Metodologia Ativa de Aprendizagem . 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 104 p. GARDNER, Howard. Inteligências múltiplas: a teoria na prática . São Paulo: Artes Médicas, 1997. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. NOGUEIRA, N. Pedagogia de Projetos. Etapas, papéis e atores . 4ª edição, São Paulo. Érica, 2008.
5.2 - Bibliografia Complementar
FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa . Campinas: Papyrus, 1995. LUCK, H. Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão . Petrópolis: Vozes, 2004. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização . 10 ed., São Paulo, Libertad, 2002.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível . 10 ed., SP: Papirus, 2000.
Seminário Temático em Educação
2 - EMENTA
Conhecimento e debate sobre as dimensões político-organizativa e interventiva da profissão em suas diferentes instâncias: Ensino em escolas públicas e privadas, Coordenação e Gestão escolar, Empresas, Instituições Hospitalares, ONGs e outras entidades; Formação docente complementar com o estudo de temas transversais contemporâneos para a o profissional da pedagogia. Abordagem integradora sobre temas e problemas emergentes relevantes à docência e a gestão pedagógica.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a formação profissional do pedagogo e as dimensões político-organizativa e interventiva da profissão na atualidade;• Possibilitar o debate de ideias, a trocas de experiências e, sobretudo, de formulação de novas questões, na perspectiva de refletir a formação profissional do pedagogo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Identificar as possibilidades de atuação do Pedagogo em espaços não formais (não escolares).• Discutir os diversos temas de interesse comum à atuação do pedagogo na contemporaneidade.• Estudar a construção do papel de mediador educacional do pedagogo em diferentes contextos.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da escola: teoria e prática . 5ªed. Goiânia: Alternativa, 2004. LOPES, Izolda(org), TRINDADE, Ana Beatriz, Candinha, Márcia Alvim. Pedagogia Empresarial: formas e contextos de atuação . Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007 CASSIMIRO, Alice – Currículo: debates contemporâneos . 2002 São Paulo. Cortez ESTEVE, José A Terceira Revolução Educacional. A Educação na Sociedade do Conhecimento . Moderna São Paulo. 2004. GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas, Ensaio: aval . pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica . 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006. PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar . Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
5.2 - Bibliografia Complementar
FRANCESCHINI, Paulo Henrique Competência Multifocal . Copyriht São Paulo, 2005. WOLF, Rosângela Abreu do P. Pedagogia Hospitalar: A prática do Pedagogo em instituição não escolar . Revista Conexão (UEPG). v 3, n 1. 2007. TIBA, Içami. Ensinar aprendendo - Novos paradigmas na educação . Integrare. 2001. TOURAINÉ, Alain Um Novo Paradigma Para compreender o mundo hoje . Vozes. 2005.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Empreendedorismo
2 - EMENTA
Empreendedorismo e o empreendedor: conceitos e definições. Panorama do empreendedorismo. O processo empreendedor. Construção da visão de negócio – trabalhando a ideia. Identificação de oportunidades. Análise de mercado. Construção da rede de relações. A inovação e os modelos de negócios. Estratégias empreendedoras. Elaboração e apresentação de um plano de negócios simplificado. Análise de indicadores de viabilidade econômica. Captação de recursos para o negócio. Educação Empreendedora. Ensino do Empreendedorismo com foco nas competências da Base Nacional Comum Curricular-BNCC.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender os conceitos do empreendedorismo e educação empreendedora.● Produzir projetos empreendedores relacionados à educação● Entender o processo de ensino e aprendizagem com metodologias ativas, buscando o desenvolvimento das competências pessoais e implementação de projetos de empreendedorismo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Abstrair conceitos de empreendedorismo através de exemplos do mundo real;● Analisar o mercado com o fim de encontrar oportunidades de pioneirismo e inovação;● Elaborar planos de negócios voltados à educação focados em um pensamento inovador.● Compreender questões referentes ao mercado da educação e à economia com o fim de criar iniciativas inovadoras, mas também viáveis.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . 7. ed. São Paulo: Empreende, 2018. DORNELAS, J. C. A. Introdução ao Empreendedorismo: desenvolvendo Habilidades para Fazer acontecer . 1ª edição. São Paulo: Editora Empreende, 2018. HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. Empreendedorismo . 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios . São Paulo: Cengage Learning: 2011
5.2 - Bibliografia Complementar
CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor . 4. ed. Barueri-SP: Manole, 2012. DOLABELA, F. O Segredo de Luísa . Rio de Janeiro: Sextante, 2008. DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor . Rio de Janeiro: Sextante, 2008.





Metodologias Integradas ao Ensino
2 - EMENTA
O papel do professor no processo ensino e aprendizagem. Modelos de ensino. Construtivismo, aprendizagem significativa e concepções alternativas. Educação científica em espaços formais e não formais de ensino. O ensino por meio de projetos interdisciplinares. Aplicação teórico-prática, estudo e aprofundamento de tema das ciências na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, com base em situações criativas e produção de material didático para auxílio nas aulas práticas e expositivas. A relação professor-aluno e os processos de ensino-aprendizagem. Uso de atividades lúdicas no processo ensino aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem. Organização do tempo e do espaço para os processos de ensino-aprendizagem. O currículo na Educação Infantil. Experiência e projetos de ensino nas propostas curriculares e metodológicas para a Educação Infantil. Fundamentação teórica sobre a alfabetização nas séries iniciais do Ensino Fundamental, a construção da escrita pela criança e as intervenções do professor. Experiências e projetos de ensino na alfabetização nas séries iniciais do Ensino Fundamental.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Promover uma maior dinamização e melhoria no processo de ensino e favorecimento de uma aprendizagem significativa.• Capacitar-se do ponto de vista teórico-prático, para o planejamento, elaboração, execução e avaliação de aulas, atividades didáticas e programas para o ensino em espaços da Educação Infantil e séries iniciais do ensino Fundamental.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Discutir sobre a prática educativa na educação infantil e ensino fundamental (1º ao 5º ano) no que diz respeito à concepção, planejamento, execução e avaliação da atividade educativa e de projetos educacionais considerando as metodologias de ensino das áreas específicas.• Preparar e selecionar recursos didáticos visando a uma melhoria na prática pedagógica;• Identificar no planejamento e avaliação do ensino das diferentes disciplinas o que se refere a: seleção e sequência de conteúdos; métodos e procedimentos utilizados; direção e organização das atividades; formas de controle e avaliação do ensino e da aprendizagem; integração com o projeto pedagógico da escola.• Reconhecer formas de trabalho pedagógico que visem a promoção do desenvolvimento social, psicológico e cognitivo dos alunos da 1º ao 5º ano do ensino fundamental.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
GONZALEZ-MENA, Janet. Fundamentos da educação infantil: ensinando crianças em uma sociedade diversificada . Porto Alegre: Editora Penso, 2015. LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem . 1ª São Paulo: Cortez, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Editora Cortez, 2013. NÓVOA, A.(org.) Os professores e sua formação . Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. OLIVEIRA, Zilma Ramos. Educação infantil: fundamentos e métodos . São Paulo: Editora Cortez, 2011. SOARES, Magda. Alfabetização e letramento . São Paulo: Editora Contexto, 2004. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar . Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010. TAILLE, Y.L.; OLIVEIRA, M.K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky e Wallon . 13.ed. São Paulo: Editora Summus, 1992.
5.2 - Bibliografia Complementar
AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J.D.; HANESIAN, H. Psicologia educativa: um ponto de vista cognoscitivo . 2. Ed. México: Trillas, 1983.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

GARCIA, Regina Leite (Org.). Alfabetização dos alunos das classes populares. 5.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.
GIORDAN, Andre; DE VECCHI, Gerárd. **As origens do saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos**. Porto Alegre: ARTMED, 1996.
MOREIRA, Marco Antonio. **Aprendizagem significativa**. Porto Alegre: Ed. do autor, 2006.
OLIVEIRA, J. B. A; CHADWICK, C. **Aprender e ensinar**. 5.ed. São Paulo: Global, 2002.

Princípios e Métodos de Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional.

2 - EMENTA

O processo histórico da Inspeção Escolar, Supervisão e Orientação Educacional no Brasil. O papel da Supervisão Educacional e Inspeção Escolar na mediação do ensino e aprendizagem escolar. Legislações educacionais que envolvem a Supervisão Educacional, a orientação e a Inspeção Escolar. Novas configurações da Supervisão Educacional e Inspeção Escolar. Políticas públicas educacionais. Atuação da Supervisão Educacional e Inspeção Escolar na gestão dos espaços escolares. O compromisso ético, democrático, crítico, social e sustentável dos profissionais da Supervisão Educacional e Inspeção Escolar. O trabalho autônomo e Interdisciplinar. Fundamentos e princípios da Orientação Educacional. Trabalho como princípio educativo e suas expressões na Orientação Educacional, Profissional e Vocacional. Abordagem de Orientação Educacional centrada no Projeto Político Pedagógico e no currículo. Orientação Educacional e educação popular. O trabalho coletivo nas organizações educativas formais e não formais. Orientador/a Educacional como trabalhador/a da educação: exercício profissional e representatividade.

3 - COMPETÊNCIAS

- Propiciar a interação dos princípios históricos, teórico-práticos da Inspeção Escolar, favorecendo uma atuação dinâmica e competente dos profissionais, que atuam na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- Analisar os aspectos teórico-históricos e metodológicos da função supervisora no que se refere às responsabilidades dos Supervisor Educacional na articulação do processo educativo juntamente com a equipe pedagógica, professores, alunos e comunidade escolar;
- Compreender e refletir sobre os aspectos teóricos-históricos e metodológicos da orientação educacional com articulação nas questões educacionais e de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, com destaque na valorização da pluralidade de opiniões de indivíduos e diversidade cultural de grupos sociais;
- Identificar questões de natureza pedagógica e de inspeção, supervisão e orientação educacional, bem como as legalidades e práticas da profissão.

4 - HABILIDADES





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- Enumerar fatos históricos/teóricos da inspeção, supervisão e orientação educacional numa linha evolutiva até a atualidade;
- Diferenciar funções e princípios da inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Identificar objetivos educacionais face à inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Desenvolver o pensamento crítico, que contribua para a transformação dos estudantes em indivíduos autônomos e socialmente ativos;
- Saber elaborar um planejamento educacional visando atuar efetivamente na construção e implementação de projetos pedagógicos em espaços educacionais;
- Aprender as técnicas de intervenção de inspeção, supervisão e orientação para serem aplicadas em situações práticas;
- Proporcionar discussões que permitam ao discente usufruir de espaços de construção e socialização de saberes, aproximando-se da comunidade e proporcionando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS

5.1 - Bibliografia Básica

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina, L. **O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 200

_____. **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola**. São Paulo: Cortez, 2006.

BARBOSA, Maria Rita L. da Silveira. **Inspeção Escolar: um olhar crítico**. Uberlândia, Gráfica Composer Editora Ltda.,2008.

FALCÃO FILHO, J. L. M. **Supervisão: uma análise crítica das críticas**. Caderno Amae: vida na escola – os caminhos do saber coletivo. Belo Horizonte, n. 76, p. 42-49, mai. 1994.

FERREIRA, Naura Syria Capareto (Org). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade da formação à ação**. São Paulo: Cortez, 2006, p.13-38.

GRINSPUN, M. P.S.Z. (Org.). **Supervisão e Orientação Educacional: perspectivas de integração na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCK, Heloísa. **Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. 27 ed.– Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

5.2 - Bibliografia Complementar

KUENZER, A. Z. **Trabalho Pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível**. In: Ferreira, N.; Aguiar, M. (Org.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** Campinas: Papyrus, 2002. Pg 47-78.

MEDINA, A. S. **Supervisor escolar: parceiro político-pedagógico do professor**. In: SILVA JÚNIOR, C. A.; RANGEL, M. (Orgs.). **Nove olhares sobre a supervisão**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2000. p. 9-35. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.





Componentes Eletivas

Gestão da Sala de Aula e Ambientes de Aprendizagem
2 - EMENTA
A Gestão da Sala de Aula significa manter sob a batuta do professor, a disciplina, a motivação e o aprendizado dos conteúdos sem permitir a confusão e procrastinação dos estudantes enquanto estiverem em sala. Significa ter domínio da classe. A efetiva gestão da sala de aula consiste em garantir que todos os estudantes estejam ativamente envolvidos nas tarefas programadas pelo professor. A sala de aula como espaço de realização de atividades produtivas, onde a aprendizagem significativa deve ser construída por estudantes e professores. O Planejamento compartilhado das ações docentes. A ação pedagógica contextualizada.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Gerir de forma harmoniosa e produtiva a sala de aula e ambientes de aprendizagem, garantindo os direitos de aprendizagem dos estudantes e o efetivo cumprimento das atividades propostas e programadas.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Ter domínio da Sala de aula;● Organizar as atividades na sala de aula;● Entender a importância das relações estabelecidas na sala de aula;● Criar atividades que estimulam o pensamento de qualidade;● Elaborar atividades significativas numa pedagogia de projetos - Aprendizagem significativa;● Tornar a sala de aula como espaço para ficar inteligente;● Trabalhar a interdisciplinaridade;● Organizar a sala de aula de forma estimuladora e produtiva.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
PARO, Vitor Henrique. Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino . São Paulo. Ática. 2007. Perrenoud, Philippe. Ensinar: Agir na urgência, decidir na incerteza . Editora Arned, ARROYO, Miguel. Imagens Quebradas . Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004. GROSSY, Esther Pillar. Um espaço para ficar inteligente . Rio Grande do Sul. Edelbra, 1999. DOLLE, Jean Marie. Essas crianças que não aprendem . Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1995. GANDIN, Danilo. Planejamento como Prática Educativa . São Paulo: Edições Loyola, 2000. HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação . Porto Alegre: Artmed, 1998. Cultura visual, Mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000. MARINHO, Heloisa. Currículo por atividades . Rio de Janeiro: Papelaria América, 1980. SANTOMÉ, Jurjo Torres Santomé. Globalização e Interdisciplinaridade . Porto Alegre: Artmed, 1998.
5.2 - Bibliografia Complementar
ALVES, Rubem. A alegria de ensinar . São Paulo: Papyrus, 2000. DIMENSTEIN, Gilberto e ALVES, Rubem. Fomos maus alunos . São Paulo: Papyrus, 2003. FERNANDEZ, Alicia. Psicopedagogia em psicodrama . Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001. MIRANDA, Hercília Tavares de e MENEZES, Luís Carlos de. Almanaque de Criação Pedagógica . Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002. WESTON, Denise Chapman e Mark S. Aprender Brincando . São Paulo: Paulinas, 2000.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Conselhos de Controle Social
2 - EMENTA
Democracia e cidadania. O papel da sociedade civil e o papel do governo. As funções dos conselhos de controle social. Os conselhos de controle social e o compartilhamento de poder de decisão entre o Estado e a Sociedade Civil. Os desafios para que os mecanismos de controle social se concretizem. Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação; Conselho do FUNDEB; Conselho Escolar e Conselhos na Educação Superior.
3 - COMPETÊNCIAS
Compreender o processo de controle social e a importância dos conselhos municipais na aplicação e fiscalização dos recursos públicos.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Tomar conhecimentos das fontes de recursos constitucionais;- Conhecer os conselhos municipais constituídos;- Entender o processo da participação popular no controle social.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BORDIGNON, G. Os Conselhos de Educação no Brasil: limites e possibilidades de controle social. In: Participação e controle social na educação . São Paulo: Ação Educativa, 2008. CURY, Jamil. Conselhos de Educação: fundamentos e funções. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação , São Bernardo, v. 22, n. 1, p. 41-67, jan./jun. 2006. GOHN, M. da G. M. Conselhos gestores e participação sociopolítica . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 32. PAZ, R. Os Conselhos como forma de gestão das políticas públicas. In: SCHEINVAR, E.; ALGEBAILLE, E. (Org.). Conselhos participativos e escola . Rio de Janeiro: DP&A, 2005. WERLE, Flávia Obino Corrêa. Gestão da educação municipal: composição dos conselhos municipais de educação do Rio Grande do Sul. Ensaio: aval. pol. publ. educ. [online], v.14, n.52, p.349-364, 2006.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRAGA, Marcus V. A. Conselhos do FUNDEB: participação e fiscalização no controle social da educação . Curitiba: Editora Appris, 2015. MACIEL, C. A. B. Políticas públicas e controle social: encontros e desencontros da experiência brasileira. Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades , v. 1, n. 1, p. 201-216, 2010. SILVA, J. M. C. DA. Controle social das políticas públicas no Brasil: caminho para uma efetiva democracia . Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2010. SOUZA, Donaldo B. Conselhos municipais e controle social na educação: descentralização, participação e cidadania . São Paulo: Xamã, 2008





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Educação do Campo
2 - EMENTA
Concepções e conceitos de Educação do Campo. Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas e culturais das populações do campo. Educação do campo: política pública e projeto político-pedagógico. O espaço organizacional do campo e da escola do campo. Práticas pedagógicas em classes multisseriadas. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
3 - COMPETÊNCIAS
Compreender o contexto social que envolve a educação do campo e os saberes dos camponeses no desenvolvimento local.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Entender as políticas públicas da educação do campo;- Conhecer a importância dos saberes dos camponeses;- Conhecer o espaço organizacional do campo e das escolas do campo.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ARROYO, Miguel. Por uma educação do campo . Petrópolis: Vozes, 2004. BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. Projeto popular e escolas do campo . Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2000. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 3). KOLLING, E. J.; CERIO-LI, P. R., OSFS; CALDART, R. S. (Org.). Educação do campo: identidade e políticas públicas . Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2002. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 4). MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo . Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004.
5.2 - Bibliografia Complementar
MEIRIEU, Philippe. O cotidiano da escola e da sala de aula . Porto Alegre: Artmed, 2009. PAIVA, Vanilda Pereira. Perspectivas e dilemas da educação popular . 2. ed. Graal editora, 1984.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Gestão Democrática nas Escolas
2 - EMENTA
Conceitos de democracia. Democratização da educação no Brasil e gestão democrática da educação. Princípios constitutivos da Gestão democrática. A gestão democrática na legislação. A gestão democrática no sistema de ensino público do Tocantins. Gestão democrática e as formas de participação na gestão dos sistemas educacionais: conselhos de educação, conselhos escolares, projeto pedagógico e eleição para diretor.
3 - COMPETÊNCIAS
Compreender a gestão democrática e as formas de participação na gestão dos sistemas.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Entender sobre a democratização da educação no Brasil;- Compreender como ocorre a gestão democrática no Estado do Tocantins e no município;- Conhecer como acontece a participação dos Conselhos nos sistemas educacionais.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
FÁVERO, O. & SEMERARO, G. (orgs). Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro . Petrópolis: vozes, 2002. FERREIRA, Naura S. Capareto (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios . 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. Política e Gestão da Educação . – 3 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. PARO, Vitor Henrique. Por dentro da escola pública . 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016
5.2 - Bibliografia Complementar
PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola pública . 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016. _____, Vitor H. A utopia da gestão escolar democrática . Disponível em: http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/921.pdf . Acesso: 12 set 2016. FRANCISCO DE OLIVEIRA, Adão; MELO, José C. (orgs.). Educação, democracia e gestão escolar : vol. 1 – Gestão Democrática da Escola. Goiânia: PUC Goiás, 2010. CUNHA, Luiz A. Educação, Estado e Democracia no Brasil . 6ª ed. São Paulo/Niteroi/Brasília: Cortez/EDUFF/FLACSO. 2009.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Educação Indígena
2 - EMENTA
A escola e a construção da identidade na diversidade. As sociedades indígenas e suas relações com a sociedade nacional. A legislação e a especificidade da Educação Escolar Indígena. A Educação Indígena na perspectiva das Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais. A formação de professores indígenas para a Educação Básica. A instrumentalização do professor e a produção do material didático. A língua materna. O bilinguismo. A valorização étnica e a diversidade cultural.
3 - COMPETÊNCIAS
Compreender as sociedades indígenas e suas relações com a sociedade, a legislação e a especificidade da Educação Escolar Indígena.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer escola e a construção da identidade na diversidade;- Entender a educação indígena e a formação de professores indígenas;- Conhecer os saberes das sociedades indígenas, a valorização étnica e a diversidade cultural.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BRASIL. Comitê de Educação Escolar Indígena . Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. MEC/SEF/DPEF. Brasília. 1994. FREIRE, Paulo. Um diálogo com Paulo Freire sobre educação indígena . In: Texto datilografado da 8ª Assembléia Regional do CIMI MT, Cuiabá, 16 a 20 junho de 1982. RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. _____, Darcy. O Processo Civilizatório . São Paulo: Publifolha, 2000. MAGALHÃES, E. D. (org.) Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas . 3. ed. Brasília: FUNAI/ CGDOC, 2005. RIBEIRO, D. Os Índios e a Civilização . São Paulo: Cia das Letras, 1996. SILVA, Aracy L. A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus . Brasília: MEC/MARI/Unesco/1995.
5.2 - Bibliografia Complementar
CUNHA, Manuel Carneiro. Da História dos índios no Brasil . São Paulo: Brasiliense, 1992. GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). Índios no Brasil . Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (orgs.). Leitura e Escrita em Escolas Indígenas . Campinas, SP: Mercado de Letras. 1997. ZAMBONI, Ernesta; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos indígenas e ensino de história: memória, movimento e educação . Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antiores/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_3908.pdf . Acessado entre 27 a 31 de agosto de 2011. NOBRE, Domingos. Lei n.º 11.645 História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no Currículo Como Trabalhar? Disponível em: http://www.aldeiguaranisapukai.org.br/lei_11645.pdf . Acessado entre 27 a 31 de agosto de 2011.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Tópicos Especiais em Educação
2 - EMENTA
Discussão de temas contemporâneos e fundamentais a uma compreensão atualizada da educação em geral e especificamente da práxis educativa. Desenvolvimento de temas emergentes das pesquisas existentes na área pedagógica. Ética. Consciência ambiental-sustentabilidade. Respeito e valorização do idoso. Relações etnicorraciais. Educação em direitos humanos.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Articular conhecimento frente às questões emergentes no mundo do trabalho, tanto da área de informática quanto da área educacional.• Refletir sobre o cenário educacional contemporâneo
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Interpretar criticamente textos relacionados à educação;• Elucidar, a partir das experiências com a prática em sala de aula e de propostas de pesquisas científicas, aspectos educacionais contemporâneos.• Abordar, na medida do possível, análise interdisciplinar e/ou transdisciplinar sobre os temas: ética, educação ambiental, sustentabilidade, cultura afro-brasileira e indígena, relações etnicorraciais e educação em direitos humanos.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma e reformar o pensamento. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, Brasília: MEC/UNESCO, 2012. FREITAS, Bárbara. O indivíduo em Formação: Diálogos interdisciplinares sobre educação. São Paulo: Cortez, 2001.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRASIL, Presidência da República. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Educação e Diversidade
2 - EMENTA
A diversidade como constituinte da condição humana. Diversidade e questões de gênero. A cultura como universo simbólico que caracteriza os diferentes grupos humanos. Educação para as Relações Étnico-Raciais. A diversidade étnico-racial com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e africanos. Povos indígenas e relação com a sociedade nacional. Visão estereotipada dos povos indígenas. Movimentos indígenas e direitos conquistados. Diversidade étnica e linguística dos povos indígenas. Conhecimento e análise da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra no Brasil e na região, a partir das relações sociais de conceitos e suas bases teóricas tais como: racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipos, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferenças, etc. A diversidade na formação da cultura brasileira. A diversidade social e as desigualdades econômicas. A educação escolar como catalisadora e expressão das diversidades.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a diversidade humana e suas relações com o cotidiano escolar.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer conceitos de diversidade étnica, religiosa e sexual;• Conhecer e compreender os eventos históricos para as minorias étnicas, religiosas e sexual.• Saber mediar conflitos de diversidade em ambiente escolar;• Ser capaz de combater todas as formas de preconceito.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
DINIZ, Margareth; VASCONCELOS, Renata Nunes. Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores . Formato, 2004. MUNANGA, Kabengelê. Superando o racismo na escola . 3a ed., Brasília: MEC, 2001. PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria José. Rompendo silêncio – história da África nos currículos da educação básica . Brasília: DP Comunicações, 2004. PERRENOUD, Philippe. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação . Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 2000.
5.2 - Bibliografia Complementar
ANDRÉ, Marli (org). Pedagogia das diferenças na sala de aula . 7a edição Campinas: Papyrus, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: 1ª a 4ª séries: temas transversais: pluralidade cultural e orientação sexual . Brasília, Mec e do Desporto/ Secretaria de Educação Fundamental, 2v. 100 (coleção PCNs) 2 ed. 2000. TORRES, José Antônio González. Educação e diversidade cultural: bases dialéticas e organizativas . Porto Alegre: Artmed, 2002.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Gestão de Pessoas
2 - EMENTA
Gestão de pessoas em ambiente de mudanças. Trabalho como fator motivacional. Trabalho em equipe. Processos de captação de talentos. Universidade corporativa. Gerência do conhecimento e de competências. Liderança. Trabalho em equipe.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender que as competências comportamentais são tão importantes quanto às técnicas e identificar quais delas são mais valorizadas no mundo corporativo.• Desenvolver ferramentas que permitem identificar perfis requeridos para determinadas funções bem como simulações e dinâmicas com o objetivo de selecionar pessoas nas empresas.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Organizar as pessoas nas devidas funções conforme as técnicas de gestão por competências.• Identificar os fatores motivacionais conforme os contextos diversos, bem como implementá-los.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BECKER, B. E. Gestão estratégica de pessoas com scorecard: interligando pessoas, estratégia e performance. Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2001. DRUCKER, P. F. Administrando em tempos de grandes mudanças. São Paulo: Cengage Learning, 2011. LEME, R. Aplicação prática de gestão de pessoas por competências: mapeamento, treinamento, seleção, avaliação e mensuração de resultados de treinamento. 2. ed. Rio de Janeiro - RJ: Qualitymark, 2015.
5.2 - Bibliografia Complementar
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. MARIANO, S. R. H.; MAYER, V. F. Modernas práticas na gestão de pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. MARRAS, J. P. Gestão de pessoas em empresas inovadoras. 2. ed São Paulo: Saraiva, 2011.





Contação de História
2 - EMENTA
A escola, espaço de construção e reconstrução de conhecimentos e transformação de sujeitos, deve incluir em seu currículo a contação de histórias, tanto por seu aspecto prazeroso como por sua contribuição no desenvolvimento psicológico, social, moral, cognitivo e físico do aprendiz, além de colaborar para a formação do leitor literário. Esse plano busca nortes teóricos, metodológicos e didáticos para que a disciplina propicie contribuições para o conhecimento dos professores em formação, sobre as histórias como efetivas no fortalecimento de vínculos afetivos e sociais.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Instigar reflexões e promover discussões sobre a literatura infantil e juvenil, sobre a diferença entre ler história e contar história, e sobre a mediação do professor na formação de leitores.• Oferecer um suporte teórico concernente à literatura infantil e juvenil que vise a transformação e humanização dos educandos.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Propiciar reflexões a respeito do oral e do escrito, evidenciando gêneros orais para a criança.• Propiciar abordagens críticas sobre material literário de leitura e para contação destinado à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental I.• Relacionar a prática de contação com o desenvolvimento do gosto pela leitura;• Organizar espaços para a prática de contação de histórias.• Desenvolver técnicas de contação e dramatização.• Planejar e apresentar contações de histórias.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000. PHILIP, Neil. Volta ao mundo em 52 histórias / Neil Philip; ilustrações de Niles Mistry; tradução de Hildegard Feist. 2 ed. São Paulo: Cia das Letrinhas, 1998.3. SILVA, Maria Betty Coelho. Contar histórias: uma arte sem idade. São Paulo: Ática, 1999.
5.2 - Bibliografia Complementar
ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997. BAJARD, Ellie. Da escuta de textos à leitura. São Paulo: Cortez, 2007. BUSATTO, Cléo. Contar e encantar: pequenos segredos da narrativa. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. SOUZA, Renata Junqueira de.; FEBA, Berta Lúcia Tagliari. (Orgs.). Ações para a formação do leitor literário: da teoria à prática. Assis: Storbem Gráf. e Edit., 2013. ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. 11ª ed. São Paulo: Global, 2003.





Ensino Religioso na Educação Básica
2 - EMENTA
O Ensino Religioso é componente curricular na Educação Básica e de importância para a formação do cidadão e para seu pleno desenvolvimento como pessoa, propondo o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, através de um caráter ecumênico, garantindo o acesso a conhecimentos que promovam a educação do senso religioso, respeitando-se as diferentes culturas.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Analisar através de crítica reflexiva a história e o pensamento religioso e cristão bem como de sua prática, desenvolvendo, desta forma, os conhecimentos, os valores e as atitudes dos acadêmicos.• O objetivo de Ensino Religioso é o sagrado como fenômeno religioso, é o estudo das diferentes manifestações do sagrado no coletivo. Com finalidade de compreender o sagrado no coletivo como cerne da experiência religiosa do cotidiano que contextualiza no universo cultural.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer o fenômeno religioso como uma dimensão antropológica, constituinte das civilizações;• Identificar elementos da religiosidade nas diferentes representações da cultura humana;• Analisar a influência e relação do fenômeno religioso com as outras áreas do conhecimento científico;• Conhecer as principais formas religiosas e as principais religiões do mundo ocidental e oriental;• Refletir sobre os diversos fenômenos religiosos existentes no mundo e no Brasil;• Reconhecer os principais fatos da história das religiões, bem como suas conseqüências;• Perceber a influência das religiões na sociedade, tanto no passado quanto na atualidade;• Identificar a importância do Cristianismo na cosmovisão Ocidental, bem como suas contribuições para a sociedade;• Analisar a importância dos valores éticos, morais e espirituais na formação integral do ser humano;• Refletir sobre questões de ética aplicada à vida do ser humano;• Reconhecer os valores cristãos como uma das propostas de efetivação de uma sociedade mais ética e justa.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ALVES, Rubem. O que é Religião? São Paulo. Edições Loyola, 2000. BRASIL, MEC, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. FLOR, Douglas Moacir. Cultura Religiosa. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006. 164 p GAARDER, J. NOTAKER, H. HELLERN, V. O Livro das Religiões. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
5.2 - Bibliografia Complementar
WERNECK, Hamilton. Quem decide pode errar, quem não decide já errou. 3ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1998. GEISLER, Norman L. Ética Cristã. São Paulo. Vida Nova, 2002. SANTOS, José Luiz dos. O que é Cultura? 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

